

NOV 2023 | Volume Especial

Agriculturas

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA



Agroecologia nas

POLÍTICAS

PÚBLICAS

Revista Agriculturas
Número Especial • Novembro de 2023

ISSN: 1807-491X
Revista Agriculturas: experiências em
agroecologia - Número Especial

Revista Agriculturas: experiências em
agroecologia é uma publicação da
AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia

Rua das Palmeiras, n.º 90
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -
CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari
Universidade Federal de Viçosa

Ghislaine Duque
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
e Patac

Jean Marc von der Weid
AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia

Maria Emília Pacheco
Federação de Órgãos para a Assistência Social e
Educativa – Fase - RJ

Romier Sousa
Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

Sílvia Gomes de Almeida
AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia

Tatiana Deane de Sá
Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária -
Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen
Produção executiva – Adriana Galvão Freire e
Bruno Prado
Assistência de edição – Rosa L. Peralta, Jair
Guerra e Glaucia Cruz
Editora Convidada – Cátia Grisa
Copidesque – Rosa L. Peralta
Revisão – Rosa L. Peralta
Tradução – Rosa L. Peralta
Foto da capa – Fábio Rodrigues-Pozzebom/EBC
Projeto gráfico e diagramação – IG+ Comunicação
Integrada
Impressão: Aerograf
Tiragem: 1.500

A AS-PTA estimula a livre circulação dos
artigos aqui publicados. Sempre que for
necessária a reprodução total ou parcial
de algum desses artigos, solicitamos que
a Revista Agriculturas: experiências em
agroecologia seja citada como fonte.

Brot
für die Welt

SUMÁRIO

05

Editora convidada

Cátia Grisa

14

Agroecologia na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (Undrop)

Georgina M. Catacora-Vargas

23

Comparação de políticas de apoio a transições agroecológicas em cinco países

Claire Lamine, Eric Sabourin, Fabienne Barataud, Tara Wight, Terry Marsden, Paulo Niederle, Claudia Schmitt, Adanella Rossi, Patrizia Pugliese, Sarah Loyd, Michelle Miller, Danièle Magda

33

Iniciativas cidadãs na transformação agroecológica

Inea Lehner e Johanna Jacobi

38

A (re)construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: entrevista com Rogério Dias

Marina Yamaoka

46

Marcha das Margaridas e os caminhos de construção da Agroecologia

Eryka Galindo, Marco Antonio Teixeira e Renata Motta

54

O Programa de Aquisição de Alimentos e os desafios para a transição agroecológica

Julian Perez-Cassarino e Silvio Isoppo Porto

67

Agriculturas urbanas: uma agenda política necessária para a construção de sistemas alimentares justos e saudáveis

Daniela Adil, Karine Freitas,
Lorena Portela e Luisa Ferrer

76

Do local ao nacional: a incidência sobre políticas públicas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Flavia Londres, Viviane Brochardt e
Morgana Maselli

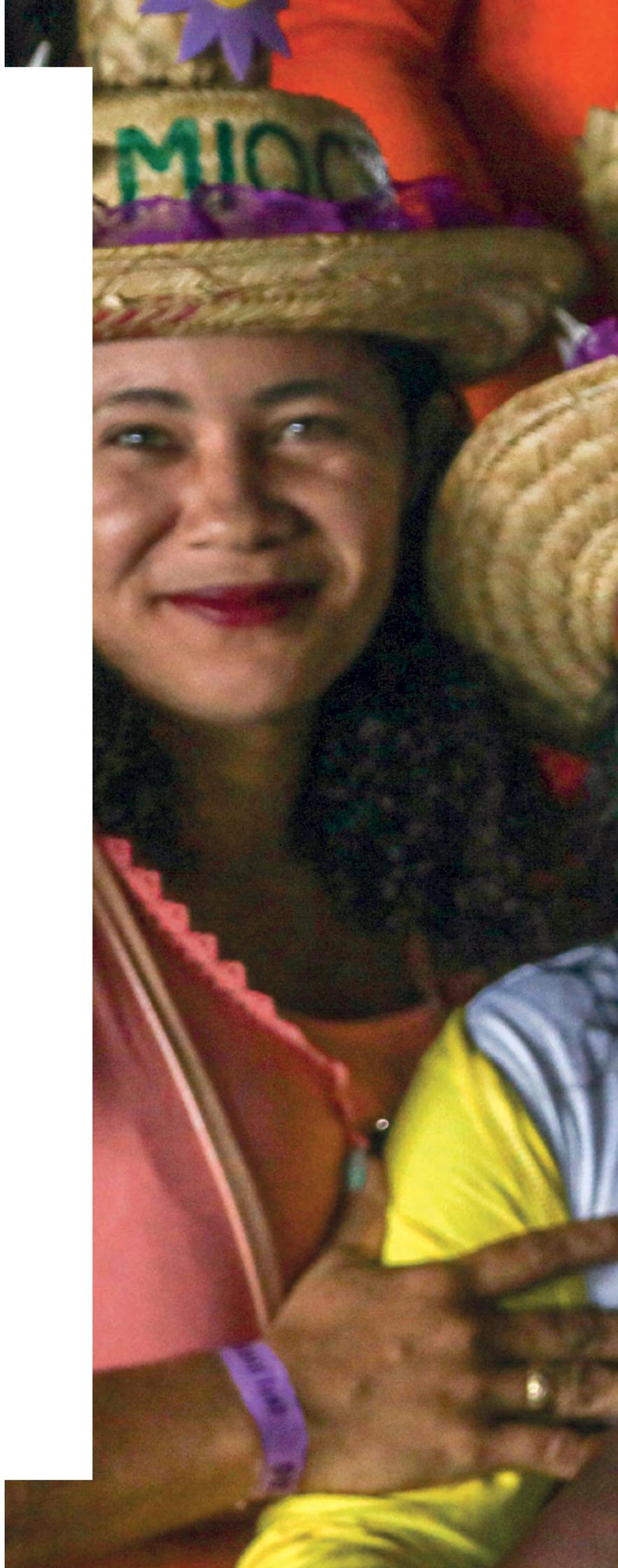
83

Conectando políticas públicas, redes e territórios: inovações conceituais e metodológicas do Programa Ecoforte

Claudia Job Schmitt e Helena Rodrigues
Lopes

90

Agroecologia em Rede: uma plataforma de sistematização de experiências a serviço do movimento agroecológico



EDITORIAL

A produção de conhecimentos e o estímulo ao debate sobre a dimensão política da Agroecologia tem sido uma marca da revista Agriculturas. Afinal, as experiências em Agroecologia ganham pleno significado quando compreendidas no contexto da disputa política e ideológica com os sistemas agroalimentares hegemônicos, organizados segundo a racionalidade do capital. Cada experiência apresentada nas sucessivas edições da revista pode ser interpretada como expressão de trajetórias voltadas para a superação dessa hegemonia. Transformações dessa ordem implicam mudanças nas relações de poder em várias esferas da sociedade: desde as famílias e organizações locais, nas quais o patriarcado reproduz desigualdades de gênero que se irradiam para o conjunto das instituições sociais, até a escala dos Estados nacionais, muitos dos quais capturados pelo receituário neoliberal de gestão pública.

Este é o segundo número da revista dedicado especificamente à temática das políticas públicas. Desde a edição do primeiro, em 2006, o processo histórico se acelerou. Nesse período, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), tornando o Brasil pioneiro em iniciativas dessa natureza. Em resposta à crise econômica global e ao recrudescimento da fome no mundo, diferentes órgãos das Nações Unidas passaram a reconhecer a Agroecologia como um enfoque necessário para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Mas foi também no mesmo período que o desencanto com a política se generalizou frente à falta de respostas consistentes por parte dos governos e das instituições estatais à acentuação da pobreza, das desigualdades sociais e das crises ecológica e climática. Criou-se assim o terreno fértil para a ascensão do conservadorismo e para a expansão de forças políticas autoritárias em muitos países.

Tirar os aprendizados desse período é condição essencial para o desenvolvimento e a consolidação do novo ciclo de institucionalização da Agroecologia como política pública que se inicia no Brasil. Este número especial de Agriculturas, publicado no exato momento em que a Pnapo é reativada, traz artigos que dão conta e analisam avanços e desafios que emergem da trajetória da Agroecologia. O conjunto aqui publicado transmite, pelo menos, duas ideias-chave. A primeira, é a constatação de que as políticas públicas devem reconhecer o valor e apoiar a multiplicação e o aumento de escala das experiências sociais que apontam para a democratização e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. Essa condição, no entanto, não será suficiente enquanto a maior parte dos recursos orçamentários e políticos geridos pelos poderes públicos permaneçam canalizados para subsidiar as cadeias do agronegócio e a alimentação industrializada. Daí a importância da segunda ideia: a de que as políticas devem inverter o sentido dos benefícios públicos, ao impor obstáculos e normas penalizadoras às práticas danosas à sociedade e ao meio ambiente.

Paulo Petersen

EDITORA CONVIDADA

CATIA GRISA

**Agroecologia nas políticas
públicas como resposta às
CRISES PLANETÁRIAS**

Em 2019, um grupo de pesquisa publicou um relatório indicando a conformação de uma sindemia global, resultante de três crises (ou pandemias) sistêmicas e interconectadas. Nas palavras de Swinburn et al. (2019, p.791):

Essas três pandemias – obesidade, subnutrição e mudanças climáticas – representam a Síndemia Global, que afeta a maioria das pessoas em todos os países e regiões do mundo. Elas constituem uma sindemia, ou sinergia de epidemias, porque coexistem no tempo e no espaço, interagem entre si para produzir sequelas complexas e compartilham fatores sociais fundamentais comuns.

Em 2023, quatro anos após a publicação desse relatório de grande repercussão internacional, podemos afirmar que essas crises planetárias se encontram ainda mais dramáticas e agravadas por se somarem a outras crises em curso ou emergentes, como a redução da biodiversidade, a pandemia da Covid-19, as crises econômicas, as guerras e os conflitos geopolíticos.

A cada publicação anual do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), as evidências sobre a continuidade do aquecimento global - com estimativas de atingir 1,5°C acima dos níveis pré-industriais até 2040 – e as projeções de seus impactos, como a redução da biodiversidade, o aumento das secas e das queimadas, a ocorrência de eventos extremos e inundações e a queda na produção de alimentos e na segurança alimentar e nutricional, tornam-se cada vez mais alarmantes (IPCC, 2023). Da mesma forma, os relatórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostram que, após a melhoria nos indicadores verificada nos anos 2000, há um quadro de agravamento da fome, da insegurança alimentar e nutricional e da obesidade no mundo desde 2016. De acordo com o último relatório sobre o estado da segurança alimentar e nutricional no mundo,

cumprir a meta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de erradicar a fome até 2030 configura-se um desafio esmagador. De fato, estima-se que quase 600 milhões de pessoas seguirão padecendo de subalimentação crônica em 2030. Lamentavelmente, as preocupações não giram somente em torno da fome (FAO, 2023, p.8). As dificuldades de acesso a alimentos saudáveis e nutritivos e o incremento do consumo de alimentos ultraprocessados nas áreas urbanas, periurbanas e rurais agravam os problemas de sobrepeso, obesidade e saúde pública.

O Brasil não está alheio a esse cenário global. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional mostraram que, em 2022, 58% da população do país apresentava algum grau de insegurança alimentar e nutricional, sendo 15% (33 milhões de brasileiros) em situação de fome (Rede PENSSAN, 2022). Concomitante à fome, 61,4% da população está com sobrepeso e 24,3% é obesa, sendo esses fenômenos associados a dificuldades de acesso à alimentação saudável e hábitos alimentares inadequados (BRASIL, 2023).

Ao mesmo tempo em que o país enfrenta desafios alimentares importantes, sofre problemas climáticos de diversas ordens. Em termos ilustrativos citamos que, nos últimos meses, enquanto o Rio Grande do Sul enfrentou diversos ciclones e inundações, o Amazonas vem enfrentando a maior seca desde o início da série histórica em 1902, em ambas as situações com graves impactos humanitários, sociais, econômicos, produtivos e ambientais.

Diversos fatores têm contribuído para essas crises planetárias. De acordo com Swinburn et

al. (2019), os principais elementos que impulsionam a sindemia global são a alimentação, a agricultura, o transporte, o desenho urbano e o uso da terra. Em outras palavras, destacam as dinâmicas assumidas pelos sistemas alimentares hegemônicos. Para os autores, os atuais sistemas alimentares estão degradando o ambiente para além da capacidade de reparação dos ecossistemas naturais. A extração excessiva de elementos da natureza, o desmatamento, a redução da biodiversidade, a degradação dos solos, a poluição das águas e a emissão de gases de efeito estufa nos diferentes elos dos sistemas alimentares são fatores determinantes nesse sentido. Ademais, ainda que tenham contribuído para o aumento da oferta alimentar, os atuais sistemas alimentares tornaram-se um dos principais contribuintes para as epidemias globais de doenças crônicas (SWINBURN *et al.*, 2019). Essas análises somam-se à ampla e crescente literatura e estudos no Brasil e no mundo que destacam as problemáticas dos sistemas alimentares hegemônicos e a urgência de construir sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivos (IPES-Food, 2021; PREISS; SCHNEIDER, 2020; HLPE, 2019).

Nesse contexto, tem sido crescente o reconhecimento da Agroecologia como uma resposta às transformações necessárias nos sistemas alimentares (KERR *et al.*, 2023; PLACE *et al.*, 2022; HLPE, 2019). Confluindo com interpretações e práticas há décadas reivindicadas por agricultoras e agricultores, organizações não governamentais e movimentos sociais, mais recentemente diversas organizações internacionais e cientistas têm igualmente reconhecido e clamado pelo fortalecimento da Agroecologia. Para ilustrar esse processo citamos o reconhecimento da Agroecologia pelo relator especial do Direito Humano à Alimentação da Nações Unidas em 2014 (DE SCHUTTER, 2014); a premiação do World Future Council para as melhores políticas de promoção da Agroecologia em 2018; a adoção pela FAO de *Dez elementos da Agroecologia: guia*

para a transição para sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis em 2018, resultante de amplo processo de consultas regionais realizadas de 2015 a 2019 (FAO, 2018); e o relatório do Painel de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE, na sigla em inglês), do Conselho de Segurança de Alimentar da FAO, sobre Agroecologia e outras abordagens inovadoras em 2019 (HLPE, 2019).

Diante das crises planetárias, o relatório do HLPE (2019, p. 13) compreende que:

A Agroecologia é capaz de contribuir para a transformação dos sistemas alimentares, aplicando princípios ecológicos à agricultura e assegurando uma utilização regenerativa dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, ao mesmo tempo que aborda a necessidade de sistemas alimentares socialmente equitativos, nos quais as pessoas possam exercer escolhas sobre o que comem e como e onde os alimentos são produzidos (em tradução livre).

Da mesma forma, Kerr *et al.* (2023, p. 5) afirmam que:

A Agroecologia é uma abordagem abrangente com potencial para transformar os sistemas agroalimentares e enfrentar os principais desafios contemporâneos da humanidade. As práticas agroecológicas melhoram a segurança alimentar, a nutrição e a saúde, ao mesmo tempo que se adaptam e mitigam as alterações climáticas, sem comprometer os ecossistemas. Além disso, apoiam a igualdade e a justiça social desde a produção até o consumo de alimentos (em tradução livre).

Gemmill-Herren *et al.* (2023, p. 01) complementam, destacando que

A Agroecologia é uma abordagem holística que contempla a transformação dos sistemas alimentares exigida pela Agenda 2030; trata-se de uma transição para sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis que garante a segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, proporciona

equidade social e econômica e conserva a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos dos quais a agricultura depende (em tradução livre).

Considerando as contribuições da Agroecologia e a severidade das crises planetárias, assumimos, portanto, que sua promoção deveria ser uma tarefa e responsabilidade de todas as pessoas, da sociedade, da ciência, das organizações coletivas, dos movimentos sociais, dos governos, dos partidos, etc. Apesar dessas responsabilidades compartilhadas, para que Agroecologia se afirme como um paradigma orientador de mudanças estruturais nos sistemas alimentares, é central que ocorra uma transformação nas instituições que sustentam e reproduzem o modelo agroalimentar atualmente dominante. Daí a centralidade do papel do Estado e das políticas públicas, tema desta edição da revista *Agriculturas*.

Os Estados são atores fundamentais, pois, em primeiro lugar, historicamente foram os responsáveis pelo avanço da Revolução Verde e da modernização da agricultura. Portanto, pelo estímulo às crises planetárias que estamos vivenciando. No caso brasileiro, por meio de diversas políticas públicas e flexibilizações em legislações ambientais e agrárias, o Estado (junto com o setor privado) foi (e segue sendo) responsável pelo avanço da fronteira agrícola, pela expansão da produção de commodities em todos os biomas, pelo fortalecimento político do agronegócio e pela emergência de diversos problemas socioambientais e climáticos (desmatamento, redução da biodiversidade, poluição das águas, perdas de territórios tradicionais, entre outros) (POMPEIA, 2021; DELGADO, 2013). Ao mesmo tempo, também historicamente, prevaleceram a inação e/ou políticas públicas equivocadas ou insuficientes para o enfrentamento da fome, das crises de abastecimento e da insegurança alimentar e nutricional, conjuntamente com diferentes estímulos à indústria alimentar e ao consumo de alimentos *modernos* e ultraprocessados

(GRISA; PORTO, 2013). Apesar do protagonismo e da proatividade de organizações do campo agroecológico, a construção da Agroecologia nos territórios tem sido bastante constrangida pelas opções políticas, produtivas e ambientais adotadas pelo Estado nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). É por isso que afirmamos que o avanço da Agroecologia depende fortemente de mudanças expressivas nas ações do Estado.

Por outro lado, os Estados têm exercido papel importante para o avanço e a promoção da Agroecologia, por meio da mobilização de diversas políticas públicas e instrumentos (PLACE *et al.*, 2022; SABOURIN *et al.*, 2019; SABOURIN *et al.*, 2017). No caso brasileiro, novamente o Estado, com todas as suas contradições e conflitos, foi um ator chave na institucionalização de políticas públicas a favor da Agroecologia (PLACE *et al.*, 2022; SCHMITT *et al.*, 2017; SAMBUICHI *et al.*, 2017). Aproveitando os espaços políticos e institucionais abertos pelas políticas de promoção da agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar e nutricional, o Estado brasileiro (pressionado e/ou em diálogo e coconstrução com as organizações do campo agroecológico) avançou em diversas medidas. São exemplos, nesse sentido, a incorporação da Agroecologia na assistência técnica e extensão rural; a promoção de produtos agroecológicos nos mercados institucionais, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o fortalecimento da Agroecologia no ensino e na pesquisa (Núcleos de Estudo em Agroecologia); a promoção de territórios e redes agroecológicas (Programa Ecoforte); e, como resultado mais emblemático, a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com seus Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapos) e instâncias de deliberação e participação social, como a Câmara Interministerial (Ciapo) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo).

Dadas essas contradições, consideramos fundamental colocar em debate o papel do Estado na promoção da Agroecologia. Os Estados precisam produzir respostas coerentes, eficientes e integradas aos grandes desafios planetários. Isso implica construir políticas públicas e instrumentos promotores de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos, sendo a Agroecologia um caminho essencial nesse sentido. Desse entendimento, pelo menos três considerações devem ser levadas em conta:

1. Essas diferentes atuações do Estado acompanham e materializam as relações de poder presentes em cada sociedade. No caso brasileiro, historicamente o Estado foi composto e permeável aos interesses dos grandes proprietários de terras, setor agroindustrial e, desde os 1990, aos atores vinculados à categoria política do agro-negócio. Contudo, a democratização do país e a eleição de governos progressistas também oportunizam (não sem conflitos e contradições) repertórios de interação entre Estado e movimentos sociais e organizações do campo agroecológico (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Isso implica considerar que as demandas pela construção de políticas públicas para a Agroecologia também envolvem disputas sobre as próprias configurações políticas do Estado;
2. Sendo o Estado um espaço de disputa constante entre diferentes coalizões de atores e expressão das configurações políticas transitórias na sociedade, nada garante que, uma vez criadas políticas públicas de promoção da Agroecologia, as mesmas se tornem perenes. Pelo contrário, a trajetória política brasileira recente mostra que coalizões políticas podem mobilizar diferentes estratégias para dismantelar as políticas públicas que tensionam seus projetos de desenvolvimento (NIEDERLE *et al.*, 2022). Foi o que vimos com o desmonte de diversas políticas públicas de promoção da Agroeco-

logia, de segurança alimentar e nutricional e da agricultura familiar no período de 2016 a 2022 (LOURENÇO *et al.*, 2022; NIEDERLE *et al.*, 2022). Em novas configurações políticas, mais permeáveis às suas interpretações e proposições, coalizões a favor da Agroecologia, da agricultura familiar e da segurança alimentar devem desenvolver estratégias para assegurar maiores bloqueios institucionais aos desmontes.

3. Em países federalizados, o Estado deve ser compreendido nas suas diferentes instâncias e escalas, o que implica pausar e disputar a construção de políticas de promoção de Agroecologia desde os governos municipais até o governo federal. Diversos estudos e pesquisas têm mostrado a riqueza da diversidade de ações construídas por governos municipais e estaduais no Brasil (ANA, 2022; 2020; SABOURIN *et al.*, 2019). Essas experiências mais localizadas, além de fortalecerem a Agroecologia nos territórios e, em diversas situações, manifestarem as estratégias de resiliência dos atores locais aos processos de desmonte das políticas públicas nacionais, podem produzir lições e aprendizados a serem adaptados em escalas mais amplas, como a nacional. Por sua vez, diversas políticas nacionais de promoção da Agroecologia poderiam inspirar e serem replicadas por governos estaduais e municipais, a exemplo do estabelecimento de políticas estaduais e municipais de Agroecologia e produção orgânica – com seus respectivos planos e instâncias de governança e participação social –, programas estaduais e municipais de compras públicas, etc. Assim organizadas e integradas, as políticas públicas de promoção de Agroecologia ganham novos contornos e magnitudes, coerentes com os desafios planetários a serem enfrentados.

Os artigos desta edição da revista *Agriculturas* exploram essas questões, ilustrando com

exemplos concretos a importância, as variadas configurações e os desafios das políticas públicas de promoção da Agroecologia.

Pelo menos três artigos tratam diretamente do reconhecimento e da importância internacional da Agroecologia. O texto de Georgina M. Catacora-Vargas, com o título “A Agroecologia na Declaração das Nações Unidas sobre Direitos das e dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (Undrop)”, apresenta o processo de construção dessa declaração, as razões que levaram à elaboração da mesma, algumas de suas principais definições e o modo como a Agroecologia foi incorporada no documento. De acordo com a autora, além de diversos artigos que tratam da dignidade e justiça aos camponeses e camponesas (portanto, atendendo ao compromisso social e político da Agroecologia com o cuidado da vida), a Undrop traz diversas orientações para o manejo agroecológico dos ecossistemas, com base nos elementos fundamentais para a Agroecologia, que se traduzem no exercício do direito à soberania alimentar, à terra, à água, à sementes, com enfoque especial sobre os direitos das mulheres camponesas.

Intitulado “Apoio a transições agroecológicas em sistemas alimentares: comparações de políticas agroalimentares em cinco países”, o artigo de Claire Lamine e colegas discute a trajetória das políticas de promoção de Agroecologia na França, na Itália, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Brasil. De acordo com as autoras e os autores, pelo menos três fases (não conclusivas) são possíveis de serem observadas nas políticas nacionais desde a metade do século 20, perpassando políticas produtivistas, políticas sensíveis às questões ambientais e à sustentabilidade e, mais recentemente, políticas focadas em sistemas alimentares. As diferentes temporalidades e especificidades no reconhecimento da Agroecologia são atribuídas – como apontamos anteriormente – às relações de poder, às resistências encontradas e às alianças construídas pelas organizações do

campo agroecológico. Em que pese as especificidades de contexto, a conclusão do artigo é de que, em todos os países, a escala territorial é cada vez mais reconhecida como um âmbito relevante para apoiar as transições ecológicas dos sistemas alimentares.

A experiência da Assembleia Cidadã Suíça para Políticas Alimentares é apresentada no artigo “Lições das bases: como podem as assembleias cidadãs contribuir para uma transformação agroecológica radical”, de Inea Lehner e Johanna Jacobi. As autoras discorrem sobre o papel da Assembleia Cidadã como arena para as interações entre Estado e sociedade. No exemplo suíço apresentado, com o apoio financeiro e político do governo, a assembleia foi composta por 80 pessoas de todo o país que, durante seis meses, discutiram as dinâmicas dos sistemas alimentares e aprovaram 126 recomendações de políticas alimentares. Embora emblemática da democracia alimentar, onde cidadãs e cidadãos podem participar das decisões sobre a alimentação, o artigo destaca que mesmo essa experiência enfrenta desafios para promover transformações agroecológicas mais expressivas, devido às relações de poder das corporações e às tentativas de despolitizar as principais problemáticas dos sistemas alimentares (descontextualizar suas causas e contextos).

Os seis artigos seguintes discutem a realidade brasileira. Ilustrando que a construção das políticas de promoção da Agroecologia não é um processo linear, a entrevista concedida a Marina Yamaoka por Rogério Dias, atual presidente do Instituto Brasil Orgânico (IBO) e por 20 anos gestor responsável pelas ações de produção orgânica no Ministério da Agricultura, discute o desmonte das políticas de promoção de Agroecologia ocorrido desde 2016 e os desafios para a sua reconstrução no novo contexto político, com a eleição do Presidente Lula para seu terceiro mandato. O entrevistado destaca que, ainda que a experiência anterior seja importante no processo de reconstrução, as questões

conjunturais e políticas de 2023 impõem novos desafios. O entrevistado salienta a importância de fortalecer as políticas públicas locais, bem como avançar em políticas públicas estruturantes para a Agroecologia, a exemplo daquelas que fortalecem sua ancoragem territorial, como o Programa Ecoforte e as Comissões de Produção Orgânica nos governos estaduais.

Três artigos retomam a trajetória de ações e políticas públicas importantes para a Agroecologia no Brasil e igualmente abordam desafios para a sua reconstrução em 2023. No artigo “Marcha das Margaridas e os caminhos de construção da Agroecologia no Brasil”, Eryka Galindo, Marco Antonio Teixeira e Renata Motta ressaltam o quanto as políticas públicas de promoção da Agroecologia são fruto da *cooperação-conflituosa* entre o Estado e os movimentos sociais, particularmente os das mulheres trabalhadoras rurais. O artigo discute as ações e políticas conquistadas (não sem muitas reivindicações e desafios) pelo movimento desde o início dos anos 2000, sendo emblemática a construção da Pnapo em 2012. Apresenta também as reivindicações e as conquistas da Marcha das Margaridas de 2023.

O artigo de Julian Perez-Cassarino e Silvio Isoppo Porto, com o título “O Programa de Aquisição de Alimentos e os desafios para a transição agroecológica”, retoma elementos da trajetória desse importante mercado institucional e destaca suas contribuições para o fortalecimento da Agroecologia. Discute ainda o processo de reconstrução do programa, depois do desmonte iniciado ainda em 2012, bem como os desafios para que o mesmo avance no fortalecimento de sistemas alimentares mais inclusivos e sustentáveis.

A trajetória da agricultura urbana no mundo e no Brasil é abordada no texto de Daniela Almeida, Karine Freitas, Lorena Portela e Luisa Ferrer. Com o título “Agriculturas urbanas: uma agenda política necessária para a construção de sistemas alimentares justos e



Os Estados precisam produzir respostas coerentes, eficientes e integradas aos grandes desafios planetários.

saudáveis”, as autoras salientam a importância de diversas experiências inicialmente reconhecidas pela sociedade civil e, posteriormente, pelo Estado e suas políticas públicas. Destacam também a criação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), em 2014, e sua incidência na construção de políticas públicas em diferentes escalas (municipal, estadual e federal), citando como relevante e ilustrativa a elaboração, em 2023, do Programa Nacional de Agricultura e Periurbana.

Ao ressaltarem a importância dos avanços em escalas subnacionais, Flávia Londres, Viviane Brochart e Morgana Maselli relatam no artigo “Do local ao nacional: a incidência sobre políticas públicas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)” a estratégia de incidência política dessa rede no mapeamento e na promoção de políticas públicas municipais e estaduais de promoção da Agroecologia. O texto mostra como nas eleições municipais de 2020 e nas eleições estaduais de 2022 a ANA deu visibilidade a uma ampla diversidade de políticas públicas já implementadas em todo o

país, contribuindo para avançar na construção de coalizões políticas a favor da Agroecologia por meio do comprometimento de pessoas eleitas a cargos no Legislativo e Executivo em nível municipal, estadual e federal.

Explorando igualmente a importância de outras escalas e reforçando as conclusões apresentadas por Lamine *et al.* neste número, o artigo de Claudia Job Schmitt e Helena Rodrigues Lopes, intitulado “Conectando políticas públicas, redes e territórios: inovações conceituais e metodológicas do Programa Ecoforte”, retoma a experiência desse programa no fortalecimento de ações e redes territoriais de Agroecologia. Na avaliação das autoras, as contribuições e as inovações do programa estão associadas à construção coletiva entre Estado e sociedade, a sua atuação por meio de redes territoriais e ao fortalecimento da autonomia das populações na gestão dos sistemas agroalimentares.

Apesar das diferentes ênfases e recortes, todos os artigos reafirmam a importância da Agroecologia na construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivos, destacando o papel do Estado (em diálogo e em interação com a sociedade) na promoção dessa prática, movimento e ciência. Desejamos boa leitura a todas e todos e a construção de um presente e futuro agroecológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n.2, p. 325-357, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21831470003>>. Acesso em 3 out. 2023.

ANA. **Agroecologia nas eleições**. Democracia. Rio de Janeiro: ANA, 2022.

ANA. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro**: iniciativas municipais de apoio a agricultura familiar e a agroecologia e de promo-

ção da segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: ANA, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2023**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério de Saúde, 2023. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2023.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

DELGADO, G.C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DE SCHUTTER, O. Informe presentado por el Relator Especial sobre Derecho a la alimentación. **Informe Final**: el potencial transformador del derecho a la alimentación. 2014. Disponível em: <<https://undocs.org/es/A/HRC/25/57>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FAO; FIDA; OMS; PMA; UNICEF. **Estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**: urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc3017es>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FAO. **The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems**. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/en/c/I9037EN/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

GEMMILL-HERREN, B. *et al.* Editorial: agroecology in policy and practice. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 7, p.1-3, jan. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fsufs.2023.1136305>>. Acesso em: 10 out. 2023.

GRISA, C.; PORTO, S.I. Food policies and sectorial referentials in the Brazilian trajectory. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n.3, p. 1-20, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390en>>. Acesso em: 10 out. 2023.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

IPES-Food. **Un marco unificador para la transformación de los sistemas alimentarios**: un llamado a los gobiernos, las empresas privadas e la sociedad civil para que adopten 13 principios clave. IPES Food, 2021. Disponível em: <https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/SFS%20vers%20ES%20print_quality.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

HLPE. **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**. Roma: HLPE, 2019. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2023.

KERR, R.B *et al.* Agroecology as a transformative approach to tackle climatic, food and ecosystemic crisis. **Current opinion in Environmental Sustainability**, v. 62, jun. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cosust.2023.101275>>. Acesso em: 28 set. 2023.

LOURENÇO, A. *et al.* **Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico**: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ANA-2022.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

NIEDERLE, P. A. *et al.* Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 49, p. 1-23, 2022.

PLACE, F. *et al.* **Agroecologically-conducive policies**: a review of recent advances and remaining challenges. Working paper 1, 2022.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante e O Joio e o Trigo, 2021.

PREISS, P.; SCHNEIDER, S. **Sistemas alimentares no século 21**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2022.

SABOURIN, E. *et al.* **Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. Curitiba: CRV, 2019.

SABOURIN, E. *et al.* (org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.

SAMBUICHI, R.H.R. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

SCHMITT, C. *et al.* La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la agroecología. Sabourin, E. *et al.* (org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017, p. 73-122.

SWINBURN, B. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change. The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, p. 791-846, fev. 2019. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)30310-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)30310-1)>. Acesso em: 4 out. 2023.

CÁTIA GRISA

professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
catia.grisa@ufrgs.br



AGROECOLOGIA NA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS CAMPONESES E CAMPONESAS E OUTRAS PESSOAS QUE TRABALHAM EM ÁREAS RURAIS (UNDROP)

GEORGINA M. CATACTORA-VARGAS

Apego à terra como marca definidora do campesinato.

Foto: a autora

Em 2012, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (CDH/ONU) estabeleceu um grupo intergovernamental para propor um projeto de

declaração sobre os direitos das e dos camponeses e de outras pessoas que trabalham em áreas rurais. Essa iniciativa foi baseada nas conclusões de um estudo encomendado pelo Comitê

Consultivo do CDH, que recomendou a criação de um procedimento especial e de um novo instrumento internacional sobre essa questão. Em 2018, após cinco sessões de trabalho, foi adotada a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais, comumente conhecida como Undrop (por sua sigla em inglês).

A Undrop é um instrumento internacional de direitos humanos focado na proteção de aspectos essenciais para a reprodução das estratégias de vida de camponeses(as) e outros trabalhadores(as) em áreas rurais em condições de dignidade. Portanto, a Undrop é relevante em seu conteúdo devido à importância do campesinato e urgente frente à condição de vulnerabilidade a que está submetido em todo o mundo.

Neste texto, apresentamos os aspectos básicos da abordagem da Undrop e indicamos sua relação com a Agroecologia.

QUEM SÃO OS CAMPONESES(AS) E AS DEMAIS PESSOAS QUE TRABALHAM EM ÁREAS RURAIS?

No marco da Undrop, *camponeses(as)* e *outras pessoas que trabalham em áreas rurais* são titulares de direitos. Ou seja, a quem são atribuídas e habilitadas a proteção e o exercício de certas faculdades e prerrogativas necessárias para garantir seu bem-estar com dignidade e justiça. Segundo o Artigo 1 da Undrop:

- *Camponês/Camponesa* é toda pessoa que se envolve ou procure se envolver, de maneira individual ou em associação com outras ou como comunidade, na produção agrícola em pequena escala para subsistência ou comercialização e que para tanto recorra, em grande medida, ainda que não exclusivamente, ao trabalho dos membros de sua família ou de sua casa e a outras formas não monetárias de organização do

trabalho, e que tenha um vínculo especial de dependência e apego à terra. Também estão incluídos os povos indígenas e as comunidades locais que trabalham na terra, sejam elas transumantes, nômades e seminômades e mesmo que não sejam suas proprietárias, e os dependentes de camponeses.

- *Outras pessoas que trabalham em áreas rurais* são trabalhadoras e trabalhadores assalariados permanentes ou temporários – incluindo migrantes, independentemente de seu status migratório – em plantações, produção agrícola ou aquícola, silvicultura e empresas agroindustriais.

Portanto, a Undrop define *camponês/camponesa* e *outras pessoas que trabalham em áreas rurais* de forma ampla e inclusiva, reconhecendo a diversidade de identidades e, conseqüentemente, de sistemas de vida que são sustentados e recriados por meio do manejo de ecossistemas e territórios. Essa condição é fundamental e é resumida como o "vínculo especial de dependência e apego à terra" (Artigo 1.1)¹. Além disso, a definição de *camponês/camponesa* tem uma perspectiva de gênero e geração, incluindo mulheres, crianças e jovens. Com base nesse esclarecimento, no presente artigo, a expressão *camponês ou camponesa* refere-se à integralidade e à diversidade de pessoas reconhecidas como tal na Undrop.

POR QUE CAMPONESAS E CAMPONESES SÃO TITULARES DE DIREITOS EXCLUSIVOS?

As camponesas e camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais são titulares dos direitos humanos reconhecidos pelas Nações Unidas. Esses direitos são universais (ou seja, aplicam-se a todas as pessoas, sem discriminação de qualquer tipo), indivisíveis

¹ As disposições da Undrop inseridas ao longo deste artigo são traduções livres, uma vez que não há textos oficiais da ONU disponíveis em português. A versão oficial da Undrop em espanhol está disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1650694>>.

(não podem ser fragmentados e devem ser aplicados em sua totalidade) e interdependentes (complementam-se e reforçam-se mutuamente). No entanto, devido a suas características e condições particulares, as camponesas e camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais também são titulares de direitos humanos de proteção *categórica*.

Segundo a Undrop, isso se deve aos seguintes fatores:

- *A suas contribuições históricas e atuais para o desenvolvimento e a conservação de sementes, raças de animais e conhecimentos essenciais para a alimentação de toda a humanidade.* Desde o surgimento da agricultura, camponeses e camponesas têm sido protagonistas na domesticação, no desenvolvimento e na conservação da riqueza de plantas e animais usados na agricultura. Por exemplo, as cerca de seis mil plantas cultivadas para a alimentação (FAO, 2019) são o resultado do trabalho de observação, seleção e reprodução realizado pelo campesinato² ao longo de milênios. Entre os exemplos da contribuição histórica das camponesas e dos camponeses no desenvolvimento de plantas e animais com relevância agrícola e alimentar, citamos as quase sete mil variedades de batata nos Andes (VERASTEGUI-MATÍNEZ; ZÚÑIGA-DÁVILA, 2023), as 219 raças de milho identificadas na América Latina (GOODMAN; BIRD, 1977) e as mais de 800 raças de ovelhas no mundo (AVENDAÑO ROMÁN *et al.*, 2005).
- *A sua relação direta e de dependência dos sistemas de vida com a biodiversidade, a terra e a água.* Toda a humanidade depende da biodiversidade e de seus componentes. No entanto, os sistemas de vida das camponesas e camponeses são recria-

dos e dinamizados por interações diretas com ecossistemas e territórios. De acordo com a Via Campesina (NICHOLSON, 2019), o campesinato representa 30% da população mundial. Ou seja, aproximadamente 2,4 bilhões de pessoas³ dependem – em termos de fonte de alimentos, sistemas de conhecimento, economia monetária e não monetária e organização sociocultural e política – da terra (para cultivo e pastoreio), das florestas (para colheita e caça silvestre) e das águas interiores e costeiras (para pesca). Essas relações não são apenas biológico-materiais, mas também culturais-espirituais, expressas de forma integrada em processos bioculturais. Tudo o que foi mencionado anteriormente ilustra o “vínculo especial de dependência e apego à terra” do campesinato (Artigo 1.1. da Undrop).

- *A sua condição de vulnerabilidade ecológica e social.* De forma geral, os processos ecológicos influenciam os processos socioeconômicos e vice-versa, algo de grande relevância nos sistemas de vida camponeses devido à sua dependência direta da biodiversidade e de seus componentes (como terra, água, florestas, entre outros). Portanto, com a crescente degradação dos solos, 3,2 bilhões de pessoas estão em uma situação de vulnerabilidade ecológica e social (IPBES, 2018). Por outro lado, as estratégias de vida de 492 milhões de pessoas (40% mulheres) que dependem total ou parcialmente da pesca artesanal de pequena escala (FAO, 2023) estão ameaçadas pela poluição da água, pela mudança de uso das áreas costeiras e ribeirinhas e pela alteração dos padrões de chuva e dos níveis de água devido ao aquecimento global, entre outros fatores. Da mesma forma, os cerca de 200 a 500 milhões de pastores/as do mundo estão

² Seguindo a definição de camponeses(as) da Undrop, também se reconhece que os povos indígenas desempenharam um papel central na domesticação de espécies.

³ O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) menciona que a estimativa global da população rural é de 3 bilhões de pessoas. Desse total, nem todas são camponesas e, portanto, o número relatado pela Via Campesina é considerado realista.

sendo afetados pela desertificação do solo, pela perda de biodiversidade e pelas mudanças climáticas. A deterioração ecológica também está relacionada à perda da identidade cultural do campesinato, de seus sistemas de conhecimento e suas formas locais de organização e relações sociais. Isso é agravado pelas restrições ao acesso e à posse de terras e sementes e ao uso de ecossistemas (por exemplo, florestas, pastagens, zonas úmidas, manguezais). Como resultado, 20% da população global que vive na condição de pobreza e de fome é formada por famílias camponesas sem terra (UNCHR, 2012).

- *Ao histórico de discriminação e violência contra o campesinato.* De maneira generalizada, os camponeses(as) têm possibilidades limitadas de acesso a informação, serviços financeiros, apoio logístico, proteção social e condições de trabalho adequadas e justas. Tudo isso é uma expressão da discriminação constante, em particular contra as mulheres camponesas porque, além do que foi mencionado, elas são excluídas do acesso e do controle sobre a terra e a água. Menos de 2% do total de terras agrícolas pertencem a mulheres (RAE, 2008). As camponesas e camponeses também enfrentam a violência por meio da expropriação de terras, do despejo e do deslocamento forçado, que muitas vezes estão relacionados à concentração e à grilagem de terras, bem como aos incentivos para a expansão da produção agroindustrial de alimentos e agrocombustíveis em suas comunidades, às concessões de terras e água a terceiros sem consulta prévia, à construção de infraestruturas, ao estabelecimento de áreas estritamente protegidas, a conflitos armados, entre outros fatores (BOYD; KEENE, 2021; UNCHR, 2012). A repressão e a criminalização dos movimentos camponeses também são comuns. Parte da

violência contra grupos camponeses se baseia em dois processos comuns, quase normalizados. Um deles é a contaminação de seus corpos e ecossistemas que manejam (por agroquímicos, atividades de mineração, lixiviados de aterros sanitários, derramamentos de combustíveis e outros produtos químicos). O outro processo é sua exclusão na tomada de decisões e na dinâmica socioeconômica (como os mercados). Assim, as formas de discriminação e violência enfrentadas pelo campesinato são múltiplas e profundas.

Além dos motivos suscitados pela Undrop, podemos citar:

- *Seu papel na realização do direito humano à alimentação.* Apesar dos múltiplos desafios que enfrentam, a capacidade coletiva de produção do campesinato é essencial para o suprimento global de alimentos, em termos de volume e diversidade. Estudos variam quanto à dimensão dessa contribuição. Mas o certo é que a agricultura camponesa de pequena escala (com menos de cinco hectares de terra) dedica a maior parte de sua superfície à produção de alimentos, consumidos pelas populações locais, incluindo as próprias famílias camponesas (ou seja, pelo menos 2,4 bilhões de pessoas), atendendo entre 36% e 78% de suas necessidades médias de energia por meio do autoconsumo (GRAEUB *et al.*, 2016). Um estudo realizado em 918 localidades de 83 países da América Latina, da África Subsaariana e do Sudeste Asiático constatou que as agricultoras e agricultores de pequena escala produzem cerca de 70% das calorias alimentares necessárias em 30% da área agrícola das localidades analisadas (SAMBERG *et al.*, 2016). O mesmo estudo estabeleceu que os sistemas de produção caracterizados fornecem mais da metade dos alimentos básicos consumidos localmente, como arroz, mandioca, trigo,



O conjunto de disposições da Undrop faz contribuições únicas para o corpo internacional de direitos humanos. Entre outras, destaca a inclusão da Agroecologia como uma obrigação dos Estados

batata, milho e cevada, entre outros. Esses dados ajudam a reconhecer que, graças ao trabalho do campesinato, a população global, em diferentes graus, é capaz de se alimentar e exercer o direito humano à alimentação. Quando a produção é baseada nos princípios da Agroecologia, esse direito adquire um atributo essencial: “alimentação saudável”.

- *Seu papel de promoção do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável por meio de seus modos de manejar os agroecossistemas e paisagens a partir de uma perspectiva agroecológica.* A agricultura industrial é um dos principais fatores responsáveis pelo desequilíbrio socioecológico global por meio da poluição e da deterioração ambiental que gera. A FAO estima que 2,7 milhões de toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos foram aplicados em 2020. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente informa que 80% dos fertilizantes nitrogenados aplicados na agricultura convencional acabam poluindo os ecossistemas. Outro relatório da FAO menciona que quase 90% do desmatamento entre

2000 e 2018 está relacionado à expansão da fronteira agrícola. Esses e outros problemas de degradação ecológica ameaçam a saúde das comunidades humanas e dos ecossistemas, bem como a capacidade de reproduzir os sistemas de vida dos quais dependemos. Ao manejarem sistemas de produção baseados em princípios agroecológicos na agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura e outros, o campesinato contribui para a redução dos riscos socioecológicos e da poluição causados pela agricultura industrial e, portanto, para o exercício do direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável.

CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNDROP SOB A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

Consistente com os instrumentos de direitos humanos das Nações Unidas, a Undrop reconhece um amplo conjunto de direitos das e dos camponeses e de outras pessoas que trabalham em áreas rurais, bem como as obrigações dos Estados nas áreas de liberdade de pensamento, organização e movimento; erradicação de formas de discriminação, violência e trabalho forçado; alimentação; água; saúde; educação; moradia; cultura; trabalho decente e seguro; salários justos; acesso a meios que garantam o sustento de uma vida digna; participação; informação e conhecimento, inclusive conhecimento tradicional; resolução de conflitos, reparação e compensação em caso de danos; seguridade social; assistência jurídica e acesso a mecanismos de proteção social.

Além disso, a Undrop inclui direitos essenciais para a sustentabilidade dos sistemas de vida rural. Esses direitos começam com uma definição ampla e, portanto, inclusiva de camponeses e camponesas. Isso identifica como detentores de direitos a uma diversidade de atores geralmente invisíveis e ignorados, um reconhecimento que é fundamental por pelo menos três motivos:

- A *dignificação e a justiça* começam com a visualização das e dos detentores de direitos humanos, habilitados como tais pelo fato de sua existência.
- Conforme desenvolvido anteriormente, a *necessidade de redignificar o status de camponês/camponesa e trabalhador/trabalhadora rural* devido à sua importância no manejo de agroecossistemas, paisagens e suas funções ecossistêmicas, no fornecimento de alimentos, na recreação cultural e, como resultado, na criação de condições para que outras pessoas exerçam os direitos humanos, como alimentação, saúde, identidade e um ambiente limpo, saudável e sustentável.
- A urgência de *proteger a identidade das camponesas e camponeses dos processos de cooptação de sua essência e atribuições*. Esses processos buscam incorporar o campesinato em lógicas econômicas dominantes, atribuindo-lhes o caráter de *produtor* ou *empresário* (VAN DER PLOEG, 2009), bem como enfraquecer seus direitos inerentes à terra, às sementes, à água e ao conhecimento. Isso é particularmente relevante nas discussões sobre propriedade intelectual, em que quem cultiva variedades comerciais aspira a se redefinir e obter o status de *agricultor* ou *camponês* para tornar-se titular de direitos sobre a posse de sementes e variedades.

Todos os itens acima, relacionados ao avanço da dignidade e da justiça das camponesas e camponeses, fazem parte do compromisso social e político da Agroecologia por meio do cuidado com a vida. A Undrop, por sua vez, reconhece a Agroecologia como parte das obrigações dos Estados em relação à *transição para a produção agrícola sustentável* (Artigo 16.4); à *conservação e uso sustentável da terra e de outros componentes dos ecossistemas* (Artigo 17.7) e à *proteção de conhecimentos, inovações e práticas tradicionais* (Artigo 20.2).

Entretanto, a relevância da Agroecologia para a implementação da Undrop vai além de sua menção explícita. Ela também está relacionada a aspectos do manejo agroecológico, a alguns de seus impactos e a fatores para sua ampla disseminação.

As disposições da Undrop diretamente relacionadas ao manejo agroecológico são:

- *Direito de acesso aos componentes do ecossistema e seu manejo sustentável* (por exemplo, Artigo 5.1, Artigo 17.1 e Artigo 18.1).
- *Direito de não usar substâncias perigosas*, como agrotóxicos (Artigo 13.2 e Artigo 14.2).
- Obrigação dos Estados de *identificar alternativas aos produtos químicos* usados em áreas rurais que tenham efeitos adversos sobre a saúde humana e os ecossistemas (Artigo 14.4.e).
- Responsabilidade dos Estados de implementar *medidas que reduzam os riscos de violação de direitos decorrentes de organismos geneticamente modificados* (Artigo 20.3).

Outros aspectos distintivos da Undrop que contribuem para os impactos positivos da Agroecologia no nível do sistema alimentar e do manejo da paisagem são: a obrigação dos Estados de adotar *medidas de resiliência* (Artigo 16.5 e Artigo 18.3); o *direito à soberania alimentar* (Artigo 15.5) e o *direito à água*, por meio da conservação, regeneração, uso sustentável e não poluição (Artigo 21.2).

Os aspectos contextuais nos quais a Agroecologia contribui para o exercício dos direitos camponeses e que, por sua vez, são centrais para sua disseminação, incluem: O *direito à terra* e a responsabilidade dos Estados de eliminar e proibir formas de discriminação no acesso à terra (incluindo o estado civil) e de limitar a concentração de terras, inclusive por meio de reformas agrárias (por exemplo, Artigo 17.1, Artigo 17.2 e Artigo 17.6); o *direito a sementes e aos conhecimentos associados*

(Artigo 19.1-2 e Artigo 19.5-6) e os *direitos das mulheres* e a responsabilidade dos Estados de erradicar a discriminação e promover a igualdade de gênero (por exemplo, Artigo 2.2, Artigo 4.1 e Artigo 4.2).

A CENTRALIDADE DA AGROECOLOGIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA UNDROP

Conforme já ressaltado, a Undrop é um instrumento relevante e urgente para lidar com a situação de vulnerabilidade, discriminação e empobrecimento do campesinato. O conjunto de disposições da Undrop faz contribuições únicas para o corpo internacional de direitos humanos. Entre outros, destaca a inclusão da Agroecologia como uma obrigação dos Estados para a promoção e implementação dos direitos das camponesas e camponeses; concede à resiliência e à soberania alimentar o status de direito (também introduzindo o último termo na linguagem das Nações Unidas); e reconhece agroquímicos e organismos geneticamente modificados como fatores de violação dos direitos humanos. Adicionalmente, embora não sejam questões novas, a Undrop fornece uma especificidade importante sobre o direito às sementes e o direito à terra.

A Agroecologia é uma estratégia fundamental para a implementação da Undrop, entre outros instrumentos de direitos humanos. Por sua centralidade no cuidado da vida em suas dimensões biológica e social para a gestão de agroecossistemas, sistemas alimentares e territórios, a Agroecologia tem a capacidade de restaurar, conservar e fortalecer o ambiente ecológico, o tecido sociocultural e a dinâmica produtiva dos sistemas de vida camponesa (MIER y TERÁN GIMÉNEZ CACHO *et al.*, 2018; ROSSET; ALTIERI, 2018). Do ponto de vista biofísico, há evidências abundantes e crescentes de seu papel na restauração das funções ecossistêmicas necessárias para a gestão saudável, sustentável, resiliente e soberana de alimentos e territórios, reconhecida na Undrop como

um direito e uma obrigação dos Estados. Sob uma perspectiva sociocultural, seus métodos e pedagogias – fundamentadas no respeito à dinâmica organizacional local e aos sistemas de conhecimento tradicionais – contribuem para a agência coletiva baseada na inclusão, na justiça e na dignidade, especialmente para grupos rurais desfavorecidos, como mulheres, crianças e jovens. Essa é uma aspiração fundamental do conjunto dos direitos humanos.

Na prática, apesar de toda a sua capacidade e reconhecimento, a implementação da Agroecologia em diferentes contextos ainda enfrenta barreiras técnicas, financeiras, institucionais e estruturais. A superação desses obstáculos exige a convergência de esforços complementares de diferentes setores, orientados por um compromisso coerente e ético com o bem comum. A implementação da Agroecologia, de acordo com a diversidade dos contextos locais, com uma perspectiva de direitos humanos (incluindo os das camponesas e camponeses e de outras pessoas que trabalham em áreas rurais), pode contribuir para esse caminho de resolução colaborativa dos desafios para a dignificação e o cuidado dos sistemas de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALTIERI, M. *et al.* Documentando la evidencia en Agroecología: Una perspectiva Latinoamericana. **Boletín Científico**, nº 5, jul. 2021. Disponível em: <<http://celia.agroeco.org/wp-content/uploads/2021/07/Evidencias-agroecologicas-CELIA-Boletin-5.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023
- AVENDAÑO ROMÁN, J. *et al.* Razas Ovinas. In: MUJICA, F. (Ed.) **Razas ovinas y caprinas en el Instituto de Investigaciones Agropecuarias**: Boletín No. 127. Osorno: INIA, 2005, p. 17-40.
- BOYD, D.R.; KEENE, S. (2021). **Policy Brief N. 1**. Human rights-based approaches to conserving biodiversity: equitable, effective and imperative. A policy brief from the UN Special

Rapporteur on Human Rights and the Environment, 2001. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/policy-briefing-1.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023

CDH/ONU - Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. **Estudio definitivo del Comité Asesor del Consejo de Derechos Humanos sobre la promoción de los derechos de los campesinos y de otras personas que trabajan en las zonas rurales**, 2012.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Año Internacional de la Pesca y Acuicultura Artesanales 2022 – Reporte Final**, 2023.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **El estado de biodiversidad mundial para la alimentación y la agricultura**, 2019.

GOODMAN, M.M.; BIRD, R.M. The Races of Maize IV: Tentative Grouping of 219 Latin American Races. **Economic Botany**, v. 31, n. 2, p. 204-221, abr., 1977.

GRAEUB, B.E. *et al.* (2016). The State of Family Farms in the World. **World Development**, v. 87, p. 1-15, ago. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012>>. Acesso em: 20 set. 2023.

IPBES – Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **Summary for policymakers of the assessment report on land degradation and restoration**, 2018. Disponível em: <<https://www.ipbes.net/assessment-reports/ldr>>. Acesso em: 23 set. 2023.

MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO *et al.* Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 637-665, mar., 2018.

NICHOLSON, P. (2019). **“Somos los pequeños agricultores campesinos quienes alimentamos a la población mundial”**. La Vía Campesina.

2019. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/somos-los-pequenos-agricultores-campesinos-quienes-alimentamos-a-la-poblacion-mundial/>>. Acesso em: 23 set. 2023.

RAE, I. (2009). **Women and the right to food: international law and state practice**. Roma: FAO, 2008.

ROSSET, P.M.; ALTIERI, M.A. **Agroecología**. Ciencia y Política. La Paz: Tierra, 2018.

SAMBERG, L.H. *et al.* (2016). Subnational distribution of average farm size and smallholder contributions to global food production. **Environmental Research Letters**, v. 11, n. 12, nov. 2016. Disponível em: <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/11/12/124010/pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023.

VAN DER PLOEG, J.D. **The New Peasantries: Struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2009.

VERASTEGUI-MATÍNEZ, P.; ZÚÑIGA-DÁVILA, D. (2023). Chapter 5 - Potato (*Solanum tuberosum*, L.) commercial and traditional cultivation in Andean highlands—Peru/Bolivia. *In*: CEREDA, M.P.; VILPOUX FRANÇOIS, O. (Ed.). **Varieties and Landraces Cultural Practices and Traditional Uses**. Volume 2. Underground Starchy Crops of South American Origin. Academic Press, 2023, p.69-78.

GEORGINA M. CATACTORA-VARGAS

Professora de Agroecologia na Unidade Acadêmica Camponesa “Tiahuanco” da Universidade Católica Boliviana San Pablo e presidenta da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (Socla)
g.catacora@gmail.com





Comparação de políticas de apoio A TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICAS EM CINCO PAÍSES

CLAIRE LAMINE, ERIC SABOURIN, FABIENNE BARATAUD, TARA WIGHT, TERRY MARSDEN, PAULO NIEDERLE, CLAUDIA SCHMITT, ADANELLA ROSSI, PATRIZIA PUGLIESE, SARAH LOYD, MICHELLE MILLER, DANIELÈ MAGDA

O projeto Transições Agroecológicas para Sistemas Alimentares Territoriais (Atter, na sigla em inglês) é um programa de intercâmbio interdisciplinar e multissetorial que reúne profissionais, pesquisadoras e pesquisadores por meio de treinamentos e oficinas, contando com 16 estudos de casos territoriais em cinco países (França, Itália, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos) e com colaboração de 19 organizações participantes.

Mercados territoriais criam relações diretas entre produtores(as) e consumidores(as) de alimentos saudáveis e adequados

Foto: Túlio Martins/AS-PTA



Guardiões da agrobiodiversidade formam redes locais para troca de sementes

Foto: Túlio Martins/AS-PTA

Como seu nome diz, o projeto é focado em amplificar e intensificar iniciativas de transições agroecológicas para sistemas alimentares territoriais, sendo gerenciado como um ecossistema de pesquisa-ação para impulsionar a produção e a disseminação do conhecimento. O seu grupo de participantes sustenta que a Agroecologia é a via mais promissora para desencadear as transições necessárias para os sistemas alimentares, o que implica reconexão entre agricultura, alimentação, meio ambiente e saúde. Afirma também que o nível territorial, por ser a escala de diversos processos de interação entre esses campos e questões, é o mais apropriado para (re)criar ou reforçar essa reconexão e

projetar caminhos de transição. Sob uma perspectiva multidimensional, o projeto se baseia em estudos de caso territoriais destinados a caracterizar os caminhos e as alavancas da transição, contemplando igualmente o papel e o impacto das políticas agroalimentares nesse processo.

Este artigo analisa as políticas públicas nos cinco países nas últimas décadas. Procura verificar até que ponto elas incentivaram as transições agroecológicas dos sistemas agroalimentares, especialmente em nível territorial. A abordagem conceitual, derivada da sociologia da ação pública, tem como objetivo identificar as principais fases, instrumentos, participantes, ideias e controvérsias em

ação nessas políticas públicas. Uma grade compartilhada de análise de trajetórias, ferramentas e efeitos de políticas foi estabelecida e aplicada nos cinco países. A comparação foi realizada graças aos intercâmbios entre os diferentes parceiros e a organização de *workshops para formuladores de políticas*, reunindo atores da área da pesquisa, de formulação de políticas, entre outros envolvidos nessas questões¹.

CAMINHOS DAS POLÍTICAS NACIONAIS E SUAS SUCESSIVAS MUDANÇAS

Ainda que haja diferenças entre as trajetórias das políticas agrícolas e alimentares nos cinco países estudados, po-

¹ Para saber mais sobre o projeto Atter, acesse: <https://www6.inrae.fr/atter-rise/>.

demos identificar três fases principais em comum. A primeira, baseada no paradigma da Revolução Verde, atingiu seu apogeu entre as décadas de 1960 e 1980, embora esse modelo e suas consequências continuem até hoje. Os instrumentos de política pública eram voltados para o aumento da produção e da produtividade a fim de garantir a independência alimentar, a continuidade dos negócios agrícolas e/ou a diplomacia do “Alimento para a Paz” por meio da agroindústria e da promoção das exportações. As políticas agrícolas nacionais no Brasil e nos EUA e a Política Agrícola Comum (PAC) na França, na Itália e no Reino Unido promoveram (e ainda promovem), desde a década de 1960, uma agricultura produtivista baseada no alto uso de insumos químicos sintéticos inspirados no modelo da Revolução Verde. Essas políticas se concentram na produção agrícola e o único vínculo com os alimentos é por meio de programas (internos ou externos) de assistência alimentar e do estabelecimento de padrões de segurança sanitária, que se tornaram mais rígidos depois das várias crises, como a da doença da vaca louca, e das crescentes preocupações em relação ao uso e aos impactos dos agrotóxicos

Na segunda fase, desde a década de 1980 até os dias atuais, a questão ambiental

impulsionou a introdução de instrumentos regulatórios e padrões ambientais na produção agrícola, notadamente no que concerne à manutenção da biodiversidade e das questões de qualidade da água. Na década de 1980, as primeiras políticas de integração da dimensão ecológica à agricultura incorporavam medidas de conservação da natureza, da água e do solo. Os alimentos ainda não estavam na linha de frente dessas políticas. A principal referência que articula as questões ambientais à alimentação e à saúde humana foi o surgimento e o desenvolvimento marginal da agricultura orgânica a partir da década de 1980. Primeiramente experimentada em redes de agricultores/as e apoiada por organizações da sociedade civil, a agricultura orgânica foi introduzida na lei da França em 1980, por exemplo. A partir da década de 1990, os cinco países adotaram gradualmente padrões nacionais para regulamentar e certificar a qualidade orgânica. Entretanto, nos EUA, foi principalmente a noção de agricultura sustentável que foi endossada e apoiada por políticas federais, com o lançamento do Programa de Pesquisa e Educação em Agricultura Sustentável (SARE, pela sigla em inglês), em 1990, e do Programa de Incentivos à Qualidade Ambiental (EQIP, pela sigla em inglês), em 1996.

Na década de 1990, houve um processo de descentralização, acompanhado por políticas voltadas a apoiar o desenvolvimento rural sustentável local e territorial em diferentes escalas (municípios, consórcios intermunicipais, pequenas regiões), como o programa Leader, na Europa, e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDS-TR), no Brasil. Essas políticas promoveram a diversificação e o processamento local da produção agrícola, buscando aprimorar os ativos e recursos territoriais. Visavam também à manutenção da agricultura familiar e/ou camponesa, com instrumentos específicos no Brasil, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, e na Europa, o segundo pilar da PAC. Os EUA estavam menos comprometidos com o desenvolvimento territorial do que outros países durante esse período de intensa globalização.

A terceira fase introduziu uma perspectiva de sistema alimentar, que levou ao desenvolvimento de instrumentos específicos de política pública entre 2000 e 2020, dependendo do país. A mudança em nível nacional de políticas e regulamentações centradas na

produção agrícola para medidas voltadas aos sistemas alimentares ocorreu em todos os países, exceto no Reino Unido, mas em diferentes escalas de tempo e intensidade. Ela começou na década de 1990 na Itália e na França e é mais recente no Brasil e nos EUA. A partir do final da década de 1990, as questões de alimentação e nutrição foram articuladas às questões ambientais (ou até mesmo favorecidas por elas), o que se refletiu em várias políticas: Programas Fome Zero e de Aquisição de Alimentos, no Brasil; Distritos Alimentares e Biodistritos, na Itália; Projetos Territoriais de Alimentação, na França; e Programas de

Sistemas Alimentares Regionais, nos EUA. No Reino Unido, embora tenha havido uma mudança notável das políticas agrícolas que favorecem a produção para aquelas que priorizam medidas ambientais, ainda há pouco foco em uma abordagem de sistemas alimentares.

À luz dessa perspectiva sociohistórica, como explicar a fragilidade ou o atraso das políticas nacionais na transformação dos sistemas alimentares? Uma abordagem sistêmica e interescalar que leve em conta o equilíbrio de poder, bem como os debates e as interações entre atores nos ajudará a entender os desafios.

RELAÇÕES DE PODER E CONTROVÉRSIAS

Nossos estudos mostraram que os principais avanços no apoio à transição agroecológica dependem principalmente do equilíbrio de poder, diálogo e, às vezes, alianças entre ministérios, instituições e grupos de interesse ligados à agricultura e às organizações da sociedade civil. A principal oposição às transições agroecológicas vem do setor agrícola convencional, especialmente em sua forma corporativa ou de agronegócio, aliado ao setor agroindustrial (sementes, insumos, processadores, varejistas), cujo lobby tem peso considerável em gover-

Figura 1. Linha do tempo e paradigmas de políticas



nos, parlamentos e mídia, nas arenas nacionais, regionais e internacionais. Apesar dessa hostilidade em relação à transição agroecológica, notamos o surgimento de um forte setor agroalimentar corporativo *ecologizado*. Além disso, a agroindústria precisa lidar com o desenvolvimento de padrões de saúde e ambientais, especialmente no contexto europeu, e com as demandas e expectativas do mercado consumidor. Para os países europeus, as contribuições financeiras diretas e indiretas e as mudanças na estrutura regulatória da PAC foram, e continuam sendo, fatores decisivos.

Na Europa e no Brasil foram possíveis alianças ocasionais entre as autoridades públicas e os sindicatos de agricultores/as, mesmo os minoritários, como a Confederação Camponesa (Confédération Paysanne), na França, ou a Via Campesina, no Reino Unido (mais recentemente), com o apoio de organizações da sociedade civil que atendem às expectativas da sociedade e à demanda de consumidores/as. No Brasil e na França, a Agroecologia foi institucionalizada em uma política nacional graças a essas convergências entre os mundos acadêmico, político e dos movimentos sociais (LAMINE *et al.*, 2019; NIEDERLE *et al.*, 2020). Já nos EUA, a agricultura familiar de pequena escala

desapareceu muito cedo, e os estabelecimentos de média escala estão agora em extinção, ao contrário do Brasil e da Europa, onde receberam apoio público.

Nos cinco países, podemos observar um crescimento no número de alianças específicas entre diferentes componentes/atores do sistema alimentar, que levaram a diferentes graus de legitimação de narrativas de transição e que expressam diferentes visões de reconexões entre agricultura, alimentação, saúde, ambiente e clima. No período recente, algumas narrativas genéricas vinculariam, por exemplo, intensificação sustentável e segurança alimentar, Agroecologia e dietas alimentares saudáveis e sustentáveis, ou agricultura orgânica e cadeias curtas de abastecimento. Há, de fato, uma crescente contestação política das soluções de *intensificação sustentável* orientadas pela tecnologia e pela tecnociência, apoiadas por agroindústrias, processadores e varejistas. Tal crítica advoga por abordagens mais radicais e baseadas nos territórios, associadas às práticas agroecológicas e à recriação de cadeias mais curtas que potencialmente reconfiguram e revalorizam a produção local e/ou reivindicam equidade e justiça alimentar nos mercados. É claro que algumas comunidades científicas de-

sempenham um papel fundamental nessa competição de narrativas e nessas alianças, como exemplificado pelos debates duradouros sobre os benefícios à saúde e ao meio ambiente ligados à agricultura orgânica, por exemplo, e a articulação científica da edição de genes como forma de criar uma intensificação sustentável e, ao mesmo tempo, reduzir os antigos insumos químicos, ou ainda da *agricultura de precisão*, baseada em tecnologias de ponta (drones, sensores e câmeras a bordo, automação, etc.).

Também há debates e controvérsias sobre as propostas de ecologização da agricultura no âmbito da nova PAC (2023-2027) ou da política agroecológica do governo implementada na França desde 2013, que são consi-



A escala territorial é cada vez mais reconhecida como decisiva para apoiar as transições agroecológicas dos sistemas agroalimentares



Distinção de qualidade e de origem demarca produção de base agroecológica em relação à convencional

Foto: Túlio Martins/AS-PTA

deradas muito limitadas e tímidas, ou muito tecnológicas pelos defensores de uma Agroecologia camponesa centrada nos territórios. O Acordo Verde Europeu, introduzido em 2019 pela Comissão Europeia, e a nova reforma da PAC 2023-2027 (CE, 2017) estabelecem metas ambiciosas para o sistema alimentar e agrícola europeu para 2030, sendo várias delas quantitativas, com uma redução no uso de agrotóxicos, fertilizantes e antibióticos em 50%, 20% e 50%, respectivamente. Além disso, foram estabelecidas metas para aumentar as áreas agrícolas com agricultura orgânica (25%), áreas agrícolas com características de paisagem de alta diversidade (10%) e áreas protegidas. No entanto, essas novas políticas são fortemente criticadas por não terem a perspectiva sistêmica necessária. De acordo com Barral e Detang-Dessendre (2023, p.48):

Atingir essas metas exige a reformulação completa dos sistemas agrícolas e alimentares, e a futura PAC não está à altura dessas ambições. Ao mesmo tempo, a Comissão Europeia não forneceu uma análise dos possíveis impactos econômicos negativos do Acordo Verde, minando assim sua credibilidade. (em tradução livre)

ALGUNS EXEMPLOS DE POLÍTICAS QUE FAVORECEM A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DOS SISTEMAS ALIMENTARES EM ESCALA TERRITORIAL

A escala territorial é cada vez mais reconhecida como decisiva para apoiar as transições agroecológicas dos sistemas agroalimentares. Isso segue caminhos diferentes nos cinco países. A França e a Itália foram países pioneiros na valorização da identidade alimentar baseada no território e, mais recentemente, experimentaram formas inovadoras de ação coletiva e pública para apoiar as transições para sistemas alimentares territoriais sustentáveis. Na Itália, a estrutura do biodistrito, focada na agricultura e nos alimentos orgânicos, foi progressivamente legitimada e recentemente adotada como uma estrutura legal. Já na França, o marco legal estabelecido em 2014 com a Política do Sistema Alimentar Territorial, oficialmente impulsionada pelo paradigma da transição agroecológica, concentra-se no acesso/relocalização de alimentos e deixa um espaço muito variável para a agricultura orgânica e seus princípios, dependendo das características locais e das relações de poder. Esses processos de institucionalização resultam de interações específicas entre ciência, política e a experiência social, em que os atores relacionados assumem um papel diferente, levando a distintas configurações e favorecendo enquadramentos diversos (LAMINE *et al.*, 2019).

No Brasil, as políticas públicas pioneiras na implementação de programas de compras públicas de alimentos foram criadas ou reorientadas ao longo dos anos 2000 para favorecer a agricultura de base ecológica e de pequena escala (ver artigo na página 54). O Programa Ecoforte foi inovador ao apoiar projetos desenvolvidos em escala territorial por redes que trabalham com Agroecologia, agroextrativismo e produção orgânica (ver artigo na pág. 83). Nos EUA, um Programa de Parceria de Sistemas Alimentares Regionais

(RFSP, na sigla em inglês) foi criado pela Lei Agrícola (Farm Bill) de 2018 como parte do Programa de Mercado Agrícola Local. Ele foi desenvolvido e defendido pela Coalização Nacional para a Agricultura Sustentável (National Sustainable Agriculture Coalition, em tradução livre) e apoia parcerias público-privadas que planejam e estabelecem relacionamentos entre produtoras e produtores locais e regionais, empresas processadoras, intermediários e mercados institucionais ou operações institucionais de serviços de alimentação. No Reino Unido, a transferência de poderes sobre a política de alimentos e agricultura para os

governos descentralizados (Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte), iniciada no final da década de 1990 e intensificada após a saída do país da União Europeia (UE), teve precedência sobre o desenvolvimento de políticas em escala territorial.

Promover a Agroecologia é assegurar territórios livres de transgênicos e agrotóxicos

Fotos: Túlio Martins/AS-PTA



BIODISTRITO - ITÁLIA

O movimento orgânico italiano foi pioneiro no conceito de *biodistrito*, agora presente nas políticas da UE que os definem como *áreas geográficas onde agricultores e agricultoras, o público, empresas operadoras de turismo, associações e autoridades públicas entram em um acordo para a gestão sustentável dos recursos locais com base em princípios e práticas orgânicas* (EC LONG-TERM VISION FOR THE EU RURAL AREAS, 2021).

A primeira iniciativa data de 2009, mas, com o passar do tempo, mais de 50 biodistritos se espalharam pela Itália, representando um modelo de desenvolvimento territorial sustentável. Esse crescimento foi acompanhado por um processo de institucionalização, que, mais recentemente, foi acelerado com a criação de um conjunto de regulamentações e instrumentos de apoio, tornando essas iniciativas elegíveis para a PAC e outras linhas de financiamento. Um impulso significativo que pode ser parcialmente explicado pelo seu papel potencial no incentivo à conversão territorial para produtos orgânicos, contribuindo assim para atingir as metas da estratégia *Da Fazenda ao Garfo* (Farm-to-Fork, em tradução livre) da UE. Ao mesmo tempo, em muitos territórios rurais e urbanos interligados, os distritos orgânicos também podem representar uma *infraestrutura relacional* crucial, fornecendo às comunidades locais uma plataforma de trabalho para inovar e repensar suas trajetórias de desenvolvimento, para imaginar e estruturar caminhos de transição agroecológica por meio de uma abordagem participativa consolidada e baseada localmente, inspirada em valores da agricultura orgânica.

PROJETOS ALIMENTARES TERRITORIAIS - FRANÇA

Os Projetos Alimentares Territoriais (*Projets Alimentaires Territoriaux*) foram definidos pela lei francesa em 2014 e têm como objetivo reunir os setores de produção, processamento, consumo e autoridades locais para desenvolver a transição territorial e a qualidade dos alimentos com base em um diagnóstico compartilhado e um programa de ações concreto. Em dezembro de 2022, havia oficialmente quase 400 projetos em toda a França, cobrindo 2/3 da população francesa. Liderados principalmente por autoridades territoriais (de municípios, intermunicípios, departamentos, parques naturais regionais, etc.), eles precisam incluir uma série de questões e ações importantes (justiça alimentar, educação alimentar, combate ao desperdício de alimentos, ancoragem territorial do abastecimento alimentar) e podem receber financiamento do governo após um processo de avaliação pública. Depois de alguns anos de implementação, seus efeitos positivos sobre as transições alimentares territoriais são cada vez mais reconhecidos, bem como seu potencial para desenvolver uma arena de governança inclusiva de múltiplos atores, enquanto alguns pontos fracos também são discutidos, como sua contribuição variável para a transição agroecológica.

PROGRAMA ECOFORTE - BRASIL

O *Programa Ecoforte*, lançado em 2014, teve como objetivo fomentar projetos a serem desenvolvidos em escala territorial por redes de organizações que trabalham com Agroecologia, agroextrativismo e produção orgânica, a fim de apoiar a disseminação de práticas relacionadas ao manejo sustentável da biodiversidade e a sistemas agrícolas orgânicos e agroecológicos (28 projetos foram financiados na primeira chamada do programa). O Ecoforte incorporou em seu marco regulatório uma série de conceitos e procedimentos originais: os projetos deveriam ser executados por meio de uma rede de organizações sociais, adotar uma abordagem territorial (com delimitações muito flexíveis) e apresentar um plano de trabalho orientado para a implementação de um conjunto integrado de *unidades de referência*. Esse conceito foi traduzido de diferentes maneiras, abrangendo hortas e pomares demonstrativos, criação de animais, sistemas agroflorestais, bancos de sementes adaptados localmente, unidades de processamento de alimentos, sistemas de captação de água, centros de treinamento multiuso, etc.

PROGRAMA DE PARCERIA DE SISTEMAS ALIMENTARES REGIONAIS - EUA

Como um dos quatro programas do Programa Agricultura e Mercado Local (*Agriculture Local Market Program*, em tradução livre), essa ação federal apoia o planejamento e o fortalecimento das economias locais e regionais de alimentos. Desde sua primeira rodada de subsídios em 2020, já apoiou mais de 110 esforços para apoiar as comunidades marginalizadas, o processamento em pequena escala, a distribuição regional e a redução dos GEEs. O programa exige uma contrapartida em dinheiro de 25%, o que leva as organizações a trabalharem com outras fontes de financiamento para apoiar o trabalho. Por outro lado, pode limitar a participação a grupos com acesso a capital.

O ESTATUTO NACIONAL DA BOA ALIMENTAÇÃO - REINO UNIDO

Após a saída da União Europeia, os países que compõem o Reino Unido embarcaram em caminhos cada vez mais divergentes em termos de política alimentar e agrícola. Portanto, qualquer análise dos sistemas alimentares em escala territorial deve considerar separadamente cada uma das suas quatro nações. A maioria dos mercados alimentares dominantes é do Reino Unido, cabendo ao governo de Westminster, Inglaterra, o controle central sobre os orçamentos de apoio à agricultura, o financiamento regional e a política comercial e de concorrência mais ampla. No entanto, cada um dos países descentralizados tem poderes para desenvolver políticas alimentares territoriais específicas dentro desse guarda-chuva mais amplo do Reino Unido. Por exemplo, na Escócia, o *Estatuto Nacional da Boa Alimentação* (*Good Food Nation Act*, em tradução livre), de 2022, incumbem cada conselho do país de desenvolver seu próprio Plano de Ação para a Boa Alimentação, colocando a tomada de decisões sobre os sistemas alimentares nas mãos das autoridades locais. Os críticos dessa abordagem sugerem que as restrições orçamentárias do governo local, a ausência de metas claras e a falta de coordenação entre a política alimentar *local* e a política agrícola *nacional* podem prejudicar seus objetivos. Ainda não se sabe qual será o impacto dessa política relativamente nova nos sistemas alimentares territoriais da Escócia. Enquanto isso, o governo de Westminster adotou uma abordagem diferente, ao encomendar uma revisão independente da Estratégia Nacional de Alimentos com um foco significativo no comércio internacional.

CONCLUSÃO

Nos cinco países, podemos identificar uma trajetória comum com o surgimento de políticas públicas de viradas ambientais, territoriais e alimentares que podem introduzir elementos de transição agroecológica, promovendo alguns modelos alternativos à agricultura convencional. No entanto, essas mudanças estão ocorrendo em diferentes escalas temporais e espaciais e são desiguais em sua eficácia, em termos dos recursos públicos alocados e dos impactos reais observados. Somente o Brasil e a França implementaram uma política nacional abrangente dedicada à Agroecologia e à produção orgânica, mas com poucos recursos em comparação com aqueles orientados ao modelo convencional ou agroindustrial dominante. Nas últimas décadas, observamos o surgimento nos cinco países de novas coalizões entre produtores/as, consumidores/as e administrações locais (órgãos distritais ou regionais) em torno da qualidade dos alimentos, da soberania e segurança alimentar e nutricional. Isso levou a um novo enfoque nos sistemas alimentares regionais, como a institucionalização de Projetos Alimentares Territoriais, na França, e de biodistritos, na Itália, a criação de redes agroecológicas territoriais no Brasil, como o Programa Ecoforte, e de Parcerias de Sistemas Alimentares Regionais, nos EUA.

No entanto, vemos na falta de uniformidade das políticas nos cinco países e nos limitados recursos destinados a esses programas os principais motivos para o progresso lento e restrito das transições dos sistemas alimentares. Isso também é causado pela incapacidade das novas políticas de se desvincularem dos regimes políticos predominantes anteriores, que ainda priorizam o produtivismo e os mercados dominados pelo agronegócio. No futuro, porém, a crescente preocupação com as mudanças climáticas deverá tornar incontornável o reconhecimento dos diversos vínculos entre as políticas e as transformações necessárias dos métodos de produção, processamento,

distribuição e consumo de alimentos dos atuais sistemas agroalimentares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRAL, S.; DETANG-DESSENDRE, C. Reforming the Common Agricultural Policy (2023–2027): multidisciplinary views. **Rev Agric Food Environ Stud**, v. 104, p. 47–50, mar. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s41130-023-00191-9>>. Acesso em : 22 set. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Report from the Commission to the European Parliament and the Council on the implementation of the ecological focus area obligation under the green direct payment scheme**. Brussels: EC, 2017. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52017DC0152>>. Acesso em : 22 set. 2023.

LAMINE, C. ; OLLIVIER, G. ; NIEDERLE, P. Alliances et controverses dans la mise en politique de l'agroécologie au Brésil et en France. **Natures Sciences Sociétés**, v. 27, n. 1, p 6-19, jan./mar. 2019. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1051/nss/2019015>>. Acesso em: 22 set. 2023.

NIEDERLE, P. *et al.* Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 3, p. 931-953, mai. 2022.

CLAIRE LAMINE (INRAE), ERIC SABOURIN (CIRAD),
FABIENNE BARATAUD (INRAE), TARA WIGHT (LWA),
TERRY MARSDEN (CARDIFF UN.), PAULO NIEDERLE
(UFRGS), CLAUDIA SCHMITT (UFRRJ), ADANELLA
ROSSI (PISA UN.), PATRIZIA PUGLIESE (CIHEAM BARI),
SARAH LOYD (CIAS UW-MADISON), MICHELLE MILLER
(CIAS UW-MADISON), DANIELÈ MAGDA (INRAE)

claire.lamine@inrae.fr

Iniciativas cidadãos na TRANSFORMAÇÃO AGROECOLÓGICA

INEA LEHNER E JOHANNA JACOBI

As pessoas estão cada vez mais alheias aos alimentos que consomem. E mais alienadas ainda em relação ao complexo sistema político que, em grande medida, determina os alimentos que chegam aos seus pratos. Se queremos fomentar a Agroecologia, é essencial que o processo de construção de políticas públicas seja democratizado (PIMBERT, 2022). As assembleias cidadãos (TALMADGE, 2023) têm sido um mecanismo cada vez mais frequente para favorecer a participação popular na formulação de políticas e estratégias para enfrentar a crise socioecológica atual.



Nessas assembleias, pessoas comuns são selecionadas aleatoriamente para representar a população de uma região (por exemplo, uma cidade ou um país) em função de diversos critérios (como idade e gênero). Os participantes se reúnem para aprender, discutir e elaborar recomendações de políticas sobre um tema específico. Pesquisas recentes apontam para resultados promissores. Elas mostram como as assembleias cidadãs podem aprimorar a democracia alimentar ao incentivar o surgimento de *ativistas alimentares*, tomadores de decisão (BEHRINGER; FEINDT, 2023).

UM MERGULHO NO SISTEMA ALIMENTAR SUÍÇO

Em 2022, uma rede de organizações da sociedade civil deu início à Assembleia Cidadã Suíça para a Política Alimentar (ACSPA). Inspirada nas assembleias cidadãs que abordavam questões públicas em outros países - como as mudanças climáticas na França e na Alemanha -, o objetivo da ACSPA era promover um amplo debate nacional sobre o sistema alimentar do país. O governo suíço, que havia identificado a transformação dos sistemas alimentares como uma das prioridades para cumprir os compromissos de desenvolvimento sustentável do país, também apoiou a iniciativa política e financeiramente.

Ao longo de seis meses, cerca de 80 pessoas de todo o país se concentraram sobre a questão norteadora da assembleia: *Que tipo de política alimentar é necessária para fornecer alimentos saudáveis, sustentáveis, amigáveis com os animais e produzidos de forma ética para todas e todos os suíços até 2030?* As pessoas que participaram do processo foram divididas em cinco grupos temáticos: meio ambiente, produção agrícola, assuntos econômicos, assuntos sociais e saúde. Antes de participarem de discussões em torno das questões específicas designadas para cada

grupo, receberam informações pertinentes de especialistas sobre suas respectivas temáticas.

Para subsidiar esses debates, visitaram grande variedade de experiências inovadoras em todo o país, muitas delas baseadas em princípios e práticas agroecológicas. A excursão incluiu uma horta urbana e uma cooperativa de supermercados comunitária em Genebra; uma fazenda de policultura em Appenzell; uma agrofloresta em Friburgo; uma iniciativa de agricultura apoiada pela comunidade (CSA) nas montanhas, aninhada nos Alpes de Graubünden; e um restaurante na cidade de Berna que compra ingredientes exclusivamente suíços.

PRATICANDO A DEMOCRACIA ALIMENTAR POR MEIO DO ENGAJAMENTO ATIVO

No final do processo, os participantes da ACSPA formularam e aprovaram 126 recomendações de políticas alimentares para a Suíça. Como integrantes da equipe de apoio científico associada à ACSPA, observamos o processo de perto, entrevistamos participantes e analisamos a correspondência entre suas recomendações e os princípios agroecológicos como um indicador de seu potencial transformador.

A ACSPA demonstrou que as assembleias cidadãs constituem um caminho promissor para o envolvimento de cidadãos e cidadãs com as questões do sistema alimentar, trazendo suas vozes para os debates políticos e favorecendo a cocriação de políticas públicas. Todas as pessoas entrevistadas afirmaram ter aprendido muito sobre a complexidade do sistema alimentar. *Nos últimos seis meses, senti, pela primeira vez, que tenho um lugar nesta sociedade, que posso desempenhar um papel positivo e que minhas opiniões e experiências adquiridas em outros lugares também importam*, refletiu um participante.

As assembleias cidadãs exigem um envolvimento ativo. A interação com especialistas e as discussões entre participantes podem



enriquecer muito a compreensão das pessoas sobre o sistema alimentar, como mostra o seguinte testemunho: *De repente, você percebe que [a maneira normal de fazer as coisas] não é coisa da natureza. Para mim, não é agricultura. É agronegócio.* Essa maior conscientização pode contribuir para a crítica do status quo dominado pelas empresas e a consequente convicção de que a transformação é necessária e urgente.

Esse aprendizado é particularmente importante nas comunidades urbanas, onde geralmente as pessoas estão afastadas dos processos relacionados à produção de alimentos. Isso foi confirmado pela reflexão de outra pessoa participante sobre a tarefa de transformação do sistema alimentar: *[A maioria das pessoas] não está preparada para pensar sobre essas coisas.* Na verdade, vemos que a alienação sobre o sistema alimentar continua aumentando em todo o mundo, à medida que a industrialização do sistema alimentar compromete a viabilidade econômica e ecológica das redes alimentares comunitárias de pequena escala. Na Suíça, por exemplo, a proporção de pessoas empregadas no setor agrícola diminuiu treze vezes desde 1900, caindo de 31% para apenas 2,3% em 2022 (FSO, 2023).

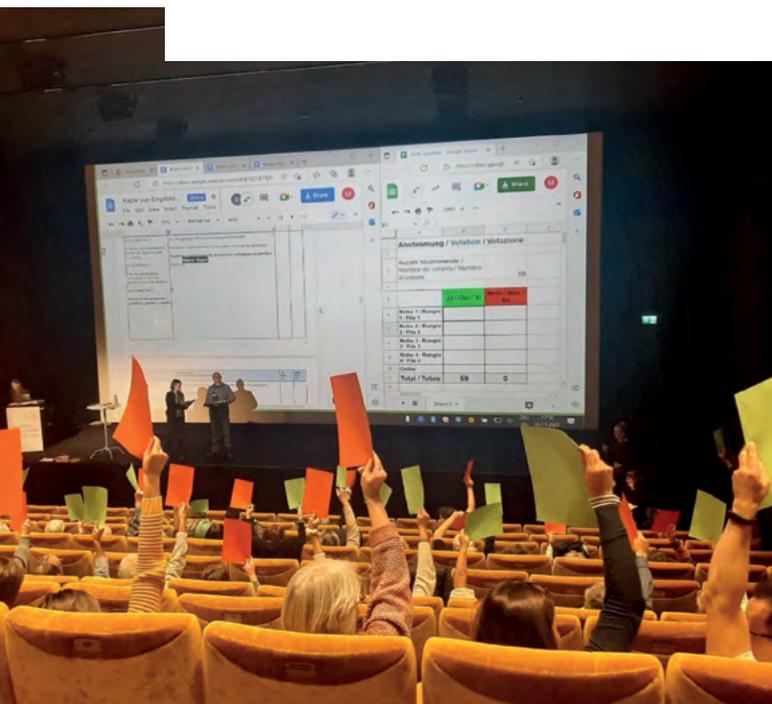
As assembleias cidadãs criam a oportunidade de *praticar* a democracia alimentar. As pessoas se reúnem como integrantes de uma comunidade para participar de conversas construtivas sobre o rumo do sistema alimentar. Nesse processo, podem cocriar valores de acordo com a sua visão de como o sistema deve ser organizado. Os resultados da assembleia suíça revelaram que a maioria das pessoas almeja um sistema alimentar mais sustentável, justo e saudável. Várias das pessoas entrevistadas condenaram explicitamente a atual priorização da maximização do lucro em detrimento desses valores, e houve quem descrevesse o sistema atual como *uma máquina de lucros.*

OBSTÁCULOS À TRANSFORMAÇÃO SISTÊMICA

Embora muitos dos resultados da ACSPA estejam alinhados com princípios agroecológicos, eles ficam aquém do que é necessário para uma reestruturação radical do sistema alimentar. Por exemplo, as recomendações buscam aumentar a confiança do consumidor nos alimentos por meio de mecanismos que confirmam maior transparência. Esse objetivo corresponde ao princípio agroecológico da conectividade

Participação ativa da cidadania organizada como condição para a democratização dos sistemas alimentares

Fotos: Inea Lehner



de, que também busca aumentar a confiança no sistema alimentar. No entanto, enquanto as recomendações da ACSPA se concentram em aprimorar o sistema de informações sobre os alimentos e na introdução de programas de certificação voluntária, os princípios agroecológicos combatem a alienação que permeia o sistema alimentar atual pelo estímulo ao estabelecimento de relações de confiança entre quem produz e quem consome.

Além disso, as recomendações da ACSPA colocam ênfase na necessidade de educação e conscientização sobre o sistema alimentar - certamente essencial para catalisar a transição agroecológica. No entanto, a maioria das propostas para o compartilhamento de conhecimento se baseia em abordagens de cima para baixo e unidirecionais, em vez de horizontais e cocriativas, o que se alinharia com a perspectiva agroecológica. Embora essas medidas certamente possam contribuir para aumentar a consciência e a confiança do consumidor, é surpreendente que muitas das abordagens propostas nas recomendações da ACSPA sejam insuficientes quando se trata de criar um sistema alimentar radicalmente diferente.

LIMITES IMPOSTOS PELO CAPITALISMO

Acreditamos que vários fatores limitaram o potencial transformador da ACSPA, sendo o principal a predominância do realismo capitalista (FISHER, 2009). Em outras palavras: a ideia de que o capitalismo é o único sistema político-econômico viável restringiu a capacidade da assembleia de vislumbrar mudanças mais profundas. Por exemplo, embora preferissem iniciativas alimentares alternativas que enfatizassem a sustentabilidade e a justiça - como os projetos alimentares inovadores que visitaram durante as excursões -, continuavam duvidando sobre a viabilidade desses sistemas, colocando diversos questionamentos: essas alternativas só foram bem-sucedidas devido ao seu contexto específico? Elas pode-

riam ser replicáveis em outros cenários ou em escalas maiores? E, finalmente, poderiam ser lucrativas no longo prazo?

O realismo capitalista também ficou evidente nas visões paradoxais das e dos participantes com relação ao papel das empresas no sistema alimentar. Embora criticassem o imenso poder exercido pelos atores corporativos e reconhecessem sua responsabilidade na exacerbação de muitos problemas do sistema alimentar e no obstáculo às mudanças necessárias, não imaginavam um sistema alimentar sem os mesmos. Dessa forma, identificaram os consumidores como os principais agentes de mudança do sistema alimentar e concentraram suas recomendações em ações que incentivam a mudança de comportamento individual para que se alinhem a valores específicos. Esse enfoque reflete a conceituação capitalista das pessoas como consumidoras racionais, que estão focadas apenas em seus próprios interesses, e bloqueia a ação coletiva organizada.

DINÂMICA DESPOLITIZADA

Uma segunda barreira ao potencial transformador da assembleia foi a forma apoliticizada com que muitos dos tópicos foram abordados. Os desafios do sistema alimentar foram separados de suas causas e contextos político-econômicos, da dinâmica de poder que os molda e dos interesses divergentes ou até mesmo antagônicos entre os diferentes atores. A ACSPA muitas vezes buscou encontrar uma solução ideal e racional que obtivesse um compromisso de todos os lados, em vez de reconhecer que a transformação do sistema alimentar exigirá o enfrentamento das causas básicas (como a maximização do lucro) e a defesa de alguns interesses (por exemplo, da agricultura familiar) em detrimento de outros (por exemplo, de acionistas da Syngenta).

Essa dinâmica ficou evidente quando o tema do desperdício de alimentos foi abordado nas recomendações da ACSPA. O desperdício de

alimentos é gerado, em grande medida, pela lógica voltada à maximização do lucro. Sua existência beneficia alguns atores e prejudica outros. Por exemplo, fabricantes podem vender mais produtos alimentícios se definirem datas de validade conservadoras. Embora a reforma desse mecanismo de desperdício tenha sido abordada nas recomendações da ACSPA, não se falou em enfrentar os fatores causadores do desperdício de alimentos. Uma postura mais radical teria exigido uma discussão política sobre quem se beneficia e quem é prejudicado pelo sistema alimentar voltado para o lucro.

AS ASSEMBLEIAS CIDADÃS SE BENEFICIARÃO DE UMA ABORDAGEM AGROECOLÓGICA

Os resultados da experiência suíça podem informar futuras assembleias cidadãs voltadas a debater políticas alimentares. Essas assembleias certamente geram um ambiente fecundo para a reflexão crítica sobre os sistemas alimentares, bem como para a formação de ativistas engajados na transformação dos mesmos. Entretanto, para gerar propostas de políticas radicais que incentivem a transição agroecológica, o realismo capitalista deve ser enfrentado para que o sistema alimentar seja analisado a partir de visões politizadas.

Como isso pode ser feito? Em primeiro lugar, os princípios agroecológicos devem ser incorporados diretamente ao projeto e à implementação dos processos das assembleias cidadãs. Isso promoveria uma compreensão e uma abordagem holística para transformar o sistema alimentar, acentuando assim a natureza fundamentalmente política desse exercício. Além disso, as assembleias poderiam se basear nos fundamentos da pedagogia crítica propostos por Paulo Freire, favorecendo a criação de ambientes de reflexão e aprendizado baseados no diálogo, promovendo o pensamento crítico sobre a natureza destru-

tiva e opressiva do sistema alimentar dominante. Com essa abordagem, as e os participantes seriam capacitados a desenvolver, de forma colaborativa, soluções bem informadas e inclusivas que se alinham aos princípios da sustentabilidade socioecológica, da justiça e da saúde coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PIMBERT, M. Transforming food and agriculture: Competing visions and major controversies. **Mondes Dev**, v.199-200, n. 3, p. 361-384, 2022.

TALMADGE, E. Citizens' assemblies: are they the future of democracy? **The Guardian**, 1 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2023/feb/01/citizens-assemblies-are-they-the-future-of-democracy>>.

BEHRINGER, J.; FEINDT, P.H. Varieties of food democracy: a systematic literature review. **Crit Policy Stud**, 2023). Disponível em: <<https://doi:10.1080/19460171.2023.2191859>>. Acesso em: 2 ago. 2023.

FSO - **Federal Statistical Office**. Economic sector and branch. Disponível em: <<https://www.bfs.admin.ch/bfs/en/home/statistics/work-income/employment-working-hours/labour-force-characteristics/economic-sector.html>>. Acesso em: 9 out. 2023.

FISHER, M. **Capitalist Realism: Is There no Alternative?** Winchester: Zero Books, 2009.

INEA LEHNER

agroecóloga com graduação e mestrado em Ciências Agrícolas pelo Instituto Federal de Tecnologia de Zurique
inealehner@gmail.com

JOHANNA JACOBI

profa. Dra., líder do grupo de pesquisa de Transições Agroecológicas no Instituto Federal de Tecnologia de Zurique



A (RE)CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA: ENTREVISTA COM ROGÉRIO DIAS

MARINA YAMAOKA

No último dia da Marcha das Margaridas de 2011, a então presidenta Dilma Rousseff anunciou a “criação de um grupo especial de trabalho, com a participação de segmentos sociais e das organizações de mulheres para

elaborar o Programa Nacional de Agroecologia” (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2013). Quase um ano após a marcha, em agosto de 2012, Dilma assinou o Decreto nº 7.794/2012 (BRASIL, 2012) que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

O Decreto também estabeleceu duas instâncias de gestão da política: a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), formada por representantes de diferentes ministérios, e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica



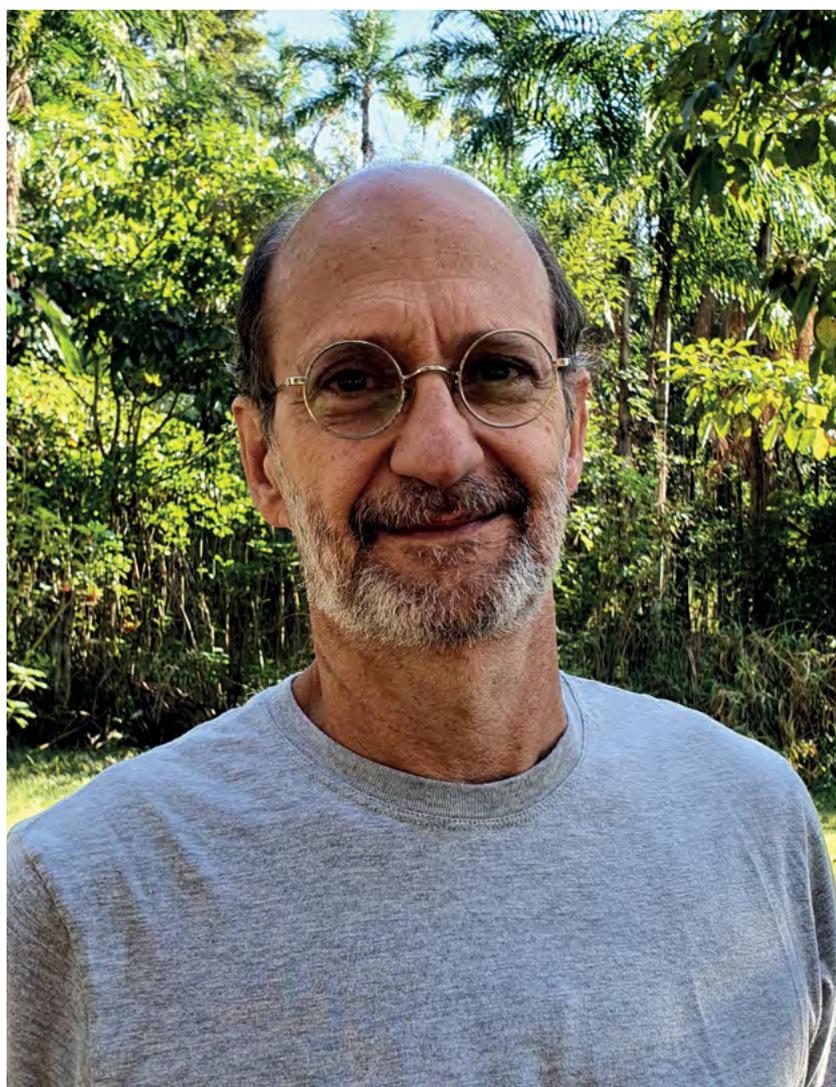
(Cnapo), cuja composição era paritária entre representantes de órgãos e entidades do Poder Executivo federal e de entidades da sociedade civil (BRASIL, 2012).

No entanto, a partir de 2016, áreas e políticas dedicadas à Agroecologia passaram por um processo de desmonte institucional, financeiro e de capacidades burocráticas, inclusive com a redução da participação social através do Decreto nº-9.759, de abril de 2019, que determinou o fim de conselhos, comissões e comitês, entre eles, a Cnapo (BRASIL, 2019). No período de 2019 a 2022, a Pnapo não foi executada. Em 2022, por

iniciativa da Coordenação de Produção Orgânica¹ do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi realizado um esforço para a construção da terceira edição do Planapo, ideia que não chegou a se concretizar.

Após a eleição do presidente Lula, a Pnapo foi retomada. A primeira reunião da Ciapo ocorreu em março de 2023. Em

¹ A portaria nº 352 do Mapa, de 2 de dezembro de 2021 (BRASIL, 2021), instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de delinear um modelo de gestão, implementação e fortalecimento do Planapo, que indicaria as ações a serem executadas para fomentar a Agroecologia e a produção orgânica. Com a extinção da Cnapo, não foi possível envolver oficialmente a sociedade civil nos debates para a elaboração da 3ª edição do Planapo. Dessa forma, a construção do plano permaneceu restrita a um GT composto apenas por representantes das diferentes secretarias do Mapa.



1. Protagonismo das mulheres na luta agroecológica
Foto: Agência Brasil/José Cruz

2. Rogério Dias, presidente do Instituto Brasil Orgânico (IBO)
Foto: Acervo do entrevistado

3. Dilma Rousseff anuncia a criação do grupo de trabalho que levou à criação da Pnapo
Foto: Agência Brasil/José Cruz



abril foi composto um Grupo de Trabalho Técnico, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República com o objetivo de definir um edital para a recomposição da Cnapo. Entre os membros deste grupo, estava Rogério Dias, responsável pelas ações de produção orgânica do Mapa durante 20 anos e atual presidente do Instituto Brasil Orgânico (IBO). Nesta entrevista, Rogério avalia a reconstrução das políticas de Agroecologia e de suas instâncias de governança participativa.

Antes de falarmos da retomada da Pnapo, gostaria que você nos falasse sobre a tentativa de construção de uma terceira edição do Planapo ao longo do ano de 2022.

Na realidade, a gente não teve um processo de construção do Planapo 3. O que aconteceu foi uma tentativa de alguns servidores do Mapa - um ministério no qual houve um esvaziamento enorme, mudanças grandes, corte de recursos, corte de equipe, entre outros - de ter uma proposta de um Planapo 3 para conseguir mobilizar algum recurso de outras áreas do ministério já que a Coordenação de Orgânicos tinha ficado muito comprometida. Foi mais uma tentativa de viabilizar a execução de algumas atividades dentro do quadro complicado que foi o do governo passado. Mas não havia fórum, nem espaço de construção coletiva com as entidades da sociedade civil, nem com órgãos do governo.

Quais foram os principais pontos levantados em relação à reconstrução da Pnapo pelo Grupo de Trabalho Técnico instituído no primeiro semestre de 2023?

A criação do Grupo de Trabalho (GT) já foi uma alternativa ao que vislumbramos como uma dificuldade maior para reestabelecer a Cnapo. A expectativa que a sociedade civil tinha era que o retorno da Cnapo e da Ciapo seria mais ágil. Só que foram estabelecidas regras de que teria que ter um edital, o que fez com que o processo ficasse mais demorado. O GT foi criado com o objetivo de estabelecer as regras do edital. Mas

o grupo adiantou algumas questões e preocupações, principalmente, em relação a determinadas atividades que seriam importantes de acontecer ainda este ano. Pela lógica colocada, uma vez as comissões recompostas, estas criariam a proposta do Planapo 3 para acontecer entre 2024-2027. Só que não tínhamos, nem temos, tempo para desperdiçar e deixar o ano inteiro de 2023 sem nenhuma atividade. Então, propusemos que algumas atividades fossem retomadas de imediato. Entre elas estavam os editais de Núcleos de Estudos de Agroecologia (NEAs), a retomada do Programa Ecoforte, a questão do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - uma demanda que ficou paralisada nesses últimos seis anos -, editais de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agroecologia, a própria discussão do Plano Safra. Outra questão fundamental era a construção do novo Plano Plurianual (PPA) para o período 2024-2027. É o PPA que dá respaldo orçamentário a qualquer medida integrada no Planapo, cuja execução se dará no mesmo período. Sobre a reconstrução da política, havia a grande preocupação de onde estariam ancoradas institucionalmente a Cnapo e a Ciapo. A primeira reivindicação foi que a Cnapo seguisse vinculada ao Palácio do Planalto para manter a capacidade de envolver vários ministérios. Já a Ciapo poderia estar vinculada ao MDA, como esteve no passado, mas precisaríamos que estivesse no âmbito do Gabinete do Ministro e não em uma Secretaria, como ocorreu no passado.

Quais são os aprendizados em relação ao período do desmonte de políticas públicas e como eles estão sendo incorporados na prática?

Temos historicamente esse problema em relação às constantes interrupções de políticas públicas. Precisamos ter a capacidade de criar mecanismos que consigam lidar com essas mudanças. Uma das formas, talvez, para ter mais resiliência a esses processos é não ficarmos dependentes exclusivamente das políticas de âmbito federal. Por essa razão,

Quadro 1:

INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Programa Ecoforte - Integrou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), com o objetivo de fortalecer e ampliar redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de Agroecologia, extrativismo e produção orgânica. Executado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ecoforte opera a partir de editais públicos.

Plano Safra da Agricultura Familiar - Integra um conjunto de instrumentos de fomento à produção e à comercialização, entre eles o crédito subsidiado, compras públicas, assistência técnica e extensão rural, fomento, garantia de preços mínimos para produtos da socio-biodiversidade.

Plano Plurianual - Plano de médio prazo, que estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

Comissões de Produção Orgânica (CPOrgs) são fóruns compostos por representantes de segmentos da rede de produção orgânica dos estados e do Distrito Federal, formados, paritariamente, por entidades governamentais e não governamentais.

Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) da qualidade de produtos orgânicos podem ser definidos como organismos através dos quais é realizada a avaliação participativa da aplicação de uma norma ou referência relacionada à produção orgânica.

existia o esforço de fomentar que estados e municípios criassem políticas estaduais e municipais de Agroecologia e produção orgânica. Aumenta-se assim a chance de continuidade dos processos, mesmo quando as políticas do governo federal forem descontinuidas. Quanto mais políticas subnacionais tivermos, mais chance de as iniciativas da Agroecologia continuarem sendo apoiadas. Numa outra perspectiva, o que deu para ver de positivo na execução da Pnapo, enquanto ela existiu, foi como foram importantes e estratégicas as atividades que estimularam a formação de redes da sociedade civil. Isso viabilizou a permanência ativa do movimento agroecológico durante o desmonte e fez com que o cenário não ficasse ainda pior. Políticas públicas como a do Programa Ecoforte foram fundamentais para isso. Eu diria que esse foi o aprendizado principal. Precisamos continuar fortalecendo cada vez mais o trabalho das redes e valorizar todos esses espaços que estão acontecendo e criar mecanismos que aproximem, que permitam o diálogo dessas organizações. Infelizmente, esse é um aspecto que está difícil de ser retomado em 2023. A expectativa de refazer rapidamente a Cnapo era que a gente criasse um espaço institucional que voltasse a dar uma liga mais forte nessa articulação das entidades. O longo processo de retomada faz com que estejamos perdendo momentos muito estratégicos para avançarmos na agenda da Agroecologia.

Como você avalia a relação entre os movimentos orgânico e agroecológico neste momento de retomada da Cnapo?

Seguem existindo alguns pontos que são diferentes nos trabalhos dos dois movimentos, mas acredito que existe hoje muito menos pontos de conflito ou de divergências entre a produção orgânica e a Agroecologia. Até mesmo porque também existem diversidades dentro do movimento orgânico e dentro do movimento agroecológico. Por outro lado, temos muitas pessoas e organizações do movi-

mento orgânico que se confundem totalmente com o movimento agroecológico e vice-versa. Isso significa que, talvez, tenhamos um extremo no movimento agroecológico para um lado e um extremo no movimento orgânico para o outro, que estão um pouco mais distantes e podem ser um pouco mais conflitantes, mas temos uma parte no meio ali que trabalha, que é difícil de dizer se faz parte de um movimento ou de outro. Na realidade, faz parte dos dois. E a gente tem procurado o tempo todo trabalhar mais pelas convergências. Inclusive, essa foi a forma de a gente viabilizar a criação da política em 2012.

Estávamos trabalhando no Palácio do Planalto pela construção de uma Política Nacional de Agricultura Orgânica quando veio a demanda forte da Marcha das Margaridas pela criação de uma Política Nacional de Agroecologia. O ministro Gilberto Carvalho (então na Secretaria Geral da Presidência da República) me procurou na época e falou: “e agora, Rogério? Não temos espaço para criar duas políticas no mesmo campo. Como vamos fazer?”



O longo processo de retomada, faz com que estejamos perdendo momentos muito estratégicos para avançarmos na agenda da Agroecologia.

Foi quando chegamos à conclusão de que teríamos que trabalhar pela construção de uma política de Agroecologia e produção orgânica. E aí, nas primeiras reuniões que fizemos nesse sentido, o acordo foi esse, de que teríamos que trabalhar focando os pontos de convergência. Se a gente ficasse se pegando nas divergências, nenhum dos lados iria ganhar. E foi o que passamos a fazer. É claro que tem determinadas discussões que são específicas como, por exemplo, a da certificação para o mercado, visto que os orgânicos têm as normas regulamentadas. Mas quando falamos de desenvolvimento tecnológico, estamos nos referindo à inovação de base agroecológica, que é também o princípio da agricultura orgânica.

Então, apostando nas convergências, conseguimos fazer muita coisa junto e continuamos conseguindo. Acho que nesse processo agora de reconstrução da política nacional, a gente tem tido um trabalho muito bem articulado. No nosso caso, o Instituto Brasil Orgânico tem trabalhado com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em diferentes pautas, até mesmo porque temos um campo contrário muito forte representado aí pela Bancada Ruralista, pela Frente Parlamentar da Agropecuária, que tem uma incidência muito forte dentro do Ministério da Agricultura. Esse lado contrário é muito forte, tem muito poder econômico e é muito organizado. Então, nós temos que trabalhar juntos, temos que definir bem quais são os pontos que precisamos encarar com mais determinação e com mais prioridade. As entidades que estão trabalhando pela construção de políticas públicas para uma agricultura diferente já entenderam que é uma luta muito parecida, com praticamente os mesmos desafios. Então acho que temos boas perspectivas aí para continuar essa caminhada dentro da visão de construção do Planapo 3.

Como você avalia a reformulação da Cnapo?

Como surgiram novos ministérios e alguns com temas próximos à agenda da Agroecolo-

gia, tivemos a inclusão de outros órgãos públicos nas comissões. Aumentamos para 21 o número de representantes do governo dentro da Cnapo e da Ciapo.

Por um lado, é interessante termos mais pastas, vendo que a questão da Agroecologia e produção orgânica é transversal. Não se trata apenas de uma questão de desenvolvimento rural, ela interfere em todas as esferas da sociedade. Por outro lado, a gestão também se torna mais desafiadora com mais órgãos participando, principalmente considerando instituições dentro da máquina pública.

A gente sabe que uma decisão passa por diferentes ministérios, cada um com a sua burocracia, cada um com a sua visão. Na hora em que se elabora um marco regulatório, por exemplo, que depende da assinatura de mais de um ministro, é necessário passar na burocracia e na avaliação diferenciada de cada órgão.

Além disso, temos um governo de coalizão, em que os ministérios são comandados por diferentes partidos. Isso é um complicador porque um ministério pode ter muita dificuldade de conversar com o outro por conta das diferenças partidárias.

Então, isso dá um pouco mais de trabalho, principalmente para quem é da sociedade civil, que muitas vezes acaba tendo que fazer pontes entre ministérios que conversam pouco entre si, mas que têm atividades estratégicas importantes. Então, ampliar a participação é positivo, mas faz com que o processo de gestão seja mais complexo, demandando mais capacidade de planejamento.

Poderia comentar sobre o processo de construção do Planapo 3?

Teríamos que ter começado esse processo no início do ano [de 2023] porque é exatamente quando se está discutindo o PPA. A lógica de ter o Planapo vinculado a cada quatro anos ao PPA é para que possamos ter respaldo para as

ações de Agroecologia e produção orgânica no planejamento orçamentário do governo.

O que aconteceu este ano foi um processo longo de recomposição da Cnapo e da Ciapo e perdemos o momento de incidir na discussão do PPA. Conseguimos fazer algumas ações via os fóruns interconselhos, nos espaços para participação social, mas não foi algo articulado e está longe de ser como fizemos para a construção do Planapo 2.

Naquele momento, efetivamente participamos da construção do PPA e trabalhamos para colocar objetivos, metas e indicadores que dessem respaldo ao Planapo 2. Para o Planapo 3 isso não acontecerá, uma vez que o PPA já foi encaminhado para aprovação pelo Legislativo. O que acredito é que vai acontecer um pouco do que aconteceu no Planapo 1, que foi construído a partir das iniciativas que os ministérios já estavam realizando, a gente teve que ficar caçando formas de abrigar demandas da política de Agroecologia.

Talvez possamos ter algumas exceções por parte dos ministérios que já tinham demandas mais claras e que puderam usar o Planapo 2 como referência.

O segundo Plano foi bem construído e foi pouco implementado por causa da ruptura do golpe no governo Dilma em 2016. Mas temos muita coisa ali que poderia servir de referência.

No caso dos ministérios que fizeram uma releitura do Planapo 2, ver o que tinha ali, que continua atual, que continua como desafios para os tempos de agora, vamos ter mais oportunidade e facilidade de vincular e ter respaldo para as atividades do Planapo 3.

E temos o caso de vários ministérios que são novos, que não tem o histórico de ter acompanhado o processo anterior. Então, vamos ter que caçar dentro das atividades previstas como podemos abrigar as demandas da política de Agroecologia e produção orgânica.



... estamos aí há dois anos numa briga, gastando muita energia para tentar evitar que a legislação em torno dos bioinsumos venha a se tornar um processo excludente

Não vai ser fácil, mas a ANA, por exemplo, tem feito discussões nas bases, nos territórios, sobre quais são os pontos prioritários para o movimento da Agroecologia. Temos também tentado fazer isso de alguma forma no movimento orgânico, principalmente envolvendo Comissões de Produção Orgânica (CPOrgs) e alguns fóruns, como os fóruns de Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), que envolvem mais organizações da sociedade civil para conseguir identificar prioridades para esse processo. Mas vai ser um processo um pouco complicado, já que dificilmente vamos conseguir ter uma reunião da Cnapo, voltada para essa finalidade, antes de março [de 2024] e retomar o trabalho mais integrado. Estamos perdendo um período muito estratégico. É desafiador.

Já existem iniciativas inovadoras para o apoio à produção orgânica e agroecológica mapeadas para o Planapo 3?

Essa pergunta é difícil de responder porque ainda não tivemos espaço para fazer essa discussão coletiva de forma organizada. Ainda não dá para a gente dizer que já tem algo inovador pensado para o Planapo 3.

Consideramos que os editais do Ecoforte, os editais de NEAs, foram certamente ações que surgiram no âmbito do Planapo e que são

estruturantes porque geram impacto em várias outras questões e são bem transversais. O que eu vejo no campo da agricultura orgânica é que é super estratégico termos trabalhado para o fortalecimento das CPOrgs, das redes que, de certa forma, culminam na CNPorg porque são fóruns oficiais. As CPOrgs sobreviveram quando outros fóruns foram desmontados justamente por fazerem parte da legislação dos orgânicos. São espaços que precisamos trabalhar e fortalecer visto que ainda há muita disparidade entre as CPOrgs dos diferentes estados.

Acho que essa é uma ação estruturante para o movimento orgânico, que ele fortaleça esses espaços de articulação entre governo e sociedade.

Outro ponto importante para o movimento orgânico é fazermos uma boa revisão da legislação, principalmente nos aspectos relacionados aos mecanismos de controle, porque precisamos atualizar e modernizar a visão do controle social que se dá tanto pelas organizações de controle social quanto pela certificação participativa. Esses são espaços muito importantes, porque neles temos redes de agricultores atrelados a um processo de validação da marca de orgânicos.

E, por último, um ponto muito estratégico, acredito que tanto para o movimento orgânico quanto o movimento agroecológico: a questão

dos bioinsumos. Estamos novamente numa disputa, porque os bioinsumos sempre foram ferramentas fundamentais da agricultura de base agroecológica, da agricultura orgânica.

Só que agora, diante de todo um panorama de falência do modelo dos insumos químicos - que, inclusive, já era previsível e por isso mesmo surgiram o movimento orgânico e o movimento agroecológico -, os grandes produtores passaram a usar os bioinsumos e passaram a disputar o marco regulatório.

Então, nós estamos aí há dois anos numa briga, gastando muita energia para tentar evitar que a legislação em torno dos bioinsumos venha a se tornar um processo excludente e que comece a deixar que essas tecnologias fiquem acessíveis só para os grandes produtores, sejam dominadas por grandes empresas e, com isto, se comprometa todo o processo da agricultura tradicional, da agricultura orgânica e de base agroecológica. Os bioinsumos não são só produtos, muito menos produtos comerciais. Eles também são práticas, tecnologias e conhecimento. E nisso entra a questão da reformulação, da formação dos profissionais, da base curricular, entra na questão do desenvolvimento e liberação de organismos em coleções abertas, coleções públicas.

Então, tem algumas questões que sabemos que vão precisar ser trabalhadas, mas não dá para dizer ainda quais vão ser as ações inovadoras. Vamos precisar conversar um pouco mais para conseguir definir isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 7.794/2012, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras

e limitações para colegiados da administração pública federal, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Portaria Mapa nº 352, de 2 de dezembro de 2021.** Diário Oficial da União, Imprensa Nacional. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mapa-n-352-de-2-de-dezembro-de-2021-364261387. Acesso em: 9 de set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Recriação da Câmara Interministerial de Agroecologia E Produção Orgânica (Ciapo) e da Comissão Nacional de Agroecologia E Produção Orgânica (Cnapo).** Secretaria de Comunicação Social, 5 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/desenvolvimento/recriacao-da-camara-interministerial-de-agroecologia-e-producao-organica-ciapo-e-da-comissao-nacional-de-agroecologia-e-producacao-organica-cnapo>. Acesso em: 9 de set. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 10, de 24 de março de 2023.** Diário Oficial da União, Imprensa Nacional, Edição 59, Seção 2, p. 3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-10-de-24-de-marco-de-2023-472749395>. Acesso em: 9 de set. 2023.

Marcha das Margaridas. **Governo aprova Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).** 12 de junho de 2013. Disponível em: <https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=noticiainterna&id=ODc4Nw==&contag=true>. Acesso em: 9 de set. 2023.

MARINA YAMAOKA

doutoranda em Ciência Política, Laboratório Interdisciplinar de Ciências, Inovações, Sociedades (Lisis), Universidade Gustave Eiffel
marina.yamaoka@gmail.com

Marcha das Margaridas e os caminhos de CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

ERYKA GALINDO, MARCO ANTONIO TEIXEIRA E RENATA MOTTA

“A diversidade das mulheres do campo, da floresta e das águas faz a Marcha das Margaridas e, através dela, propõe um caminho coletivo de construção de uma sociedade baseada no bem viver”, disse Mazê Moraes, coordenadora da Marcha das Margaridas 2023, durante sessão solene no Senado Federal em 15 de agosto deste ano. A declaração sintetiza uma das mais importantes marcas da Marcha: o processo de organização e incidência pública, coletivo, descentralizado e autogerido por uma diversidade de mulheres.



A Marcha das Margaridas teve início em 2000, em Brasília. Ao longo desses 23 anos, vem se consagrando como a maior ação de mulheres do campo, da floresta e das águas da América Latina. Entre os eixos mais importantes, estão o direito à terra e à água e a promoção da Agroecologia, para enfrentar a fome e afirmar uma perspectiva integrada de interação com a natureza, tudo isso orientado por um feminismo popular – anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

O objetivo deste artigo é apresentar um breve histórico da Marcha das Margaridas, destacando suas contribuições para a construção de uma agenda pública de Agroecologia no Brasil.

MARCHA DAS MARGARIDAS: 23 ANOS DE AÇÕES, BANDEIRAS DE LUTA E CONQUISTAS

A Marcha das Margaridas é parte do processo histórico de organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais e seus diálogos com os feminismos emergentes no Brasil. Nascida no seio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), a intenção era realizar uma grande ação nacional que mostrasse aos sindicatos, ao governo e ao conjunto da

sociedade a capacidade de organização e ação pública das mulheres trabalhadoras rurais. A Marcha das Margaridas foi constituída em 2000 como parte do calendário de mobilizações da Marcha Mundial de Mulheres (AGUIAR, 2015; TEIXEIRA, 2023), o que lhe conferiu projeção também no plano internacional. Tal dado exprime bem a centralidade da ação na construção de alianças, sob a coordenação das lideranças da Comissão Nacional de Mulheres da Contag (AGUIAR, 2015; TEIXEIRA; MOTTA, 2020).

Embora as imagens mais recorrentes da Marcha das Margaridas retratem mulheres nas ruas de Brasília, com suas faixas, cartazes e chapéus de palha, é importante destacar que os processos que a integram vão além do que ocorre na capital federal. A marcha é fruto tanto de ação coletiva, que incide sobre as políticas públicas, quanto de cursos de formação, encontros e reuniões para debater os cadernos de textos, vender rifas e bingos para arrecadar recursos, atividades estas que mantêm viva e fortalecida a organização das mulheres antes e mesmo depois da chegada em Brasília.

As formas de ação coletiva também extrapolam o ato de marchar nas ruas de Brasília. As Margaridas apresentam suas proposições aos poderes Executivo e Legislativo



... a Marcha das Margaridas é influenciada e influencia a construção da Agroecologia no Brasil.



Movimentos sociais articulados a partir da liderança das mulheres agricultoras unificam pautas de luta

Foto: Acervo Contag

na esfera federal por meio de Pautas de Reivindicações, construídas a partir dos debates realizados nos territórios. A apresentação da pauta é seguida de rodadas de diálogo e negociação com gestoras(es) de diferentes áreas do governo. Outro ponto alto é o momento de resposta do governo à pauta, que direciona as ações pós-marcha, com um calendário de atividades para monitorar a execução dos compromissos assumidos pelo governo.

Os processos desencadeados pela Marcha das Margaridas produzem impactos importantes na vida das mulheres em seus territórios, fomen-

tando a auto-organização e fortalecendo o combate às desigualdades e violências vivenciadas em casa e nas comunidades. Além disso, ao longo desses anos, a marcha conseguiu impulsionar a criação de políticas públicas, dentre as quais destacam-se: a criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; a titulação conjunta obrigatória da terra destinada à reforma agrária; a inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CONTAG, 2019), além das conquistas referentes ao fortalecimento da Agroecologia na agenda pública, como discutiremos a seguir.

AGROECOLOGIA NA MARCHA DAS MARGARIDAS

A Agroecologia é um dos pilares fundamentais do projeto de sociedade defendido pelas Margaridas, presente desde os seus primeiros documentos, em 2000 (MOREIRA, 2019).

As mulheres do campo, da floresta e das águas entendem a Agroecologia como ciência, movimento e prática. Para elas, não se pode dissociar o social do ecológico e, portanto, construir relações de respeito e interdependência com a natureza também perpassa a construção de novas relações sociais. Por isso, defendem que o fim de todas as formas de opressão, seja de gênero, raça, classe ou territoriais, é tão importante quanto produzir alimentos ecológicos (MOREIRA, 2019).

Essa visão sobre a Agroecologia é fruto de processos coletivos e dinâmicos de constituição do campo agroecológico no Brasil, tendo as mulheres como importantes agentes. As práticas, articulações e resistências construídas nos territórios, as ações e incidências da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e de suas redes regionais, os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) e os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs) são alguns marcos nessa trajetória (LONDRES e

MONTEIRO, 2017). Nesse sentido, a Marcha das Margaridas é influenciada e influencia a construção da Agroecologia no Brasil.

É possível ver ao longo do tempo como a Agroecologia assume centralidade nos documentos e eixos políticos da Marcha das Margaridas (ver Figura). Em 2000, mesmo não usando explicitamente o termo, a marcha já apresentava propostas basilares, como a criação de linhas de crédito para produção agroambiental, ao mesmo tempo que enfatizava a contraposição ao uso das sementes transgênicas (MOREIRA, 2019). Já em 2003, a Agroecologia passou a dar nome a um dos eixos políticos da Marcha: “Meio Ambiente – Promover a sustentabilidade com Agroecologia e um novo padrão energético”. Mas é no ciclo de construção da terceira marcha, em 2007, que a Agroecologia ganha maior relevância, com a proposição do eixo político “Terra, Água e Agroecologia”, que será reafirmado e reformulado nas marchas subsequentes.

Na Marcha das Margaridas de 2011, uma articulação mais robusta em defesa da Agroecologia resultou no anúncio, feito pela presidenta Dilma Rousseff durante o ato de encerramento, da criação de um grupo de trabalho para a elaboração da política de Agroecologia. Esse foi

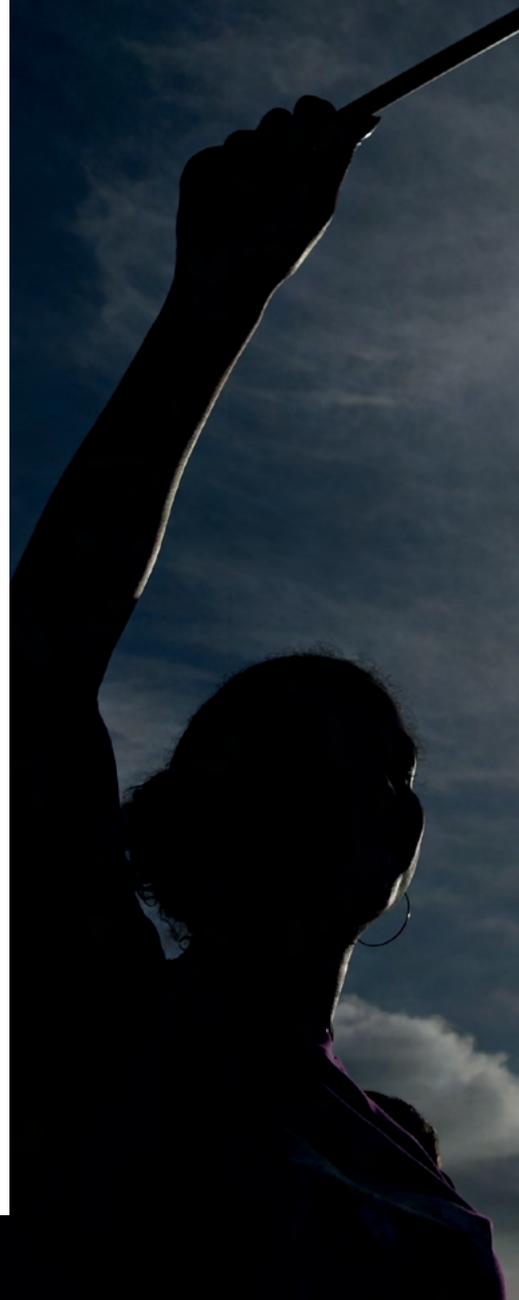
um grande acontecimento, que, por meio do Decreto nº 7.794/2012, instituiu, em 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), elaborada com expressiva participação das organizações do campo agroecológico, especialmente das mulheres organizadas no Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA (GT Mulheres da ANA) e da Marcha das Margaridas. A partir daí, a participação social se institucionalizou, com a constituição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), que se ocupou, dentre outras coisas, da elaboração, atualização e monitoramento dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapos).

O fortalecimento da Agroecologia na agenda pública contou, portanto, com a capacidade de pressão exercida pelas Margaridas em marcha, aliada à conjuntura de maior força das ações das redes de Agroecologia e de maior diálogo e participação social com os governos, geradores de programas e políticas públicas de Agroecologia (LONDRES; MONTEIRO, 2017; MOREIRA, 2019).

Mesmo diante dessas conquistas, as Margaridas não descansaram. Seguiram enfatizando, para os governos e para o próprio campo agroecológico, o lugar essencial das mulheres na política

Mobilização pela Agroecologia, em defesa de direitos

Foto: Acervo Contag





de Agroecologia. Era central para as mulheres do campo, da floresta e das águas afirmar os quintais produtivos como espaços vitais às práticas e à construção da Agroecologia. A reivindicação de apoio aos quintais produtivos teve destaque na pauta da Marcha das Margaridas, em 2015, não por coincidência, no momento em que o GT Mulheres da ANA passa a integrar, oficialmente, a rede de parceiras organizadoras da marcha. Entretanto, esta e outras demandas não prosperaram, num momento de instabilidade política e ameaça de um golpe contra a presidenta – que se concretizou em 2016, mesmo com toda a ação de resistência dos movimentos sociais, entre eles a Marcha das Margaridas.

Com o golpe, sucedeu-se um momento de profundo desmonte das políticas de Agroecologia e dos canais de participação, marcado pela descontinuidade do Planapo e pela criminalização dos movimentos e organizações sociais, no contexto dos governos Temer e Bolsonaro. Concomitantemente, houve a construção de novas políticas públicas que iam na contramão da perspectiva agroecológica (LONDRES; BROCHARDT, 2022).

Os movimentos do campo agroecológico seguiram firmes na denúncia do dismantelamento das políticas



Em defesa da vida das mulheres e pela Agroecologia

Fotos: Acervo Contag

e atuando na construção da Agroecologia nos territórios. Construíram não só diálogos com parlamentares e governos estaduais e municipais de orientação democrático-popular, mas também continuaram a fortalecer e sistematizar experiências agroecológicas nos territórios (JOMALINIS *et al.*, 2023). Em pleno governo Bolsonaro, em 2019, a Marcha das Margaridas tomou pela sexta vez a capital federal, denunciando que o Brasil agroecológico não se constrói sob bases

conservadoras, autoritárias e ultraneoliberais, só sendo possível com soberania popular e democracia.

A Marcha das Margaridas 2023 foi às ruas de Brasília com a esperança renovada, diante da reeleição de Lula à Presidência da República. Uma esperança que não espera, mas que lança propostas para reconstruir o Brasil. As Margaridas também atualizaram o eixo “Terra, água e Agroecologia”, que passou a ser denominado “Vida saudável com Agroecologia e segurança alimentar e nutricional”. Com isso, elas defendem a Agroecologia como pilar central de luta num contexto em que o país vive os efeitos do aumento da fome e das desigualdades, decorrentes dos seis anos de desmontes sistemáticos dos direitos sociais e das políticas públicas, agravados pela pandemia.

No ato de encerramento da Marcha das Margaridas na frente do Congresso Nacional, ocorrido no dia 16 de agosto de 2023, o presidente Lula anunciou uma política de incentivo de mais de R\$23 milhões a 90 mil quintais produtivos e o investimento em assistência técnica em Agroecologia. Estes são acenos importantes, mas, depois de anos de desmontes, ainda se mostram insuficientes para responder ao propósito das Margaridas de reconstrução do país, a par-

A Marcha das Margaridas ... combina protesto de rua e processos de formação política, de construção de reivindicações e monitoramento de sua pauta

tir da Agroecologia. A criação de territórios livres de agrotóxicos e de programas de incentivo a feiras agroecológicas e outros equipamentos públicos de abastecimento alimentar são duas reivindicações centrais ainda sem respostas expressivas vindas do governo federal. Outra demanda essencial e urgente é a retomada da Pnapo, com a elaboração e a implementação do Planapo 3.¹ Essas são só algumas das muitas razões que fazem as Margaridas seguirem em marcha.

A Marcha das Margaridas, que é conduzida pelas mulheres do campo, da floresta e das águas e por suas formas de ver e estar no mundo, pro-

¹ Nota do editor: sobre a retomada da Pnapo, ver artigo na página 38.

duziu um modo singular de ação, que combina protesto de rua e processos de formação política, de construção de reivindicações e monitoramento de sua pauta. Esse jeito de fazer a luta agroecológica vem contribuindo para ampliar o lugar da Agroecologia na agenda pública nacional e evidenciar a sua dimensão emancipadora para a vida das mulheres.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, V.V.P. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/953156>>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

CONTAG. **Marcha das Margaridas 2023**: Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver. 2013. Brasília. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/informativo-da-marcha-das-margaridas-2023--visualizacao->>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

CONTAG. **Marcha das Margaridas 2019**: Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência. 2019. Brasília. Disponível em: <[https://www.marchadasmar-](https://www.marchadasmar)

[margaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NDQ=>](https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NDQ=>). Acesso em: 13 de setembro de 2023.

CONTAG. **Pauta da Marcha das Margaridas 2011**. Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade. Brasília, 2011.

JOMALINIS et al. **Sementes para a construção de políticas públicas com o enfoque agroecológico**: a iniciativa Agroecologia nos Municípios. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2023.

LONDRES, F.; BROCHARDT, V. (Org.). **Brasil - do flagelo da fome ao futuro agroecológico**: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. 2022. 1ed. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, v. 1, p. 48-73.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. **Pra que a vida nos dê flor e frutos**: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. 2017.

MOREIRA, S.L.S. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/37630>>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

TEIXEIRA, M.A. **Contag 1963-2023**: ações de reprodução

social e formas de ações coletivas. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

TEIXEIRA, M.A.; MOTTA, R.M. **Unionism and feminism: alliance building in the Brazilian Marcha das Margaridas**. 2020. Social Movement Studies, Berlim, p. 1-17. doi:10.1080/14742837.2020.1770430

ERYKA GALINDO

Socióloga, pesquisadora de doutorado do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Ibero-americanos da Universidade de Heidelberg (Alemanha)
eryka.galindo@uni-heidelberg.de

MARCO ANTONIO TEIXEIRA

Sociólogo, líder do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Ibero-americanos da Universidade de Heidelberg (Alemanha)
marco.teixeira@uni-heidelberg.de

RENATA MOTTA

Socióloga, Professora no Instituto de Estudos Ibero-americanos da Universidade de Heidelberg (Alemanha) e líder do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”
renata.motta@uni-heidelberg.de



Foto: Túlio Martins/AS-PTA

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E OS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

JULIAN PEREZ-CASSARINO E SILVIO ISOPPO PORTO

Eram inúmeros os desafios em 2003 quando Lula, ao assumir a presidência, elegeu o combate à fome como uma das prioridades de seu governo. Apesar de ser uma questão histórica e de grande magnitude no país, essa meta representava uma novidade enquanto ação de Estado.

O combate à fome exigiu, à época, enfrentar desafios políticos, institucionais, culturais e sociais, frente à emergência social e humanitária, com mais de 32 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. As ações do Estado deveriam responder a diversos questionamentos: como construir políticas de caráter permanente que possibilitassem o enfrentamento da fome? Como superar a chaga historicamente construída de utilizar o combate à fome de forma utilitarista e voltada à perpetuação de

redutos de poder? Como construir, no âmbito do Estado, a mentalidade e os mecanismos legais que garantissem a compreensão da alimentação como um direito humano? Como proporcionar participação e controle social na implementação de políticas neste âmbito?

Em face desses desafios, o presidente Lula reinstituíu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), entendendo que o enfrentamento de problemas dessa relevância exigia o fortalecimento da participação social. Em janeiro de 2003, na primeira reunião do Consea, representantes da sociedade civil propuseram a elaboração e o lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar. O plano foi elaborado de forma participativa, com o Consea e movimentos sociais, contemplando a revisão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a retomada de uma política de assessoria técnica e extensão rural (Ater) e a criação de uma política de comercialização para a agricultura familiar. Nesse contexto, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA foi estabelecido a partir da inclusão de um artigo na Lei nº 10.696/2003, que tratava da renegociação de dívidas de crédito rural, seguido por decreto de regulamentação e da criação do Grupo Gestor do programa, que passou a definir a normatização relativa à implementação das diferentes modalidades do PAA. Somente em 2011, foi promulgada uma nova lei do PAA (Lei nº 12.512/2011).

OS CAMINHOS DO PAA

Uma das inovações marcantes do PAA foi a possibilidade de uma política atender, com o mesmo orçamento, duas demandas fundamentais para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN): a comercialização da produção, um dos principais problemas na agricultura familiar; e o acesso a alimentos de qualidade para famílias em situação de insegurança alimentar e

nutricional (Isan), tornando-se a mais significativa ação de doação de alimentos no país. O programa conta com diferentes modalidades, criadas para atender distintas estratégias de execução¹.

Os recursos são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), sendo executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por estados e municípios. A Conab opera o PAA, preferencialmente por meio das organizações sociais. Caso seja necessário, pode apoiar grupos informais de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Já os estados e municípios operam exclusivamente com a destinação dos alimentos diretamente às famílias.

OS CAMINHOS DO PAA

Desde seu início, o PAA contou com forte componente de mobilização social. Essa característica foi essencial para a rápida difusão do programa no país, seja no âmbito das organizações da agricultura familiar fornecedoras, seja das organizações consumidoras. Foi estratégica também para que o programa ganhasse corpo, principalmente quando executado via Conab. Isso porque o programa promove a auto-organização e mobilização da sociedade civil para viabilizar a sua implementação, ao estimular o acompanhamento dos projetos por algum conselho local de participação social, tais como o de segurança alimentar e nutricional, de assistência social, de desenvolvimento rural ou da saúde. Quando o alimento é destinado às organizações de caráter comunitário (associação de moradores e outras), é solicitada a anuência de um desses conselhos. Apesar da recente retomada do PAA, o programa ainda se encontra atrelado basicamente à destinação orçamentária do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). A disponibilidade de recursos alocados ao programa sempre foi um tema de acalorado debate e tensionamento. O maior valor

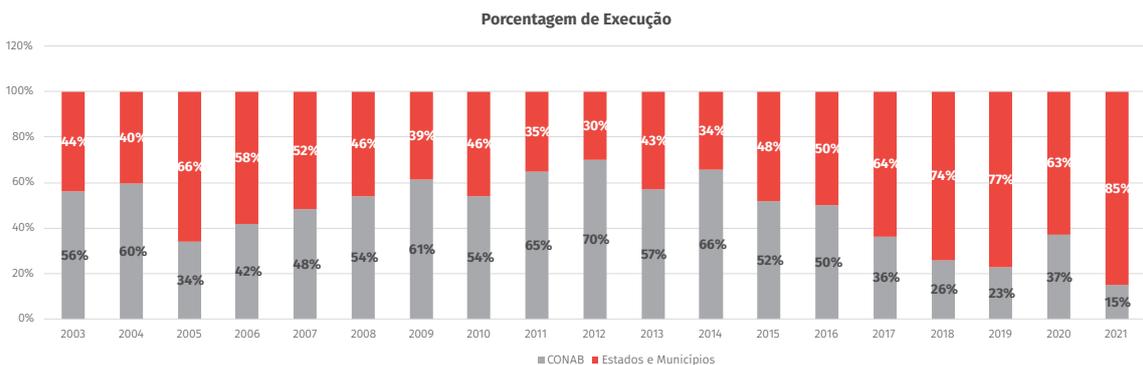
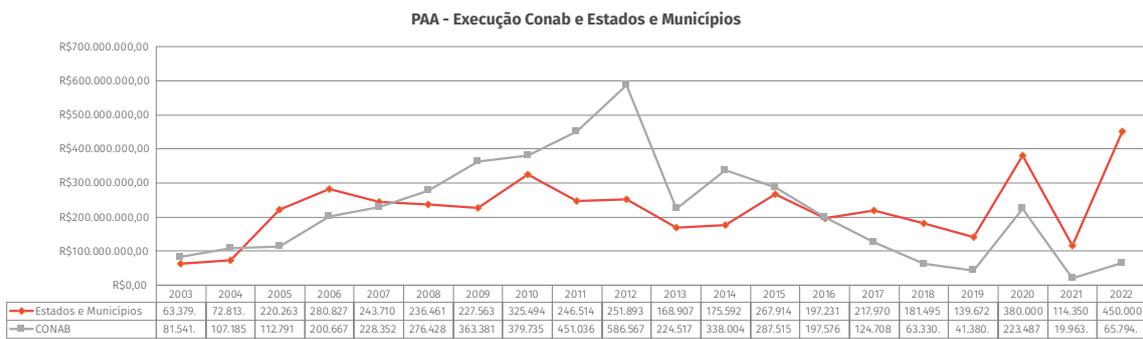
¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

executado ocorreu em 2012 – cerca de R\$ 840 milhões, somando Conab, estados e municípios (valor sem atualização monetária) –, permitindo o atendimento de 140 mil famílias agricultoras. No entanto, a partir de 2013, o PAA sofreu uma queda brusca em sua implementação devido à realização da operação *Agrofantasma*, realizada pela Polícia Federal e encabeçada, à época, pelo então juiz federal Sérgio Moro.

Essa operação apurou supostos desvios de recursos na execução de projetos do PAA no Paraná, chegando a prender agricultores familiares e funcionários da Conab. Posteriormente, essas acusações criminais foram refutadas pela Justiça Federal do Paraná, sendo consideradas questões de caráter administrativo (falhas operacionais), resultando na absolvição de todas as pessoas indevidamente acusadas. Além do pesado efeito negativo sobre as pessoas denunciadas, seus familiares e suas organizações, a espetacularização da operação, com forte apoio midiático, fragilizou o PAA nos

últimos anos do governo Dilma, abrindo caminho para que ele tenha sido drasticamente restringido nos governos Temer e Bolsonaro. Tal desmonte pode ser observado nos dados relacionados à execução financeira do PAA pela Conab entre 2003 e 2022 (Gráfico 1).

Os valores descritos no Gráfico 1 são nominais, ou seja, não estão corrigidos pela inflação. No entanto, é possível observar claramente a evolução na destinação de recursos, chegando ao auge em 2012, com mais de R\$ 580 milhões executados pela Conab. Os efeitos da operação *Agrofantasma* ficaram nítidos em 2013, interrompendo a curva ascendente da evolução dos recursos financeiros executados. A exceção ocorrida em 2020 foi fruto da articulação de centenas de organizações da sociedade civil, em decorrência do início da pandemia, o que levou o Congresso Nacional a destinar um crédito extraordinário para o programa, no valor de R\$ 500 milhões, sendo 220 milhões destinados à Conab.



Fonte: Conab (2023)

O recuo nos investimentos do PAA fragilizou muitas organizações sociais da agricultura familiar, levando à redução da diversidade alimentar e do volume produzido, bem como as organizações receptoras, que restringiram seus volumes de doação, contribuindo para o aumento da situação de insegurança alimentar e nutricional. Essa realidade ficou clara, em 2023, com a retomada do PAA. Em apenas 50 dias a Conab recepcionou mais de R\$ 1,1 bilhão em projetos. Esse volume aponta para o tamanho da demanda reprimida, bem como para o potencial de mobilização das organizações da agricultura familiar para acessar o PAA.

- O PAA hoje, o que mudou com a Lei nº 14.628/2023

Dentre os principais avanços na retomada do PAA em 2023, está a perspectiva de assegurar a justiça de gênero, ao condicionar a participação paritária entre mulheres e homens. Também houve a priorização da participação dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), da juventude rural, do público da reforma agrária e da produção de alimentos agroecológicos. A lei instituiu também as cozinhas solidárias, que são um importante equipamento de abastecimento por meio da distribuição da alimentação pronta, principalmente para a população em situação de rua. Tal inclusão na Lei do PAA reconhece e valoriza as iniciativas solidárias de movimentos sociais urbanos e rurais, como o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) durante a pandemia.

Essas mudanças foram fundamentais para assegurar a participação das mulheres, que conformam cerca de 70% do público que compõe os projetos das organizações de produção; e a participação de povos indígenas e PCTs, com 18% das propostas apresentadas. A região Norte ficou em segundo lugar (19%) no ranking nacional e, juntamente com a região Nordeste, somam quase cerca de 70% do volume total



Incentivo à diversificação produtiva e a revalorização de culturas alimentares

Foto: Acervo Conab

Dentre os principais avanços na retomada do PAA em 2023, está a perspectiva de assegurar a justiça de gênero, ao condicionar a participação paritária entre mulheres e homens.

dos recursos para a aquisição de alimentos. Do total das 77 mil famílias que compõem a base dos projetos, 70% estão cadastradas no CADÚnico. O mapa e o quadro das páginas seguintes apresentam a síntese dos dados relacionados aos projetos submetidos à Conab entre maio e junho de 2023.

Figura 1: Diversidade de produtos oferecidos por bioma nos projetos submetidos à Conab em 2023



DADOS DOS PROJETOS DO PAA RECEPCIONADOS PELA CONAB EM 2023

- Mais de **R\$ 1,1** bilhão em propostas para participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS);
- Mais de **3.700 propostas** ofertando a produção de mais de 77 mil fornecedores;
- Mais de **248 mil toneladas** de produtos a serem entregues a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

ABRANGÊNCIA

- Mais de **3.600** de associações e cooperativas de todo o país em 1.572 municípios;
- Distribuição regional: **49%** região Nordeste, **19%** região Norte, **15%** região Sudeste, **10%** região Sul e **8%** região Centro-Oeste;

PRIORIDADES DE ATENDIMENTO

- **18%** de participação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais;
- **7%** comunidades quilombolas, **5%** pescadores(as) artesanais, **3,5%** agroextrativistas e **2,9%** povos indígenas;
- Inclusão de agricultores e agricultoras familiares inscritos no CadÚnico
- **17,3%** assentados (as) da Reforma Agrária.

MULHERES RURAIS

- Participação de **70%** de mulheres rurais: **74%** região Sudeste, **73%** região Nordeste, **67%** região Centro-Oeste, **66%** região Norte e **61%** região Sul.

JUVENTUDE RURAL

- Mais de **13%** são juventude rural.

PRODUTOS

- Mais de **350 tipos de produtos**, sendo: 63% hortigranjeiros, 18% processados, 11% carnes/pescado, 8% grãos e 0,4% sementes e mudas.
- **3%** de orgânicos.

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

- **1.200 projetos** em 485 municípios do Semiárido (28% do valor).

APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

- Mais de **75%** são associações.

Um avanço importante foi a possibilidade de os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais serem reconhecidos pelo CadÚnico, igualando esse enquadramento à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Tal reconhecimento remove uma importante barreira burocrática para o acesso de povos indígenas e PCTs ao PAA.

As exigências das normas sanitárias, em especial para sucos, polpas e alimentos de origem animal, são outro entrave ao acesso ao programa. Reconhecendo esse fato, o PAA seguiu a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas, por meio da sua Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos, hoje adotada pela rede Catrapovos, presente em diversos estados.



O MPF recomendou que os alimentos produzidos e consumidos na mesma terra indígena ou território tradicional estão dispensados de seguir as normas sanitárias, predominando, nesse caso, os modos de vida dos povos indígenas e PCTs. Além disso, a Secretaria Nacional de Abastecimento e Cooperativismo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDAAF) estabeleceu um grupo para revisar as normas e propor uma reestruturação do sistema de vigilância sanitária no país, de modo a permitir que os sistemas municipais sejam reconhecidos em todo o território nacional.

Outra alteração de destaque foi o aumento do limite anual por família (de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil por modalidade), assim como o aumento do limite anual por organização para R\$ 1,5 milhão nas modalidades de doação simultânea e compra direta. No caso da compra direta, entendemos que esse referencial deveria ser ampliado, permitindo à Conab realizar compras para formação de estoques das organizações da agricultura familiar de forma mais robusta. O limite de R\$ 1,5 milhão levará a Conab, em diferentes situações, a recorrer ao uso da compra institucional, que admite o limite anual por organização de R\$ 6 milhões, além

de adotar o preço do varejo como referência para o pagamento.

AS ATUAIS MODALIDADES DO PAA

Atualmente o programa está estruturado em torno de quatro modalidades: i) doação simultânea; ii) formação de estoques; iii) PAA Leite, voltado à aquisição de leite beneficiado e sua doação para famílias em situação de insegurança alimentar na região semiárida do país; e iv) compra institucional.

A modalidade de formação de estoques possibilita o aporte de recursos, pois funciona como um capital de giro para a organização adquirir alimentos não perecíveis para formar estoques sob seu domínio. Além do pagamento em espécie, a nova Lei do PAA (2023) retomou a possibilidade de o pagamento dos recursos ser efetivado em produto.

A aquisição de sementes e mudas volta a ser operacionalizada por meio da modalidade de doação simultânea, como executado entre 2003 e 2014. Em 2015, o Grupo Gestor do PAA instituiu uma modalidade específica para sementes. Nesse caso, as diretrizes para a compra de sementes estão orientadas, sobretudo,



Valorização econômica pelo PAA contribui à conservação da sociobiodiversidade em todos os biomas.

Fotos: Acervo Conab



O PAA fortalece e resgata culturas e sistemas de produção que, muitas vezes, foram se perdendo na agricultura familiar por não encontrarem canais de escoamento comercial

para atendimento de demandas no âmbito territorial, evitando o deslocamento de grandes distâncias. O programa prevê a dispersão de materiais genéticos de uma região para outra. No entanto, tal operação deve passar previamente por uma validação participativa, promovida por organizações de produção das regiões/territórios de destino, assegurando, dentro do possível, o acompanhamento técnico. A Conab iniciou ainda um diálogo com a Articulação do Semiárido (ASA) Paraíba em torno da possibilidade de implementar a compra de *semente animal*. Essa iniciativa visa fortalecer o resgate, a conservação e o uso das raças e ecótipos crioulos de caprinos, ovinos, aves e suínos. Ao mesmo tempo, possibilita a valorização do conhecimento tradicional, associado ao trabalho de resgate, seleção e manejo promovido por guardiãs e guardiões desses animais.

A consolidação da modalidade de compra institucional (PAA-CI), que se refere à destinação de uma porcentagem mínima de 30% das

aquisições de alimentos por parte de todos os órgãos federais para compras da agricultura familiar, foi outro avanço de destaque. A partir da nova Lei do PAA, hospitais e universidades federais, Forças Armadas, ministérios e outros órgãos públicos federais estão obrigados a realizar aquisições de alimentos da agricultura familiar. Dentre os maiores desafios para o sucesso dessa modalidade, destacam-se: o comprometimento político das instituições federais para assegurar a compra desse percentual mínimo; a adequação dos cardápios ao período de safra dos diferentes alimentos, de forma a ampliar a possibilidade de oferta pelas organizações da agricultura familiar; e a implementação de instrumentos de monitoramento e transparência que possibilitem o acompanhamento do resultado das chamadas públicas. Em que pese essa obrigatoriedade da compra de no mínimo 30% da agricultura familiar ter sido estabelecida ainda em 2009 no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), até hoje, muitos municípios não cumprem essa determinação legal, talvez porque



Foto: Túlio Martins/ AS-PTA

os gestores contem que não serão responsabilizados por isso.

Para contornar esses desafios, os ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; da Defesa; da Saúde; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e a Conab assinaram um acordo de cooperação, que visa ampliar as compras públicas de alimentos da agricultura familiar, no âmbito das instituições do governo federal.

PAA, SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

Por não restringir a oferta em relação ao tipo de alimento ou a quantidades mínimas, o PAA tem contribuído decisivamente para a construção de mercados pela agricultura familiar. Um fator essencial é a segurança da compra. Uma vez assinado o contrato, a organização contratada pode planejar com segurança a produção e a comercialização com preços previamente estabelecidos pela Conab, tendo entre 12 e 18 meses para executar o projeto. No decorrer da

execução do projeto, caso necessário, a organização fornecedora poderá negociar ajustes no contrato com a Conab, como alterar a relação das agricultoras e agricultores fornecedores e os tipos e quantidades de alimentos que serão entregues.

Um aspecto relevante na construção de mercados é a diversidade de alimentos adquiridos. Em 2023, foram ofertados cerca de 400 tipos de alimentos em âmbito nacional. Portanto, o programa não só assegura o escoamento da produção, como cria a possibilidade de venda de

alimentos que não são convencionalmente comercializados. Desse ponto de vista, o PAA estimula a diversificação dos sistemas de produção e a conservação da agrobiodiversidade, já que as famílias são motivadas a produzir e a promover essa diversificação, indo ao encontro das expectativas das entidades que recebem a doação de alimentos. Em geral, essas organizações anseiam por receber uma pauta de alimentos diversificada.

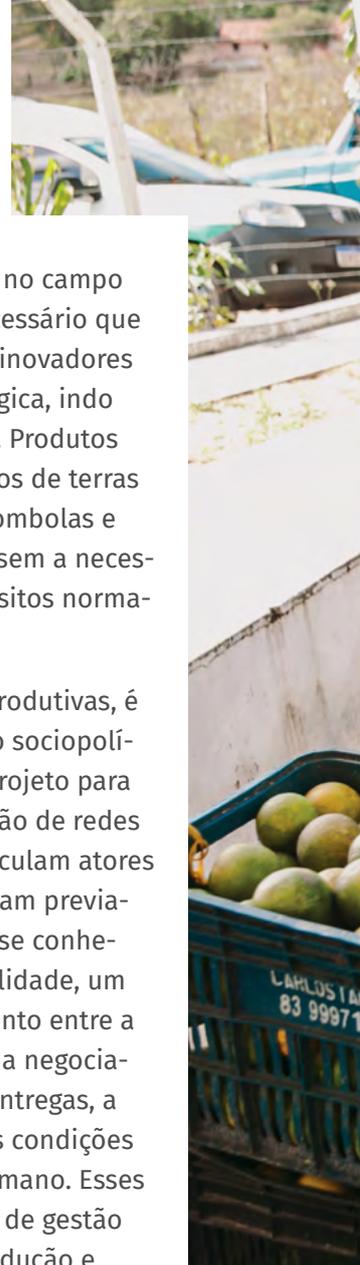
Além da diversificação da produção, a diversidade de canais de comercialização é fundamental para evitar a dependência das famílias agricultoras, sobretudo quando se dedicam a comercializar uma pauta reduzida de alimentos. A segurança da comercialização no PAA permite – às famílias agricultoras e suas organizações – negociar melhores preços

e prazos de pagamento em outros canais de comercialização. Proporciona também maior estabilização dos ingressos monetários durante o ano, incluindo o período da entressafra, gerando maior previsibilidade de renda e autonomia econômica. Dado esse conjunto de características, o PAA fortalece os sistemas de produção manejados pelas mulheres, como quintais agroflorestais, hortas, pequenos roçados, produção de pequenos animais, entre outros. Dessa forma, valoriza o trabalho feminino e contribui para a fortalecimento da autonomia econômica e política das agricultoras.

Por essas razões, o PAA tem sido um poderoso indutor para a construção de novos circuitos de comercialização. Ao planejar sua produção e ter certa segurança da venda de um volume determinado de produtos, torna-se pos-



Fotos: Acervo Conab



sível aumentar a produção e buscar outras formas de venda em outros mercados locais e regionais. Isso possibilita ampliar a comercialização por meio de feiras, restaurantes, pequenos mercados, comércio de vizinhança, lojas (pontos fixos) geridas pelas organizações, além, é claro, do próprio Pnae.

No entanto, é preciso ressaltar que essas virtudes estão permeadas por um conjunto de limites, que devem ser compreendidos para que sejam superados, visando ampliar o acesso ao programa e qualificar a gestão dos projetos contratados. Tendo em vista o público prioritário do PAA, a compreensão de suas normas e do sistema para envio das propostas e prestação de contas, bem como a necessidade de acesso à internet apresentam-se como obstáculos frequentes à plena efetivação do programa. A superação dessas dificuldades cobra do Estado assegurar assessoria técnica às organizações executoras do programa, que deveriam eleger sua própria assessoria, podendo ser realizada por universidades públicas, institutos federais, escolas família agrícola, organizações não governamentais ou empresas da rede pública estatal de Ater.

O PAA possui um mecanismo de pagamento de 30% a mais sobre os preços dos alimentos convencionais como estímulo à transição agroecológica. No entanto, nos últimos dez anos, a aquisição pelo programa de alimentos orgânicos e agroecológicos chegou a pouco mais de 3%. Sabe-se que o volume de alimentos agroecológicos é superior, uma vez que parte deles é vendida como convencional (sem certificação). A legislação de orgânicos no Brasil prevê mais de um mecanismo de geração de credibilidade², sendo a certificação participativa uma grande inovação e referência internacional. Os órgãos governamentais são obrigados a exigir a certificação para a compra de alimentos orgânicos e pagar preço diferenciado – até 30% de sobrepreço sobre o produto convencional.

Apesar dos avanços institucionais no campo da geração de credibilidade, é necessário que sejam estabelecidos mecanismos inovadores de estímulo à transição agroecológica, indo além da concessão de sobrepreço. Produtos em bases agroecológicas – oriundos de terras indígenas, Resexs, territórios quilombolas e outros – deveriam ser adquiridos sem a necessidade do cumprimento dos requisitos normativos atualmente existentes.

Junto às questões econômicas e produtivas, é importante considerar a dimensão sociopolítica do PAA. A elaboração de um projeto para esse programa demanda a formação de redes sociais locais e regionais. Elas articulam atores rurais e urbanos que não dialogavam previamente e que muitas vezes sequer se conheciam. Para ser executado com qualidade, um projeto pressupõe o equacionamento entre a oferta e a demanda de alimentos, a negociação de períodos e frequência de entregas, a análise regular da qualidade e das condições dos alimentos para o consumo humano. Esses aspectos exigem forte capacidade de gestão por parte das organizações de produção e compreensão da dinâmica da produção familiar por parte das entidades que recebem os alimentos. É importante que as cooperativas e associações compreendam as demandas das instituições assistenciais e comunitárias, buscando corresponder a suas expectativas de atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Os projetos apoiam a conformação de redes sociais que têm demonstrado enorme potencial para articular outras ações coletivas, fortalecendo iniciativas de mobilização social e comunitária não necessariamente relacionadas à execução do PAA, mas igualmente orientadas à construção de estilos de desenvolvimento local mais justos e sustentáveis. Por isso, pode-se observar uma contribuição do programa na dinamização dos mercados locais. Nos mercados tradicionalmente acessados pela agricultura familiar, como empresas,

²Certificação por auditoria, certificação participativa ou Organismo de Controle Social (OCS), de acordo com a Lei nº 10.831/03.



Comida de verdade, livre de agrotóxicos e sem transgênicos assegurada pela ação do Estado. Fotos: Túlio Martins / AS-PTA



indústrias e grandes cooperativas, os recursos econômicos estão concentrados e se deslocam para os grandes centros urbanos ou para o exterior. No caso do PAA, eles são repassados diretamente às organizações ou famílias, gerando efeitos multiplicadores sobre as economias locais, movimentando comércio e serviços nas regiões.

Também já foi tratada anteriormente a relevância do programa para estabelecer um perfil dos produtos adquiridos para as doações. Trata-se de *comida de verdade*, ou seja, aquela fresca, diversificada, produzida localmente e que respeita hábitos e culturas alimentares locais, superando o paradigma da doação da cesta básica única e padronizada de norte a sul do país. Assim, o PAA fortalece e resgata culturas e sistemas de produção que, muitas vezes, foram se perdendo na agricul-

tura familiar por não encontrarem canais de escoamento comercial. Do ponto de vista da macropolítica, o programa afirma o papel do Estado como um ente promotor da segurança alimentar e nutricional (SAN) e garantidor do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), cumprindo os preceitos legais (Lei Orgânica de SAN) e constitucionais (Emenda Constitucional nº 64) que definem o papel do poder público nesse âmbito. O PAA contribui para o fortalecimento e a estruturação social, econômica e produtiva da agricultura familiar como um segmento estratégico na produção e abastecimento de alimentos no país.

Por fim, uma das principais fragilidades ainda identificadas é a dificuldade em coordenar o PAA com outras políticas públicas: Ater; investimentos não reembolsáveis, a exemplo do Programa Ecoforte; fomento produtivo; e formação continuada. Essas políticas deveriam assegurar o acesso a equipamentos apropriados para o manejo dos sistemas de produção de base agroecológica, processamento, resolução de gargalos sanitários, melhoria logística, implantação de energia sustentável e o desenvolvimento de capacidades das organizações de produção para qualificar a gestão dos projetos.

Arriscamos aqui algumas sugestões, muito mais no sentido de estimular o debate do que de apresentar soluções prontas para a superação dessa fragilidade. Seriam elas: i) articular as políticas de Ater, crédito, fomento, agroindústria e outras com a execução do PAA e Pnae, sob um enfoque agroecológico; ii) aporte de recursos não reembolsáveis para pequenos investimentos, a exemplo do que já foi implementado pela Conab, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), via Fundo Social; iii) criar um programa nacional, em parceria com os estados, para dar formação e facilitar o acesso à certificação orgânica ou a criação de OCSs; e iv) criar, ampliar e fortalecer ações de abastecimento local de alimentos que priorizem a oferta de alimentos agroecológicos, tais como

feiras, mercados municipais, sacolões, centrais de armazenamento e distribuição, articulação com o pequeno varejo, entre outras.

Assim como as causas da fome são múltiplas, sabemos hoje que as soluções também devem ser. Não há uma única política que, de forma isolada, seja capaz de resolver estruturalmente essa questão, por mais recursos, vontade política e mobilização social que a ela se dedique. Por mais transformador que se possa considerar o PAA, a falta de políticas complementares limita os seus resultados.

Ressaltamos que o fortalecimento das virtudes do PAA aqui apresentadas, bem como a superação de seus limites, dependem diretamente de um amplo processo de mobilização social e participação popular, principalmente a partir dos conselhos de segurança alimentar e nutricional em seus diferentes níveis (municipal, estadual e nacional) e outros espaços institucionais, como o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrav), a Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Faz-se necessário que o PAA se transforme em uma política estratégica para o combate à fome, o fomento à transição agroecológica pela agricultura familiar, a promoção da sociobiodiversidade, do abastecimento alimentar e da alimentação saudável sob uma perspectiva da promoção da SAN e do DHAA.

JULIAN PEREZ-CASSARINO

professor da UFFS, membro do FBSSAN e da Rede Penssan

julian.cassarino@uffs.edu.br

SILVIO ISOPPO PORTO

professor da UFRB, atualmente diretor de Política Agrícola e Informações da Conab

silvioporto@ufrb.edu.br

AGRICULTURAS URBANAS: UMA AGENDA POLÍTICA NECESSÁRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES JUSTOS E SAUDÁVEIS

DANIELA ADIL, KARINE FREITAS, LORENA PORTELA E LUISA FERRER



Se o campo e a cidade roçar, todo povo vai almoçar

Se o campo e a cidade plantar, todo povo vai jantar

Se o campo e a cidade se unir, a fome vai deixar de existir.

O termo *agricultura urbana*, amplamente utilizado hoje em dia, começou a se difundir na década de 1990, a partir de projetos e ações de organismos e programas que fazem parte do Sistema das Nações Unidas, de agências de cooperação bilateral e organizações internacionais, como o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IDRC, na sigla em inglês), a Fundação Ruaf - Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar; e em publicações e eventos, tais como a Cúpula Mundial da Alimentação (1996) e o IV Fórum Urbano Mundial (2006). Ainda que com diferenças entre *países do Norte e do Sul*, a agricultura urbana foi consolidando visões e discursos em nível internacional, conectando-se a noções como *sustentabilidade, gestão urbana, enfrentamento da fome e da pobreza*, entre outras, que têm influenciado o seu reconhecimento político nos âmbitos locais (ALMEIDA, 2016).

No Brasil, o debate sobre esse tema também ganhou maior intensidade na década de 1990 por meio de intercâmbios entre experiências, especialmente pela atuação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atuantes no campo agroecológico, como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), de Belo Horizonte, a AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, do Rio de Janeiro, e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), de Florianópolis. A partir da década de 2000, a pauta foi ganhando espaço em eventos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o que proporcionou uma

conexão entre o *movimento da agricultura urbana* com outros movimentos e redes com posicionamentos políticos de contraposição às lógicas capitalistas que orientam a organização dos sistemas alimentares e a produção das cidades.

Dessa forma, o conceito de agriculturas urbanas vem sendo construído concomitantemente com processos de mobilização e organização social, com dinâmicas de elaboração de políticas públicas e com a promoção e produção de conhecimento sobre a temática, o que justifica o uso do termo no plural. Embora as agriculturas urbanas sejam compostas por uma diversidade de sujeitos e práticas, na realidade brasileira observa-se o protagonismo das mulheres negras e de territórios periféricos, que se conectam aos conhecimentos e expressões culturais dos povos originários e afrodiáspóricos. A produção de alimentos nas cidades e outras práticas agrícolas, extrativistas, de pecuária e de pesca, assim como atividades de beneficiamento, comercialização e serviços relacionados, antecedem a recente trajetória de institucionalização da agricultura urbana, seja pelo poder público, seja por organizações da sociedade civil no Brasil, pois estão inseridas nas diversas atividades de reprodução da vida e se atualizam juntamente com as transformações das cidades.

UMA TRAJETÓRIA DE ARTICULAÇÃO E AFIRMAÇÃO POLÍTICA

A importância da prática da agricultura urbana - e sua associação ao combate à fome e à pobreza - foi reconhecida no início da primeira gestão do governo Lula (2003-2006), quando da criação do Programa Fome Zero e da formulação de políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional. Em 2006, foi realizada uma pesquisa nacional com os objetivos de identificar e caracterizar iniciativas de agricultura urbana

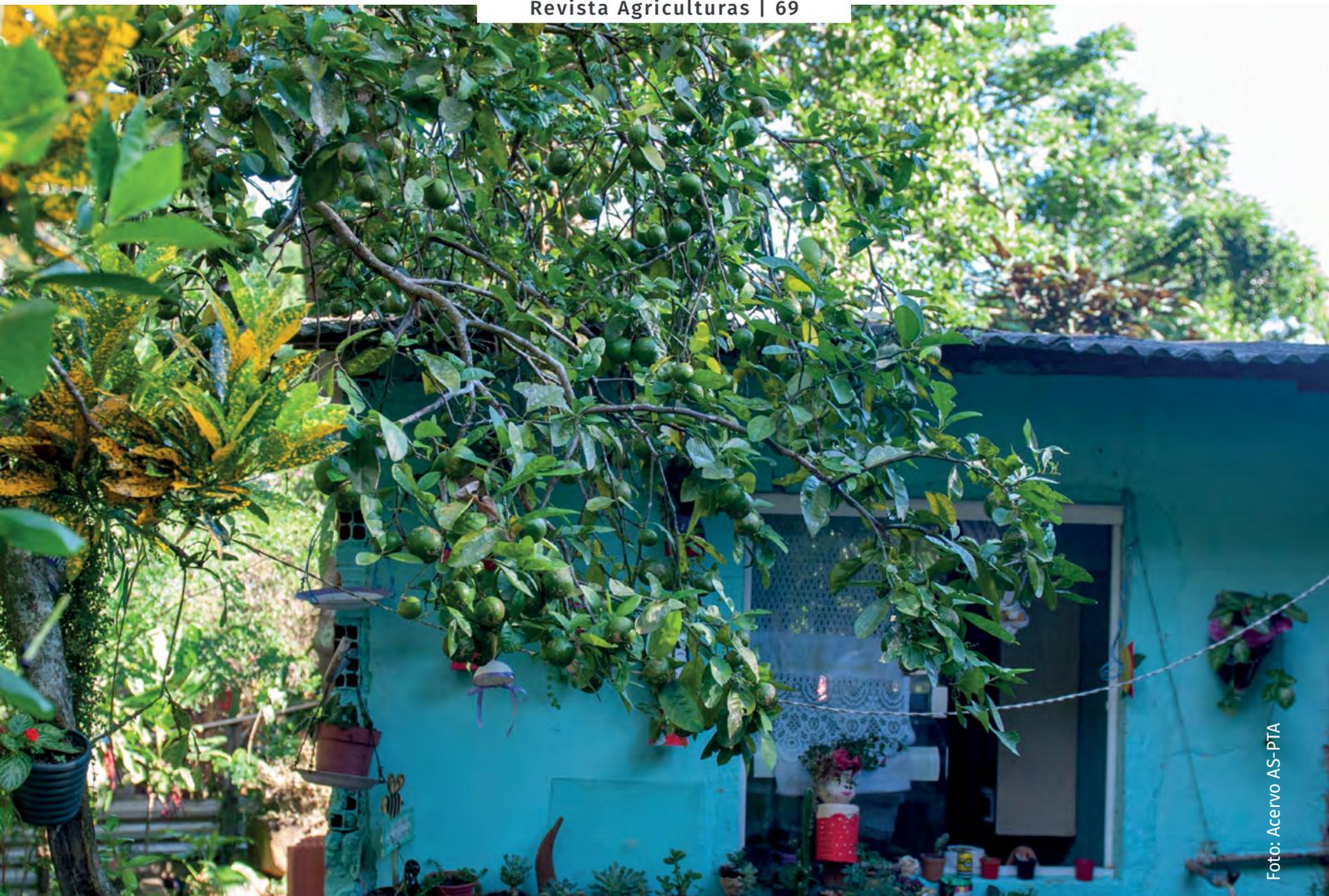


Foto: Acervo AS-PTA

A partir da década de 2000, a pauta foi ganhando espaço, ... o que proporcionou a conexão entre o movimento da agricultura urbana com outros movimentos e redes com posicionamentos políticos de contraposição às lógicas capitalistas que orientam a organização dos sistemas alimentares e a produção das cidades.

e periurbana em 11 regiões metropolitanas do país, produzindo subsídios para a elaboração de políticas públicas de fomento. Estiveram envolvidos no estudo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e as OSCs Rede, do Brasil, e IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável, do Peru - articulada à Fundação Ruaf. O principal produto da pesquisa foi a publicação *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*, uma referência ainda muito utilizada nos estudos e iniciativas políticas (ALMEIDA, 2016).

A trajetória de afirmação institucional da agricultura urbana é marcada por uma sucessão de fatos sintetizados no Quadro 1.

QUADRO 1 - DINÂMICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE AGRICULTURA URBANA (AU) E ARTICULADAS À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E À AGROECOLOGIA

- **2004:** II Conferência Nacional de SAN - marca o início da incorporação da agricultura urbana na agenda das políticas públicas no âmbito nacional, sendo contemplada como uma das propostas prioritárias aprovadas em plenária.
- **2006:** Aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.
- **2006 e 2007:** Pesquisa MDS/FAO/Rede/Ipes e Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, em Brasília, DF.
- **2007:** III Conferência Nacional de SAN, cujo relatório final reforça a proposição de implantação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana articulada a uma das diretrizes propostas para a Política Nacional de SAN.
- **2008 e 2009:** MDS lança dois editais para apoiar a implantação de Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Caaups), sendo 12 implementados em diferentes regiões metropolitanas brasileiras e outros 12 posteriormente aprovados.
- **2004-2010:** Implementação de ações de apoio à AU pelo MDS: a) criação de uma estrutura administrativa denominada Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU); b) convênios com estados, municípios e universidades para implementar ações de fomento, assistência técnica, formação e monitoramento de agricultura urbana, progressivamente direcionados para as regiões metropolitanas.
- **2011:** IV Conferência Nacional de SAN, com proposições relacionadas à agricultura urbana mais detalhadas em relação às conferências anteriores.
- **2012-2015:** A implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana é incorporada como uma meta prioritária do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), sendo o MDS o órgão financiador e gestor responsável.
- **2012-2015:** Organizações da sociedade civil atuam no Grupo de Trabalho de SAN e Desenvolvimento Urbano, vinculado à CP3 - Comissão Permanente de Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável do Consea, produzindo um balanço de ações implementadas pelo MDS, feito pela equipe técnica do próprio Ministério; um levantamento das ações relacionadas à AUP de outros órgãos do Governo Federal, feito pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (Caisan); e um documento de referência sobre a agricultura urbana para as(os) conselheiras(os) - Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Pnaup).
- **2012:** Edição da revista Agriculturas sobre Agricultura Urbana.
- **2012:** Divulgação do documento “Carta de Brasília”, resultado do III Seminário Latino-Americano e Caribenho de Agricultura Urbana e Periurbana, organizado com o apoio da Rede Latino-Americana e Caribenha de Agricultura Urbana (Red Aguila) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com compromisso do MDS em dar continuidade à construção da política com participação da sociedade civil.

- **2012:** Criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).
- **2013:** Estabelecimento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), no qual a agricultura urbana é considerada como objetivo e estratégia, embora sem indicação de metas e orçamentos.
- **2013:** Decisão interna do MDS de suspender novos investimentos para a AU, assim como os diálogos com a sociedade para a construção de uma política nacional para o setor, o que provocou reações de indignação e uma primeira ação política coletiva de organizações da sociedade civil no VII Encontro do FBSSAN em Porto Alegre (RS).
- **2014:** III ENA, em Juazeiro (BA), quando foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU).
- **2014:** IV Conferência Nacional de SAN+2, que apresentou como um dos temas Agricultura Urbana: um eixo aglutinador de promoção do direito humano à alimentação adequada nas cidades, evidenciando os avanços e retrocessos na implementação da política nacional.
- **2015:** Publicação pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS da resolução que instituiu um Comitê Técnico de Agricultura Urbana na Caisan, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para fomentar o debate de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.
- **2015:** Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, voltado à avaliação da I Pnapo e da construção do II Planapo.
- **2015:** I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (Enau), organizado pelo CNAU na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com o tema Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade, com a participação de mais de 250 pessoas de 20 estados do Brasil.
- **2016:** II Planapo (2016-2019) inclui a agricultura urbana e periurbana nas estratégias, objetivos e metas, configurando um avanço desde a construção do primeiro plano.
- **2016:** Plansan (2016-2019) prevê como meta a promoção e o desenvolvimento da AUP em bases agroecológicas, em articulação com órgãos e entidades dos governos federal, estaduais e municipais, sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Como ação, prevê a elaboração de diretrizes para orientação e organização de iniciativas de promoção da AUP, sob responsabilidade do Sistema do Seguro de Agricultura Familiar do MDA.
- **2017:** Durante o X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Brasília/DF, a agricultura urbana entra pela primeira vez como eixo temático do Congresso.
- **2018:** IV ENA, realizado em Belo Horizonte(MG), com significativa participação de movimentos ligados à AU e espaços organizados pelo CNAU.
- **2019:** Programação do XI CBA em Aracaju (SE) tem a AU como tema de destaque.
- **2021 e 2022:** Respectivamente, a Campanha Agroecologia nos Municípios e a Campanha Agroecologia nas Eleições, da ANA, sobre políticas e mobilizações da AU conectadas à Agroecologia.
- **2021 a 2023:** Parceria entre a Agenda de Saúde e Agroecologia da Fiocruz e o CNAU para a realização do projeto Agricultura urbana agroecológica, direito à cidade e promoção da saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes.

COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA (CNAU)

Em 2014, por ocasião do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU). O coletivo surge como um espaço de consolidação da articulação entre diversas organizações, coletivos e grupos locais, OSCs, movimentos sociais, grupos de pesquisa, redes regionais e agricultoras e agricultores urbanos com representantes das cinco regiões do país. O CNAU mantém alianças com movimentos e instituições dos campos da soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde e justiça social e ambiental no campo, na cidade, nas águas e nas florestas. A carta de criação do CNAU (2014) e a Carta Política do I ENAU (2015) registram que está em curso no Brasil a constituição de um movimento de articulação de experiências concretas, inseridas em seus territórios e integradas em outras redes e movimentos sociais que evidenciam as ameaças e conflitos, mas também as resistências e inovações vivenciadas cotidianamente nos espaços urbanos.

Além de promover a visibilidade, o fortalecimento e a articulação das experiências de AU nos seus territórios, o CNAU marca o início de uma nova etapa na organização da sociedade civil para incidir na formulação de políticas públicas. No campo das políticas públicas específicas para AU, vale ressaltar a incidência de organizações vinculadas ao CNAU e o acúmulo de experiências concretas de implementação de ações, projetos e programas por organizações do campo agroecológico nos âmbitos municipal, estadual e federal.

No nível federal, por exemplo, o mandato do então Deputado Federal Padre João (PT-MG) apresentou o Projeto de Lei (PL) 906/2015, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana (Pnau) e estabelece ações a serem empreendidas pelo governo federal, em articulação com os estados e municípios. Em

2017, o PL da Pnau foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado Federal (PL 182/2017) onde, até o momento da publicação deste artigo, segue em apreciação.

Já na esfera estadual, há registros de legislações que instituem políticas de agricultura urbana, como nos estados de Minas Gerais (2006 e 2008), Goiás (2009), Santa Catarina (2018), Rio de Janeiro, Amazonas e Mato Grosso (2019) (CAROLINO, 2021). Na esfera municipal, há exemplos de legislações que instituem políticas e programas específicos de AU em Governador Valadares/MG (2001 e 2003), São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Palmas/TO e João Pessoa/PB (2004), Maracanaú/CE e Porto Alegre/RS (2006), Belo Horizonte/MG (2011), João Pessoa/PB (2013), Porto Velho/RO (2017), Teresina/PI (2018), Rio de Janeiro/RJ (2019), Florianópolis/SC e Natal/RN (2020), Paulista/PE e Recife/PE (2021) e Belém/PA (2023).

Vale ressaltar que, além de legislações e políticas específicas de agricultura urbana, existe uma grande diversidade de iniciativas de marcos legais, programas e ações em setores de políticas públicas relevantes, como saúde, educação, política urbana, meio ambiente, assistência social, desenvolvimento econômico, dentre outras. Um amplo levantamento da memória da AU relacionada à organização da sociedade civil e sua interação com políticas públicas nos níveis nacional e regional está sistematizado na recente publicação *Agriculturas urbanas agroecológicas e promoção da saúde: fortalecendo diálogos, memórias e redes* (FIOCRUZ/CNAU, 2023).

Entre 2016 e 2022, de governos golpistas e antidemocráticos, o CNAU optou por não manter a interlocução com o Poder Executivo federal. Dedicou-se então a fortalecer suas articulações nos âmbitos estadual e municipal, alinhado com o direcionamento da ANA, que nesse mesmo período coordenou a Campanha Agroecologia nas Eleições e a Campanha Agroecologia nos Municípios. Em 2022, o CNAU

articulou uma audiência pública sobre o tema da Pnau juntamente com o mandato do Deputado Federal Padre João, com o objetivo de retomar a cobrança pela implementação do PL. Apesar de não haver registros de desdobramentos, foi um momento importante para o CNAU atualizar a análise do PL e identificar algumas mudanças necessárias - considerando que o mesmo foi originalmente proposto em 2015 - para atender as demandas atuais das agricultoras e agricultores urbanos.

Apesar da conjuntura política desfavorável entre 2018 e 2022, foi iniciado um programa de AU pelo MDS com algumas ações, como o mapeamento e a organização de uma biblioteca sobre agricultura urbana. Foram também promovidas ações por outros ministérios que se iniciaram ou se mantiveram nesse período, ainda que de forma pontual, tais como o Programa Hortas Escolares e Gastronomia (Ministério da Educação); Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Ministério da Saúde); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MDA); e Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (Ministério do Meio Ambiente). Além disso, em 2018 foi conquistado, perante a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a garantia de acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) por agricultoras e agricultores urbanos (Portaria nº 523 do MDA), o que era uma antiga reivindicação do CNAU e de movimentos de AU.

Com o início do governo Lula, em 2023, cresce o interesse pela pauta da AU entre outros atores sociais, a exemplo do Centro de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVCes) que, em 2022, estabeleceu parceria com o Programa Economia de Ecossistemas e Biodiversidade para Agricultura e Alimentos (TEEBAgriFood, na sigla em inglês), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), e com o então Ministério da Cida-

dania (atual MDS). Por meio dessa parceria, levou-se a cabo uma pesquisa intitulada *Panorama de agendas municipais de agricultura urbana e periurbana*, que tem o objetivo de auxiliar prefeituras no planejamento e na implementação de ações e políticas públicas. A elaboração do guia contou com o apoio de um Comitê Diretivo que reuniu especialistas, incluindo pesquisadoras e pesquisadores e técnicas e técnicos integrantes do CNAU. Esse processo levou a interlocuções com diferentes ministérios para traçar ações intersetoriais de apoio à AU em nível nacional, que resultaram na publicação do Decreto nº 11.700/2023. Este instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana - a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também foi criado um Grupo de Trabalho formado por representantes dos ministérios e do Consea Nacional. Além disso, os referidos ministérios anunciaram a elaboração de editais e chamamentos públicos para promover a AU, com diferentes enfoques, a exemplo do Edital 1/2023 para a redução de vulnerabilidade à mudança do clima em áreas urbanas e rurais e do edital de apoio à compostagem e agricultura urbana e periurbana, ambos do MMA.

UMA AGENDA POLÍTICA INTERSETORIAL

No cenário político atual, o CNAU se consolida como um canal de expressão coletiva de diversas iniciativas e redes em curso no Brasil dedicadas às agriculturas urbanas. Além de interagir com o Governo Federal, em 2023, o coletivo se coliga a outras organizações na formulação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e participa da organização de dois espaços de incidência política: a Conferência Livre pela Agricultura Urbana: a cidade planta, a cidade alimenta (preparatória

para a VI Conferência Nacional de SAN), que tem como objetivo propor diretrizes para a construção da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Pnaup) e sua integração com o Planapo e com demais políticas transversais, como saúde e educação; e o XII CBA, organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que pela terceira edição traz em sua programação o eixo temático das agriculturas urbanas. Para 2024, o CNAU tem construído alianças para a realização do II Encontro Nacional de Agricultura Urbana, quase 10 anos após a primeira edição.

Em que pesem os avanços recentes no reconhecimento político da temática, como a criação do Programa Nacional de AUP em 2023, o coletivo reivindica a formulação da Pnaup como uma política de Estado, e não apenas um programa de governo que pode mudar ou ser anulado nas próximas gestões. O programa avança na necessária intersectorialidade para políticas de agricultura urbana, definindo competências para quatro ministérios (MDS, MDA, MMA e MTE), mas ainda não garante a complementaridade entre as ações e recursos de cada setor, nem estratégias de priorização dos investimentos. Além dos ministérios envolvidos, é fundamental ampliar o diálogo com outros que executam ou poderiam executar políticas relevantes para a promoção da AU, como os Ministérios da Saúde, Educação, Cidades e Ciência, Tecnologia e Inovação, para citar alguns. Essa perspectiva intersetorial do programa também sinaliza um mérito reconhecido pelo governo federal do quão diversas são as iniciativas de agricultura urbana encontradas no Brasil, bem como suas diferentes motivações e contribuições para os sujeitos, comunidades e territórios urbanos.

Na retomada de articulações e frentes para garantir que a AU esteja na agenda pública, o CNAU tem identificado outra importante lacuna. Ainda que se verifique a permeabilidade do governo federal para o diálogo com

a sociedade civil, é patente a ausência de indicação de um espaço específico de interlocução com organizações e movimentos sociais para que as definições e monitoramento de prioridades das políticas de fato respondam às demandas de quem está nos territórios cultivando a agricultura urbana. O Grupo de Trabalho do Programa Nacional de AUP, por exemplo, conta com apenas uma representação do Consea Nacional, que, por sua vez, não tem em sua composição integrantes do movimento da agricultura urbana. Estabelecer com transparência os espaços de participação social é também essencial para evitar que atores sociais sem inserção nos territórios e organizações oportunistas que recentemente passaram a atuar com agricultura urbana - e com acesso privilegiado às instâncias tomadoras de decisão - incidam politicamente em benefício próprio.

DESAFIOS PARA O FUTURO

Ao longo da trajetória do CNAU, uma questão sempre foi polarizadora dos debates: *de qual agricultura urbana estamos falando?* Em outras palavras: *quais agriculturas urbanas devem ser promovidas?* Afinal, estas se apresentam de diferentes formas nas cidades pequenas, médias e grandes e regiões metropolitanas do Brasil. Além disso, por ser uma prática social que envolve diferentes campos da vida, a AU deve ser debatida com mais profundidade e de forma cada vez mais ampliada pelos diversos atores sociais que vivem em cada território, buscando construir conexões e alianças com diferentes lutas políticas e sociais, bem como incidir em setores governamentais.

No mesmo sentido, o CNAU tem buscado dar visibilidade e salientar a relevância das agriculturas urbanas há anos praticadas nas cidades pelas pessoas e organizações sociais com seus próprios recursos. Por outro lado, tem cobrado do Estado a formulação e imple-

mentação de marcos legais e políticas interseoriais que atendam às demandas e respeitem o protagonismo de quem pratica as agriculturas urbanas no cotidiano dos territórios. É importante que tais políticas tenham controle social e orçamento próprio para que as produtoras e produtores não continuem realizando suas atividades sem fomento, sem assessoria técnica, sem crédito ou outros serviços e infraestruturas necessários.

Para tanto, a estratégia central do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana segue sendo dinamizar um movimento de articulação de experiências concretas, inseridas em seus territórios e integradas em outras redes e movimentos sociais. Essas experiências evidenciam as ameaças e conflitos vivenciados cotidianamente nos espaços urbanos do país, mas também anunciam outros modos de vida, outras lógicas de organização de sistemas alimentares centrados na reprodução da vida.

E agora que essa temática está em evidência no país, é ainda mais importante ressaltar as agriculturas urbanas orientadas pelo enfoque da Agroecologia e conectadas a pautas políticas como o direito à cidade, a promoção da saúde, a segurança e soberania alimentar, a economia popular e solidária, incorporando perspectivas feministas e antirracistas, dentre outras lutas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e aqui-lo:** agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016.

ANA. **Municípios Agroecológicos** – Dados da Pesquisa. 2020. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2020/10/22/municipios-agroecologicos>>. Acesso em: 21 set. 2023.

CAROLINO, K. **Agricultura em São Paulo:** uma análise sobre os programas públicos instituídos no município. 2021. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2021.

FIOCRUZ/CNAU. **Agriculturas Urbanas Agroecológicas e Promoção da Saúde:** fortalecendo diálogos, memórias e redes. Rio de Janeiro, 2023 (no prelo).

DANIELA ADIL

doutora em Geografia, Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - AUÊ/UFMG
daniadil.aue@gmail.com

KARINE FREITAS

mestranda (CPDA/UFRRJ),
pesquisadora do Projeto Saúde e Agricultura urbana (VPAAPS/Fiocruz)
karinefreitas@ufrj.br

LORENA PORTELA

doutoranda em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), coordenadora do Projeto Saúde e Agricultura Urbana (VPAAPS/Fiocruz)
lorena.soares@fiocruz.br

LUISA FERRER

mestranda NIDES/UFRJ,
pesquisadora do Projeto Saúde e Agricultura Urbana (VPAAPS/Fiocruz)
luisaferrer95@gmail.com

As autoras são integrantes do CNAU

Do local ao nacional: A INCIDÊNCIA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA)

FLAVIA LONDRES, VIVIANE BROCHARDT E
MORGANA MASELLI

Desde a sua criação, em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) teve entre suas principais frentes de ação a incidência política.

O surgimento da ANA coincidiu com a eleição do presidente Lula para seu primeiro mandato. A partir de então, a ANA participou intensamente dos espaços institucionais de diálogo entre o Estado e a sociedade civil no nível federal, colaborando para o aprimoramento e a

criação de diversas políticas públicas de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e de apoio à agricultura familiar e à Agroecologia – entre elas, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), instituída pelo Decreto nº 7.794/2012.





Ao longo desses anos, os aprendizados da ação de incidência política em nível federal inspiraram muitas iniciativas de proposição, negociação e implementação de políticas em nível local. Contudo, essas iniciativas descentralizadas não estavam articuladas nacionalmente de modo a trocar conhecimentos de forma sistemática.

Após o golpe de 2016 e a ascensão da direita ultraliberal em 2018, os espaços oficiais de governança participativa em nível federal foram desativados. A ANA buscou então se reposicionar politicamente, visando, mesmo em um cenário político tão hostil, manter uma atuação de caráter propositivo no campo das políticas públicas, e não somente reativo aos desmontes que se avolumavam. Nesse sentido, tomou a decisão estratégica de concentrar sua ação de incidência no nível local.

A ideia central era identificar políticas de apoio à Agroecologia e à promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional existentes nos municípios e nos estados, fomentar a troca de experiências sobre seus processos de criação e implementação, refletir sobre seus resultados e desafios e estimular ações de incidência política local. Tudo isso de forma articulada nacionalmente, buscando o compartilhamento de aprendizados e inspirações, promovendo também ações de comunicação que pudessem ampliar a visibilidade das políticas e das iniciativas de incidência para setores mais amplos da sociedade.

AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES 2020

Seguindo essa estratégia, a ANA desenvolveu, em 2020, a campanha Agroecologia nas Eleições. Organizou-se um levantamento envolvendo 34 pesquisadoras e pesquisadores nos 26 estados da federação, com vínculos às variadas configurações de articulação do campo agroecológico nos estados, que convenciamos chamar aqui de *redes estaduais de agroecologia*. Em menos de dois me-

ses, as redes identificaram mais de 700 políticas públicas implementadas em 531 municípios.

Um universo diversificado de iniciativas descortinou-se, com incidência em variados elos dos sistemas alimentares, desde a proteção de direitos territoriais (incluindo um programa de reforma agrária municipal e iniciativas de recuperação de variedades crioulas de cultivos tradicionais em terras indígenas), passando pela produção (como fomento à produção e apoio a grupos produtivos de mulheres), processamento (como programas de adequação à legislação sanitária e estruturação de espaços de armazenamento e de beneficiamento de alimentos), distribuição (incluindo apoio a feiras, programas de compras institucionais, moedas sociais e vales-feira) e descarte (como sistemas ecológicos de saneamento e programas de coleta de resíduos e compostagem).

O levantamento de políticas públicas municipais inspirou a elaboração de uma carta-compromisso modelo, intitulada *Por Políticas de Futuro*, apresentando 36 propostas, organizadas em 13 campos temáticos. Esse documento foi ajustado a diferentes realidades locais e apresentado e debatido com candidaturas às prefeituras e câmaras de vereadores em todo o país. Organizou-se então um mutirão nacional de coleta de assinaturas de candidatas e candidatos às eleições municipais de 2020, que conseguiu a adesão de 1238 candidaturas em todos os estados (das quais 14,4% foram eleitas). Cabe destacar que, além de assinarem a carta, várias candidatas e candidatos incluíram propostas nela contidas em seus programas de governo ou de mandato – o que revelou a dimensão pedagógica desse processo.

O levantamento deu origem ainda a um mapa interativo reunindo informações sobre as iniciativas identificadas. Intitulado *Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro*, o mapa foi construído na plataforma Agroecologia em Rede, um banco de dados que permite que as iniciativas sejam filtradas por tema e/ou por estado.

A partir desse levantamento nacional, a ANA publicou também o documento *Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro*, que traz uma síntese dos principais resultados encontrados e um detalhamento de algumas das iniciativas, também organizadas em 13 campos temáticos.

AGROECOLOGIA NOS MUNICÍPIOS

A mobilização gerada pela campanha Agroecologia nas Eleições desdobrou-se posteriormente em um processo de incidência voltado a assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos no período eleitoral por parlamentares e gestoras e gestores dos executivos municipais. A ação Agroecologia nos Municípios, que teve início em maio de 2021 e se estendeu pelos 10 meses seguintes, promoveu iniciativas-piloto de incidência política em 39 municípios, distribuídos pelos 26 estados do país. O trabalho foi desenvolvido por uma equipe de articuladores(as) locais, sempre em interação com as organizações e movimentos dos estados. Uma equipe de comunicadoras e comunicadores regionais deu projeção nacional ao trabalho e, bimensalmente, aconteceram encontros virtuais nacionais reunindo todas as equipes para o monitoramento das ações e o compartilhamento de aprendizados.

Em cada município foi elaborado um plano de incidência. Como não poderia deixar de ser, as temáticas e objetos de ação foram bem distintos em cada lugar, assim como os resultados alcançados.

Destaca-se, entre os resultados diretos dessa ação nacional, a elaboração de dez Políticas/Planos Municipais de Agroecologia ou instrumentos legais semelhantes¹. Houve também a elaboração de um Protocolo de Intenções de Iniciativas de Agroecologia, em Esperantina (TO), e a criação do Comitê de Vigilância Popular em Saúde e Agroecologia, em Upanema (RN).

¹ Em Murici (AL), Montanha (ES), Itaipoca (CE), Cameté (PA), Igarapé Mirim (PA), Cavalcante (GO), Jacobina (BA), Nova Friburgo (RJ), Afogados da Ingazeira (PE) e São Miguel do Gostoso (RN).

No território de atuação do Polo da Borborema (PB), a iniciativa, realizada no município de Lagoa Seca, estimulou a articulação junto a secretarias municipais de agricultura de diferentes cidades, que manifestaram interesse em adquirir sementes crioulas para distribuir às famílias agricultoras. A iniciativa também mobilizou a revisão do Plano Diretor em Lagoa Seca, algo que não era realizado desde 2006.

Esses são apenas alguns exemplos dos muitos resultados alcançados pela ação. É preciso reconhecer que a aprovação dessas leis não garante a sua execução, mas demonstra avanço na abertura e no fortalecimento de canais de diálogo entre a sociedade civil e o poder público municipal. A partir do estímulo gerado pela iniciativa, ficou como desafio para as organizações locais em todos os municípios envolvidos dar continuidade às ações de mobilização e de monitoramento para que as legislações aprovadas e programas criados fossem postos em prática e se transformassem em ações concretas em defesa da agricultura familiar e da Agroecologia.

Ao final do desenvolvimento da iniciativa, foi lançado novo mapa na plataforma online Agroecologia em Rede, intitulado *Agroecologia nos Municípios*, onde estão disponíveis 59 sistematizações de experiências-piloto de mobilização e incidência para a construção de políticas públicas municipais – uma forma de compartilhamento de aprendizados e de inspirações para o desenvolvimento de ações de incidência visando a criação e o aprimoramento de políticas públicas. Assim, ampliam-se as ferramentas para a compreensão e o debate sobre o ciclo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, contribuindo para a institucionalização da Agroecologia como referencial da ação pública.

Outros resultados foram o lançamento da publicação *Sementes para a construção de políticas públicas com o enfoque agroecoló-*

gico: a Iniciativa Agroecologia nos Municípios, que analisa as experiências e os resultados das ações de incidência política municipal realizadas, e de quatro cadernos pedagógicos e quatro vídeos de animação (todos esses materiais disponíveis no site da ANA), ilustrados com facilitações gráficas, contendo subsídios para a incidência nos municípios nos temas Estado e Políticas Públicas; Participação Social e Popular; Orçamento Público; e Acesso à Informação e Direito à Comunicação.

O desenvolvimento das campanhas Agroecologia nas Eleições 2020 e Agroecologia nos Municípios gerou aprendizados metodológicos importantes, além de um grande interesse entre as organizações e redes de todo o país que se articulam na ANA pela construção de uma nova ação de incidência política em 2022, quando ocorreriam eleições estaduais e federais para os cargos legislativos e executivos. No nível federal, dominava a esperança pela retomada do ambiente democrático. Nas condições objetivas, isso significava a recondução de Lula à presidência e a eleição de um número expressivo de pessoas para o Congresso e o Senado federais alinhadas com as causas progressistas e identificadas com o campo democrático e popular. O mesmo desafio estava colocado nos estados. Independentemente da esfera administrativa, essa foi uma oportunidade estratégica para projetar a agenda da Agroecologia no debate eleitoral.

AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES 2022

Foi nesse contexto de grande efervescência política nacional, marcado por ampla polarização na sociedade brasileira, que a ANA lançou a campanha nacional de mobilização Agroecologia nas Eleições 2022. A ação foi organizada em duas frentes simultâneas, uma focada nas eleições federais e outra nas eleições estaduais.

A primeira ação da campanha foi o lançamento de uma nova carta-compromisso (disponível no site da ANA), dirigida às candidaturas

estaduais e federais às eleições de 2022. O documento foi elaborado com aportes dos grupos de trabalho e coletivos da ANA e de redes regionais de Agroecologia e apresenta um conjunto de propostas organizadas em cinco eixos temáticos. Após o lançamento, a carta foi disponibilizada no site da ANA e o cadastro das assinaturas foi feito através da plataforma Agroecologia em Rede. A lista das candidaturas comprometidas com essas propostas (por meio da assinatura da carta) foi atualizada semanalmente no site da ANA.

Na frente da ação dedicada às políticas federais, foi estabelecida uma parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e a Universidade Livre de Berlim para a realização de uma pesquisa sobre a constituição e o posterior desmonte de políticas federais de apoio à Agroecologia e à soberania e segurança alimentar e nutricional. A pesquisa contempla também o levantamento de propostas de representações do movimento agroecológico para a reconstituição e o aprimoramento de políticas e instituições necessárias para o avanço da perspectiva agroecológica como enfoque para o desenvolvimento de sistemas alimentares socialmente justos, ecologicamente sustentáveis e culturalmente adequados, dando origem à publicação *Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico – uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa*”.

No campo das políticas estaduais, a ação envolveu, inicialmente, a mobilização de uma equipe de pesquisa-mobilização em todos os estados do país (26 estados e o Distrito Federal), articulada pelas redes estaduais de Agroecologia para a realização de um levantamento de ações, políticas, programas e legisla-



Fotos: Sarah Gonçalves/ANA

Incidência política descentralizada localmente e articulada nacionalmente: estratégia que valoriza diversidades e constrói unidades

ções estaduais de apoio à agricultura familiar e à Agroecologia e de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, visando aportar subsídios para a realização da mobilização e da incidência política no processo eleitoral daquele ano.

Ao longo de dois meses, foram identificadas 487 políticas estaduais. O conjunto das sínteses de cada uma delas passou a compor um novo mapa interativo aberto a consultas na plataforma online Agroecologia em Rede, intitulado *Políticas Públicas e Normativas que fortalecem a Agroecologia*.

Esse levantamento deu origem também a uma série de materiais de comunicação (matérias, *podcasts*, *cards* para redes sociais, entre outros) e à publicação *Entre desmontes e resistências: uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a Agroecologia*, que apresenta uma análise das iniciativas estaduais encontradas, buscando relacioná-las aos eixos de ação da ANA compreendidos na carta-compromisso.

O passo seguinte da campanha, a partir da divulgação da carta-compromisso e dos lançamentos do mapa com o levantamento das políticas estaduais e da publicação sobre as políticas federais, foi a realização de ações de incidência direta junto às candidaturas nos

estados. Para tal, foi articulada uma equipe de pessoas mobilizadoras estaduais que acionaram um amplo conjunto de organizações e lideranças locais, articulando grupos e redes do campo agroecológico para a realização de eventos e atividades públicas com o objetivo de dialogar com candidaturas do campo popular e progressista, apresentar e debater as propostas da Agroecologia e angariar apoio e compromisso com essas propostas.

Os materiais produzidos a partir das pesquisas foram elementos importantes para referendar a agenda expressa na carta-compromisso e fortalecer os debates realizados nos territórios.

Realizados entre agosto e outubro de 2022, os eventos nos estados assumiram variados formatos, entre os quais ações em feiras agroecológicas, promoções de almoços agroecológicos, banquetes, mesas de debate e atos realizados em praças públicas, caminhadas, caravanas e uma grande gama de ações criativas, incluindo também atividades virtuais. Ao todo, foram realizados 21 eventos, envolvendo mais de 1.500 pessoas em todo o país.

Os atos públicos cumpriram um importante papel de estimular o debate sobre as propostas do movimento agroecológico junto às candidaturas, assim como colaboraram para o

fortalecimento das redes estaduais de Agroecologia em muitos estados, uma vez que foi preciso mobilizar os atores locais para sua organização. Mesmo nos estados em que as articulações do campo agroecológico ainda se encontram em processos iniciais, a campanha Agroecologia nas Eleições 2022 desempenhou uma função relevante de apoio ao fortalecimento de laços no âmbito da sociedade civil, envolvendo grupos, organizações e militantes da causa agroecológica.

Como resultado direto de todas essas ações, foram coletadas, até as eleições de 2022, 694 assinaturas para a carta-compromisso da ANA. Dentre as candidatas e candidatos que assinaram, 156 foram eleitos em 21 estados e no Distrito Federal, incluindo uma senadora e 64 deputadas e deputados federais, além de cinco governadoras e governadores e 86 deputadas e deputados estaduais. Os números indicam que, para os cerca de 1.500 cargos legislativos disputados no país naquele ano, mais de 10% das candidaturas eleitas assinaram compromisso com o fortalecimento da Agroecologia.

APRENDIZADOS E VISÕES PARA O FUTURO

Muitos aprendizados foram acumulados pela ANA com essas iniciativas. Por exemplo, a importância da identificação, sistematização e visibilização de políticas locais existentes, materializando uma agenda de propostas, no sentido de mostrar que consistem em medidas viáveis, muitas já experimentadas de forma exitosa.

As ações descentralizadas em todos os estados do país se orientaram por princípios comuns, mas se adaptaram às especificidades da realidade de cada lugar. A articulação entre pessoas envolvidas nas ações locais trouxe imensos benefícios no compartilhamento de aprendizados e inspirações. Também a sistematização dos processos de mobilização e incidência desenvolvidos representou um importante recurso para as equipes de trabalho no monitoramento

e avaliação dos resultados de suas ações. Além disso, teve papel fundamental para democratizar e ampliar o alcance dos aprendizados gerados no âmbito das redes e organizações do movimento agroecológico, dando visibilidade e contribuindo para a construção da coesão de um movimento construído de baixo para cima, em defesa de mudanças estruturais nos sistemas alimentares.

Vale destacar também a potência da promoção e da articulação de ações de comunicação a partir dos territórios, construindo uma mobilização nacional capaz de dar visibilidade a questões gerais a partir de exemplos, iniciativas e realidades localizadas e muito concretas. As ações desenvolvidas pela ANA nos últimos anos, integradas, ao longo de todo o processo, a uma forte estratégia de comunicação, vêm cumprindo um papel importante no sentido de disseminar, para públicos cada vez mais amplos, conhecimentos sobre a realidade dos sujeitos da Agroecologia, suas agendas, desafios e propostas. Dessa forma, a ANA afirma o crescimento da proposta agroecológica na sociedade brasileira e contribui para o enfrentamento à hegemonia ideológica do agronegócio e suas campanhas publicitárias.

Coordenar as iniciativas de incidência política na esfera nacional com as ações descentralizadas nas escalas subnacionais se apresenta como o principal desafio político-metodológico nesse momento em que os espaços de diálogo com o governo federal são restabelecidos. O aumento da efetividade política da ANA nesse contexto dependerá crucialmente desse fluxo de informações e ações sinérgicas entre as escalas de organização da administração pública e da atuação da sociedade civil.

**FLAVIA LONDRES, VIVIANE BROCHARDT E
MORGANA MASELLI**

integrantes da Secretaria Executiva da ANA
secretaria.ana@agroecologia.org.br

CONECTANDO POLÍTICAS PÚBLICAS, REDES E TERRITÓRIOS: INOVAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS DO PROGRAMA ECOFORTE

CLAUDIA JOB SCHMITT E
HELENA RODRIGUES LOPES

Ao longo das últimas décadas, abordagens referenciadas na Agroecologia ganharam espaço no campo das políticas públicas. Isso ocorreu não apenas em diferentes contextos nacionais e subnacionais de formulação e implementação de programas e ações governamentais, mas também em âmbito internacional¹.

¹ Existe hoje uma ampla literatura envolvendo tanto estudos de caso, como análises comparativas sobre os processos de tradução da Agroecologia como um referencial de políticas públicas em diferentes países e regiões do mundo, com destaque para a Europa e a América Latina. A título de ilustração, cabe mencionar: Wright (2009); Sabourin *et al* (2017); Lamine, Niederle e Ollivier (2019), entre outros. Para uma discussão recente sobre a circulação global de marcos referenciais e narrativas relacionadas à transformação dos sistemas agroalimentares – incluindo a Agroecologia, a agricultura regenerativa e as soluções baseadas na natureza ver Cabral, Rainey e Glover (2022).



Foto: Paulino Anselmo de Menezes Filho/ANA

Entre 2015 e 2019, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) liderou um amplo processo de discussão, envolvendo um conjunto diversificado de atores, que resultou na elaboração do documento intitulado *Dez elementos da Agroecologia* (FAO, 2018). Nesse marco analítico, a Agroecologia é compreendida como uma abordagem capaz de integrar conceitos e princípios ecológicos e sociais ao desenho e manejo de sistemas agrícolas e agroalimentares, sendo concebida como uma peça-chave na resposta global à crise climática. O documento destaca, ainda, “que a Agroecologia é fundamentalmente diferente de outras abordagens voltadas à promoção de um desenvolvimento sustentável”, estando baseada em “processos territorializados e abordagens construídas desde a base”,

que ajudam a promover “soluções contextualizadas para problemas locais, baseadas na cocriação de conhecimentos” (FAO, 2018, p. 2).

Em que pesem as inúmeras potencialidades contidas nessa definição, a construção de políticas públicas capazes de reconhecer a diversidade social e ecológica presente nos territórios e de valorizar os conhecimentos e experiências produzidos pelos diferentes atores sociais engajados na construção de alternativas agroecológicas continua se apresentando como um grande desafio. De modo geral, as interfaces estabelecidas entre agentes estatais e organizações sociais envolvidas na implementação dessas iniciativas têm sido marcadas por uma série de tensões: são colocadas em confronto as lógicas de atuação do Estado – suas estruturas de poder e as lentes a partir das quais seus diferentes operadores classificam e interpretam a realidade – e o *modus operandi* e o saber acumulado pelos agentes envolvidos em práticas e projetos de transformação do sistema agroalimentar. Cabe perguntar como e em que condições os desenhos de políticas públicas podem se tornar mais sensíveis a gradientes de diversidade, formas de conhecimento e lógicas de ação favoráveis à governança reflexiva das iniciativas de transição agroecológica como processos abertos, democráticos e multidimensionais.

No esforço por contribuir com esse debate, o presente artigo busca refletir sobre a trajetória de implementação do Programa Ecoforte, implantado no Brasil a partir de 2014, no contexto da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). O Ecoforte foi estruturado como um programa federal, contando com o apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A formulação dos princípios e diretrizes do programa e de seu desenho institucional deu-se em um contexto de forte mobilização dos movimentos sociais em torno da construção de políticas públicas de promoção da Agroecologia,

contando com a participação de representantes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e de diferentes organizações e movimentos sociais. Os processos de participação social estruturados em torno do programa, em um contexto de maior permeabilidade das instituições governamentais às demandas da sociedade civil, possibilitaram, no nosso entender, a incorporação ao desenho institucional do Ecoforte de conceitos e instrumentos inovadores, materializados na publicação de dois editais de seleção pública de projetos: o primeiro deles, em 2014 (Edital nº 2014/005); e o segundo, em 2017 (Edital nº 2017/030).

As experiências das redes de Agroecologia que participaram do edital de 2014 foram sistematizadas no projeto de pesquisa-ação intitulado *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios: aprendizados do Programa Ecoforte*, coordenado pela ANA e que serve de subsídio às reflexões apresentadas neste artigo².

A TRAJETÓRIA DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA ECOFORTE

No Brasil, a implantação de políticas públicas voltadas à promoção da Agroecologia e da agricultura orgânica tem seus antecedentes nos movimentos de crítica e contestação dos impactos sociais e ambientais gerados pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Tais movimentos ganham visibilidade no espaço público, sobretudo a partir da década de 1980, nas lutas contra os agrotóxicos e em defesa de uma *agricultura alternativa*.

Nos anos 1990, a despeito dos avanços ocorridos no reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria socioprofissional específica pelas políticas públicas³, a Agroecologia

² Os resultados da pesquisa podem ser acessados em Schmitt *et al* (2020).

³ Sinalizado pela criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com linhas de crédito de custeio e investimento, direcionadas especificamente aos agricultores(as) familiares, e pela criação, em 2000, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como áreas de competência a reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e a titulação de terras quilombolas.

continuou ocupando uma posição marginal na agenda governamental, com algum espaço apenas em programas implementados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). As Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementadas desde a década de 1970, e a crescente disseminação de um conjunto de ideias relacionadas à promoção de um *desenvolvimento sustentável* contribuíram para criar um ambiente mais favorável aos debates em torno de uma agricultura de base ecológica. Vale mencionar, nesse contexto, o Subprograma Projeto Demonstrativos (PDA), executado a partir de 1996, com coordenação do MMA e financiado majoritariamente com recursos da cooperação internacional.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, em 2003, deu início a um período marcado por sucessivos governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), interrompido em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Nesse novo ciclo, o reforço às políticas de apoio à agricultura familiar e a centralidade adquirida pelos programas voltados à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na agenda governamental contribuíram para ampliar os horizontes de atuação dos movimentos sociais e redes de organizações da sociedade civil na construção de um projeto sustentável e solidário de desenvolvimento da agricultura e do mundo rural brasileiro. Verifica-se, por outro lado, o fortalecimento econômico e político do agronegócio, que não apenas ampliou sua expressão territorial, como foi capaz de captar um volume bastante significativo de investimentos públicos, voltados tanto ao financiamento de atividades agrícolas como à implantação de grandes projetos de infraestrutura (GRISA, 2020).

A dinâmicas de ação coletiva que possibilitaram a emergência, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), sustentada por uma coalizão de atores composta não apenas pelas organizações

Os avanços conceituais e metodológicos do Programa Ecoforte estão estreitamente relacionados aos diálogos estabelecidos entre agentes estatais e organizações sociais na sua construção.

da sociedade civil, mas também por diferentes agentes ligados à burocracia estatal⁴, foram potencializadas nessa nova configuração. Programas e ações direta ou indiretamente relacionados à promoção da Agroecologia e da produção orgânica puderam avançar, ainda que com dificuldades, em brechas oportunizadas pelo fortalecimento das políticas de apoio à agricultura familiar, pela institucionalização do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (Sisorg) e pela centralidade adquirida pelas políticas sociais. A participação de representantes do movimento agroecológico em espaços de interlocução Estado-sociedade, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), foi um elemento importante nessa trajetória.

Um dos grandes saltos na qualificação da Agroecologia como referencial de políticas públicas foi a criação, em 2012, da Pnapo, em

⁴ Incluindo técnicos(as), funcionários(as) de carreira (sobretudo de médio escalão) e pessoas que ocupavam cargos comissionados, muitos delas com experiências anteriores de atuação no campo da Agroecologia.

resposta às demandas apresentadas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas organizadas nas jornadas de mobilização denominadas Marcha das Margaridas. A criação da Pnapo possibilitou a estruturação de novos mecanismos de governança e acompanhamento de políticas direta ou indiretamente relacionadas à Agroecologia e à produção orgânica na esfera federal, contemplando duas instâncias distintas e inter-relacionadas de governança: a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), com participação de representantes de diferentes agências do governo federal, e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), integrada por atores governamentais (50%) e ligados às organizações da sociedade civil (50%).

Foi nesse ambiente de legitimação da Agroecologia e de construção de novas interfaces envolvendo o Estado e as organizações da sociedade civil que o Programa Ecoforte ganhou seus primeiros contornos. Um dos debates travados à época dizia respeito à necessidade de apoiar as redes de Agroecologia, extrativismo

e produção orgânica, ao invés de unidades de produção agrícola individualizadas. Em termos institucionais, isso foi materializado no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 13.2.1089.1, assinado em 2013 e, posteriormente, na publicação de dois editais voltados ao financiamento de redes territoriais de Agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

INOVAÇÕES DO PROGRAMA ECOFORTE

O Programa Ecoforte foi elaborado por um grupo técnico que contou com a participação de representantes da sociedade civil. Os projetos deveriam envolver, pelo menos, três associações ou cooperativas de produtores(as), tendo como beneficiários(as) agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos indígenas e comunidades tradicionais. O papel desempenhado pela ANA e demais organizações da sociedade civil envolvidas

Foto: João Paulo Moura



Foto: Acervo Céagro

Trabalho cooperativo: fundamento da economia solidária nas redes territoriais de Agroecologia

nessa elaboração foi fundamental para que o desenho institucional do Ecoforte tivesse como referência as práticas e conhecimentos construídos cotidianamente pelas experiências de Agroecologia implementadas nas diferentes regiões do Brasil.

O apoio institucional e financeiro da FBB e do BNDES representou um diferencial na estruturação do instrumento. A FBB vinha desde os

anos 2000 realizando um esforço no sentido de incorporar o tema da Agroecologia à sua agenda de trabalho. O BNDES, por sua vez, acumulava alguma experiência na execução de projetos dessa natureza, envolvendo pequenos investimentos não reembolsáveis, por meio de seu Fundo Social. A participação dessas duas instituições possibilitou que o Ecoforte pudesse incorporar um desenho de implementação flexível, podendo financiar, em um mesmo projeto, *investimentos tangíveis* (máquinas, equipamentos, infraestruturas de pequeno porte) e investimentos considerados *intangíveis* (como assessoria técnica e atividades educacionais e de treinamento).

O Edital nº 2014/005 previu, inicialmente, um investimento total equivalente a R\$ 25 milhões, valor que foi posteriormente ampliado, chegando a R\$ 32,59 milhões. O valor total disponibilizado foi bem inferior à demanda, considerando que esse primeiro edital teve 166 projetos submetidos e apenas 28 foram financiados (MARTINS; SAMBUICHI, 2019). Os projetos poderiam alcançar um valor máximo



Projetos ajustados a diferentes contextos e necessidades, mas informados por princípios e diretrizes comuns, fortalecem a ação coletiva agroecológica nos territórios.

Foto: Acervo CAA/NM

de R\$ 1.250.000,00, com prazo de execução de até 24 meses. A grade de pontuação que orientou a seleção dos projetos valorizou a trajetória histórica da rede proponente, sua experiência de trabalho nas áreas atinentes ao edital, a diversidade de entidades integradas à proposta e a participação de mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais.

As propostas deveriam apresentar um plano de trabalho voltado à implantação de um conjunto integrado de *unidades de referência* (URs), definidas pelas regras do edital como

Local de instalação ou demonstração de técnicas, processos, metodologias ou sistemas produtivos onde são realizadas visitas, exposições e capacitações com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e a disseminação de experiências (BRASIL, 2014).

A formulação desse conceito foi fundamental, na medida em que possibilitou uma melhor adequação dos planos de trabalho aos seus distintos contextos de implementação. Essa mesma flexibilidade no que diz respeito às regras de implantação dos projetos foi estendida ao conceito de território, passível de ser delimitado em função da área de atuação das próprias organizações.

Cada rede podia definir as características das URs a serem implementadas. As análises referentes a 25 redes que acessaram o Edital nº 2014/005 e participaram do projeto de pesquisa coordenado pela ANA demonstram um esforço muito significativo de articulação entre diferentes espaços, atividades e tecnologias – incluindo hortas, quintais, sistemas agroflorestais e de criação animal, dispositivos de irrigação, biodigestores, entre outros. Essa diversidade revela não só a multiplicidade de arranjos necessários à transição agroecológica, como também a demanda por uma sensibilidade em relação às múltiplas realidades nas quais a Agroecologia é praticada por parte das políticas públicas. Foram

implementadas 1.030 URs pelas 25 redes, sendo boa parte delas associadas à produção, embora 22 redes também tenham atuado no campo da comercialização.

Analisando as estratégias de fortalecimento implementadas pelas 25 redes analisadas, observou-se que elas não estão calcadas, unicamente, na expansão da área, ou do número de pessoas envolvidas nos processos de disseminação de práticas agroecológicas. Há, também, um esforço de ampliação das capacidades técnicas e organizativas da rede, refletido, por exemplo, na articulação do Ecoforte com diferentes políticas públicas; na qualificação dos processos organizativos e de comunicação desenvolvidos pelas organizações participantes; e no desenvolvimento de atividades voltadas a grupos sociais específicos, incluindo jovens e mulheres.

Ao eleger como foco de intervenção o fortalecimento social, técnico e organizativo das redes apoiadas pelo programa, conceituando as transições agroecológicas como processos abertos, multiator e territorialmente situados, o Ecoforte se afirma como uma experiência inovadora na territorialização dos sistemas agroalimentares e na construção de novas conexões entre processos ecológicos e dinâmicas de organização social, potencializando vínculos e capacidades e ampliando a autonomia das populações apoiadas.

ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS

Os avanços conceituais e metodológicos do Programa Ecoforte estão estreitamente relacionados aos diálogos estabelecidos entre agentes estatais e organizações sociais na sua construção. Tais diálogos possibilitaram que os aprendizados gerados nessa construção fossem devidamente sistematizados pelo projeto de pesquisa coordenado pela ANA. As transformações políticas e institucionais que conduziram o Brasil, em anos recentes, a um ciclo de autoritarismo e desmantelamento de direitos e

políticas públicas afetaram a continuidade do programa, que permanece, no entanto, como um instrumento inovador e necessário e que merece ser revitalizado e fortalecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CABRAL, Lídia; RAINEY, Elizabeth; GLOVER, Domenic. **Agroecology, Regenerative Agriculture, and Nature-Based Solutions: competing framings of food systems sustainability in global policy and funding spaces.** Sussex/Brussels/Berlin: IDS/IPES-FOOD, Rosa Luxemburg Foundation, 2022. 64 p. Disponível em: https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/SmokeAndMirrors_BackgroundStudy.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. Fundação Banco do Brasil. **Edital de Seleção Pública nº 2014/005 - Redes ECOFORTE.** Brasília: FBB, 2014. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/editais-de-selecoes-publicas/conteudo/edital-de-selecao-publica-n-2014-005-redes-ecoforte>. Acesso em: 14 out. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems.** Rome: FAO, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i9037en/i9037en.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

GRISA, Catia. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial dos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e descontinuidades. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3,, p. 545-573, 2021 Disponível em : <https://www.redalyc.org/journal/5999/599968687003/599968687003.pdf>. Acesso em : 14 out. 2023.

LAMINE, Claire; OLLIVIER, Guillaume; NIEDERLE, Paulo. Alliances et controverses dans la mise en politique d'Agroecologia au Brésil y en France. **Natures, Sciences, Sociétés**, [s. l.], v. 27, p. 6-19, 2021. DOI 10.1051/nss/2019015. Disponível em: <https://hal.science/hal-02622463/>.

Acesso em: 14/10/2023

MARTINS, Jéssica Maiara Rodrigues; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. **Programa Ecoforte e o fortalecimento das redes de agroecologia: demandas e possibilidades.** *Texto para Discussão 2455*, Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9066>. Acesso em: 14 out. 2023.

SABOURIN, Eric et al. **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe.** Brasília: Red PP-AL, 2017. Disponível em: <https://www.pp-al.org/es/noticias/libro-pp-al>. Acesso em: 14 out. 2023.

SCHMITT, Claudia Job et al. **Redes de Agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte.** Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020. ISBN 978-85-87116-34-5. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Livro-Ecoforte-Web.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

WRIGHT, Julia. **Sustainable agriculture and food security in an era of oil scarcity.** *Lessons from Cuba.* London: Earthscan, 2009.

CLAUDIA JOB SCHMITT*

doutora em Sociologia, vinculada ao CPDA/UFRRJ e ao grupo de pesquisa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).
claudia.js21@gmail.com

HELENA LOPES*

doutora em Ciências Sociais, integrante da equipe da Agenda de Saúde e Agroecologia (VPAAPS/Fiocruz)
helenaeeco.agro@gmail.com

*Ambas as autoras participaram da equipe do projeto Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios: aprendizados do Programa Ecoforte, coordenado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

AGROECOLOGIA EM REDE: UMA PLATAFORMA DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS A SERVIÇO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

O Agroecologia em Rede (AeR) é um sistema online de informações criado no início dos anos 2000 por iniciativa da AS-PTA, sendo assumido posteriormente pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desenvolvido pela Cooperativa Eita e apoiado por um conjunto diverso de redes e organizações sociais.



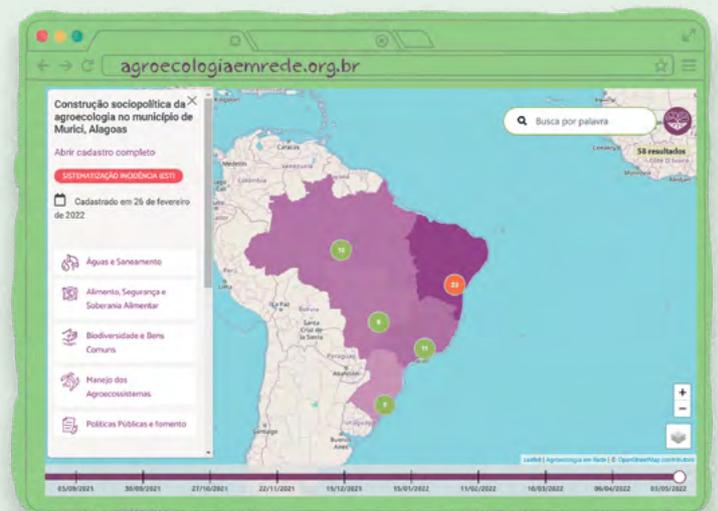
Como uma plataforma virtual, o Agroecologia em Rede oferece uma infraestrutura composta por tecnologias da informação em software livre para que redes do campo agroecológico se autoidentifiquem e mapeiem suas experiências a partir de critérios e categorias por elas mesmas estabelecidas.

O AeR contribui para a sistematização de dados e informações úteis para a realização de pesquisas, sistematizações e mapeamentos de experiências de agricultoras e de agricultores, seus relatos de vida, as memórias de projetos e organizações, políticas públicas, entre outras informações sobre os movimentos pulsantes da Agroecologia em diferentes territórios e temporalidades.

A plataforma possibilita visualizar os dados de três formas distintas: mapa, ficha de cadastro e panoramas, que são agregados de dados específicos em gráficos interativos. É possível aplicar uma série de filtros para facilitar a busca de informações e a visualização de recortes distintos, como filtrar por mapeamento, por localização, por tema, por data de cadastro, por abrangência da iniciativa e pela identidade dos sujeitos das experiências, como, por exemplo, comunidades quilombolas, grupos agricultores urbanos, entre outras.

O AeR possui quatro categorias de formulário: experiências, organizações, redes e dispositivos de ação coletiva. Cada modelo de formulário deve ser preenchido com informações básicas, como nome, localização, tema, abrangência, identidades de cadastro, garantindo o cruzamento entre todos mapeamentos realizados na plataforma. É possível adicionar campos ao formulário, de acordo com a especificidade de cada mapeamento realizado e com o interesse de pesquisa, tarefa esta de responsabilidade da curadoria de cada mapeamento.

Para nós, o conhecimento é construído por meio de práticas coletivas de investigação, é



um bem comum e deve ser gerido de forma autônoma por grupos e comunidades responsáveis por sua produção. Nesse sentido, o AeR é desenvolvido inteiramente em software livre, o que pressupõe a liberdade de qualquer pessoa acessar o código-fonte e modificá-lo para uso próprio. Além disso, cada cadastro possui uma página específica e a publicização das informações segue a Lei Geral de Proteção e Uso de Dados (LGPD). Ou seja, só é feita com o consentimento da pessoa responsável no momento do cadastro, com restrição às informações pessoais e sensíveis.

Somos feitas de histórias.
Venha tecer a sua com a gente!

Nos acompanhe nas redes sociais:

 @agroecologia_em_rede

Acesse o site do Agroecologia em Rede:

 <http://agroecologiaemrede.org.br/>



Agriculturas

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA



Introdução à Agroecologia Política

Manuel González de Molina, Paulo Petersen, Francisco Garrido Peña, Francisco Caporal
São Paulo, Expressão Popular, 2023.

Introdução à Agroecologia Política propõe um marco de análise para orientar a ação coletiva de fundamento agroecológico. Apresenta argumentos epistemológicos e teóricos para contribuir com o desenvolvimento deste campo da Agroecologia, referenciando estratégias de luta pela sustentabilidade e pela justiça agroalimentar. A

partir de um diagnóstico da crise agroalimentar global, sugere propostas concretas para orientar a ação coletiva agroecológica em aliança com outros movimentos sociais que militam na defesa de transformações socioecológicas estruturais orientadas para a construção de sociedades justas e sustentáveis.

